





*O Conselho de Administração da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S. A. agradece à comunidade portuária, a todos os parceiros, e de um modo muito particular, aos seus colaboradores, o inestimável apoio e colaboração.*

Índice

|  |     |
|--|-----|
| 1. INTRODUÇÃO .....  | 1   |
| 2. EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO PORTUÁRIO.....                                | 3   |
| 3. RECURSOS HUMANOS .....  | 13  |
| 4. GOVERNO DA SOCIEDADE.....   | 22  |
| 5. RECLASSIFICAÇÃO E ORÇAMENTO DA APRAM, S.A.....                      | 62  |
| 6. INVESTIMENTOS E PROJETOS COFINANCIADOS .....                        | 70  |
| 7. CONCESSÕES/LICENÇAS .....   | 76  |
| 8. PROTEÇÃO.....   | 93  |
| 9. MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS.....                                  | 94  |
| 10. CLCM – CENTRO LOGÍSTICO DE COMBUSTÍVEIS DA MADEIRA .....           | 96  |
| 11. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA.....                                | 97  |
| 12. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS .....                           | 110 |
| 13. ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2017 | 122 |

ÍNDICE GRÁFICOS

|  |    |
|--|----|
| Gráfico 1 – Distribuição do movimento de navios por infraestrutura portuária .....                   | 3  |
| Gráfico 2 – Evolução do movimento de navios por infraestrutura portuária.....                        | 4  |
| Gráfico 3 – Distribuição dos passageiros por segmento .....  | 4  |
| Gráfico 4 – Evolução global dos passageiros provenientes de cruzeiro e inter-ilhas .....             | 5  |
| Gráfico 5 – Evolução do movimento global de passageiros nos portos do Funchal e do Porto Santo ..... | 5  |
| Gráfico 6 – Evolução da movimentação de navios e passageiros de cruzeiro no porto do Funchal.....    | 6  |
| Gráfico 7 – Movimento de mercadorias por infraestrutura portuária .....                              | 8  |
| Gráfico 8 – Evolução do movimento de mercadorias por infraestrutura portuária .....                  | 8  |
| Gráfico 9 – Evolução do movimento de mercadorias por tipologia: importação/exportação .....          | 9  |
| Gráfico 10 - Movimento de Contentores, por tipo.....   | 10 |
| Gráfico 11 - Movimento de contentores – cheios/vazios e importação/exportação.....                   | 10 |
| Gráfico 12 – Graneis Sólidos, por portos da RAM .....  | 11 |
| Gráfico 13 - Graneis Líquidos, por portos da RAM .....   | 11 |
| Gráfico 14 – Carga Geral Fracionada, por portos da RAM .....   | 12 |
| Gráfico 15 – Descarga de Inertes.....  | 12 |
| Gráfico 16 - Distribuição dos trabalhadores por regime jurídico laboral.....                         | 13 |
| Gráfico 17 – Distribuição percentual dos efetivos infraestrutura portuária.....                      | 14 |
| Gráfico 18 – Distribuição percentual dos efetivos por grupos profissionais .....                     | 15 |
| Gráfico 19 - Evolução da distribuição dos efetivos, por grupos profissionais.....                    | 15 |

Índice

|   |    |
|---|----|
| Gráfico 20 - Distribuição do efetivo por antiguidade .....                          | 16 |
| Gráfico 21 - Distribuição do efetivo por estrutura etária .....                     | 17 |
| Gráfico 22 - Modalidades de Horários de Trabalho .....                              | 18 |
| Gráfico 23 - Formação Profissional.....   | 19 |
| Gráfico 24 - Acidentes de Trabalho/Dias Perdidos.....                               | 20 |
| Gráfico 25 - Distribuição dos trabalhadores por sindicatos/não sindicalizados ..... | 21 |

**INDICE QUADROS**

|  |     |
|--|-----|
| Quadro 1 – Remuneração auferida pelos membros da Assembleia Geral .....              | 59  |
| Quadro 2 - Remunerações e demais regalias sociais do Conselho de Administração ..... | 60  |
| Quadro 3 – Orçamento inicial da APRAM, S.A. ....                                     | 63  |
| Quadro 4 – Evolução do Orçamento das Receitas da APRAM, S.A. ....                    | 64  |
| Quadro 5 – Distribuição da Execução Orçamental das Receitas.....                     | 65  |
| Quadro 6 – Evolução do Orçamento das Despesas da APRAM, S.A. ....                    | 67  |
| Quadro 7 – Distribuição da Execução Orçamental das Despesas .....                    | 68  |
| Quadro 8 - Rendimentos de Exploração.....  | 99  |
| Quadro 9 - Gastos de Exploração .....  | 100 |
| Quadro 10- Estrutura dos Gastos de Exploração .....                                  | 101 |
| Quadro 11 - Fundos Libertos .....  | 101 |
| Quadro 12 – Situação Financeira e Patrimonial (1).....                               | 102 |
| Quadro 13 – Situação Financeira e Patrimonial (2).....                               | 104 |
| Quadro 14 – Fundo de Maneio.....   | 105 |
| Quadro 15 – Rácios de Natureza Económica .....                                       | 106 |
| Quadro 16 – Rácios de Natureza Financeira .....                                      | 107 |

## 1. Nota Introdutória



### 1. INTRODUÇÃO

Até ao final de 2015, a RAM encontrou-se na vigência do PAEF – Plano de Ajustamento Económico Financeiro, caracterizado por uma forte contenção orçamental, decorrente das medidas impostas pelo referido Plano, com reflexos diretos no consumo público e privado.

As atividades da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. foram também fortemente condicionadas pelo Plano de Ajustamento Económico Financeiro (PAEF), pela situação económica e financeira da empresa, em particular, e da Região Autónoma da Madeira, em geral, e ainda pela reclassificação da empresa, com efeitos desde 2012 e a sua integração no perímetro da administração pública regional.

A APRAM, S.A. continua a ser uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que integra o setor público empresarial da Região Autónoma da Madeira e é tutelada pela Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira.

Os investimentos realizados pela APRAM, S.A. no ano de 2017, integrados no PIDDAR - Plano e Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração da Região Autónoma da Madeira encontram-se detalhados no capítulo 6 e são, de um modo geral, intervenções de manutenção, conservação e melhoramentos nas infraestruturas portuárias e demais áreas de intervenção da APRAM, S.A. enquadram-se na concretização da estratégia do “Compromisso Madeira@2020” e no âmbito do Plano de Desenvolvimento Económico e Social para o período de programação 2014-2020 e simultaneamente, contribui para a concretização dos objetivos definidos no Programa do Governo Regional para o período 2015-2019.

Na atividade desenvolvida pela APRAM, S.A., destaca-se o sector do turismo de cruzeiros, importante incrementador de rendimento para os sectores da restauração, do comércio e indústria de lazer. Neste segmento a Madeira conseguiu manter o porto do Funchal entre os mais importantes portos de cruzeiros da Europa, o segundo do país em número de escalas e o primeiro em número de passageiros.



## 1. Nota Introdutória

A RAM dispõe de ligações regulares de transporte marítimo de mercadorias quase exclusivamente com o Continente português. No que concerne ao transporte marítimo de mercadorias, de notar a importância para um Arquipélago que desempenham os seus portos comerciais - importa 95% do seu consumo (representando o transporte marítimo de mercadorias 99% do mercado) e exporta parte da sua produção, em especial, no segmento de produtos tradicionais (frutas, com especial relevância para a banana; madeira de eucalipto e vinho).

O principal porto comercial da RAM é o porto do Caniçal, em exploração desde 2005, dispondo de instalações para receber e armazenar contentores, graneis sólidos e líquidos e carga convencional, sendo escalado por navios de linhas regulares (regime de cabotagem insular) que o ligam aos principais portos do continente português.

A formalização recente do Cluster Marítimo da Macaronésia, envolvendo um conjunto alargado de entidades públicas e privadas da Madeira, Açores e Canárias, constitui uma “plataforma de entendimento e comunhão de interesses” sendo que a APRAM, S.A. é parceira em alguns projetos de interesse comum, como sejam os projetos GAINN, Ecomarports, com atividades de I&DT no campo do LNG, do estudo das correntes meteo-oceanográficas.

A segurança marítima, patrimonial e de pessoas e bens, a implementação de mecanismos que asseguram e otimizam a eficiência das operações portuárias e de programas de monitorização ambiental, a concretização de uma política setorial adequada às atuais necessidades da população e a aposta na manutenção e procura de novos mercados no segmento de cruzeiros, foram uma constante no ano de 2017, conforme se pode constatar pelos indicadores constantes do presente relatório de gestão.

## 2. Evolução do Movimento Portuário



### 2. EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO PORTUÁRIO

#### 2.1. Movimento de navios

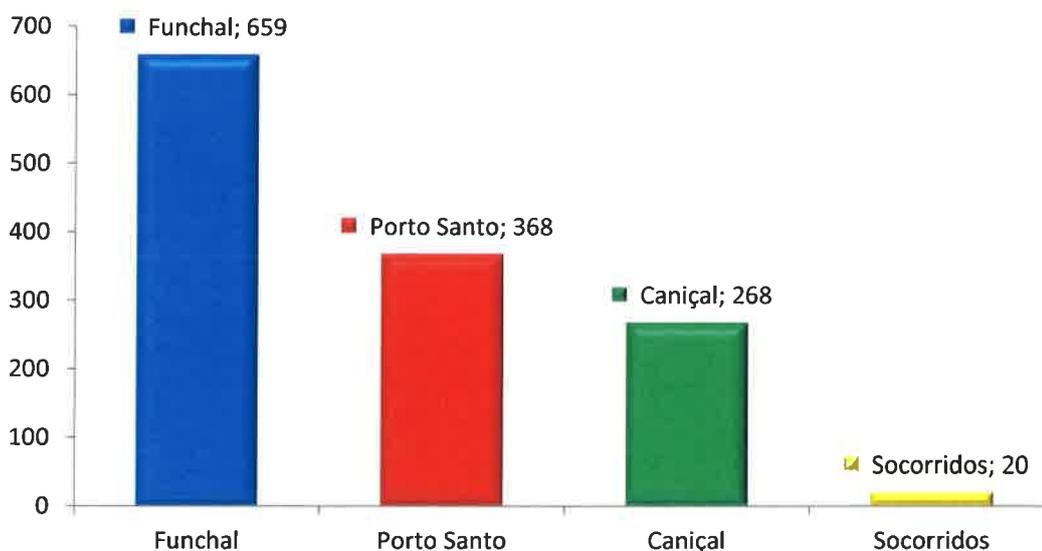
Em 2017 fizeram escala nos portos da Região Autónoma da Madeira 1 315 navios, o que equivaleu a uma média diária de 3,6 navios.

O porto do Funchal, vocacionado para navios de passageiros, contou com 659 escalas.

No porto do Caniçal atracaram 268 navios de mercadorias, com destaque para os da cabotagem insular. Ainda no que se refere a navios de transporte de mercadorias, nota para os 20 graneleiros que atracaram no Terminal dos Socorridos.

No porto do Porto Santo registaram-se 268 escalas, com destaque para as do navio que efetua o transporte de passageiros e mercadorias da linha regular entre a Madeira e o Porto Santo, atracações esporádicas de graneleiros e quinzenalmente o navio porta contentores no regime de cabotagem insular.

Gráfico 1 – Distribuição do movimento de navios por infraestrutura portuária



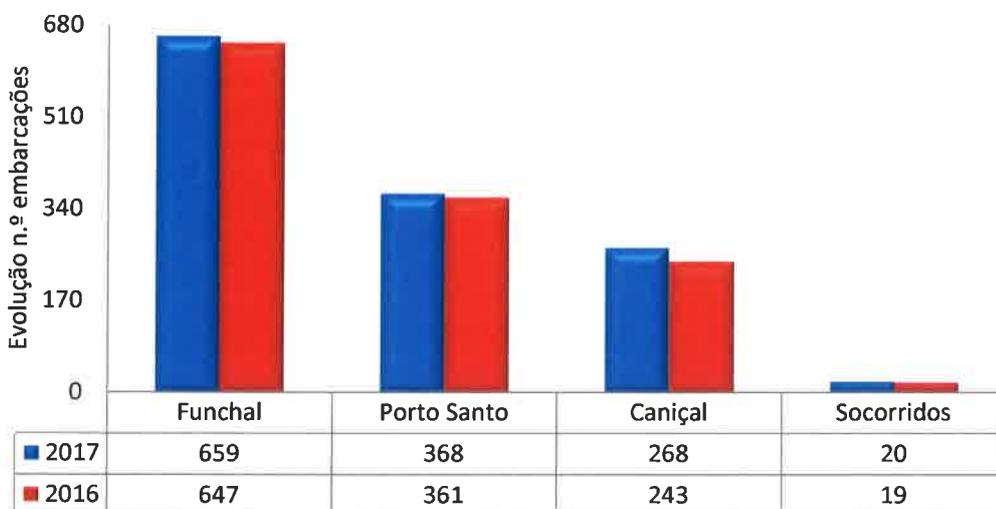
Fonte: APRAM, S.A

Comparativamente ao ano de 2016, verificou-se um acréscimo de 45 escalas (+ 3%) no movimento global de navios que atracaram nos portos da RAM e discriminados, por infraestrutura portuária, no gráfico 2:

## 2. Evolução do Movimento Portuário



Gráfico 2 – Evolução do movimento de navios por infraestrutura portuária

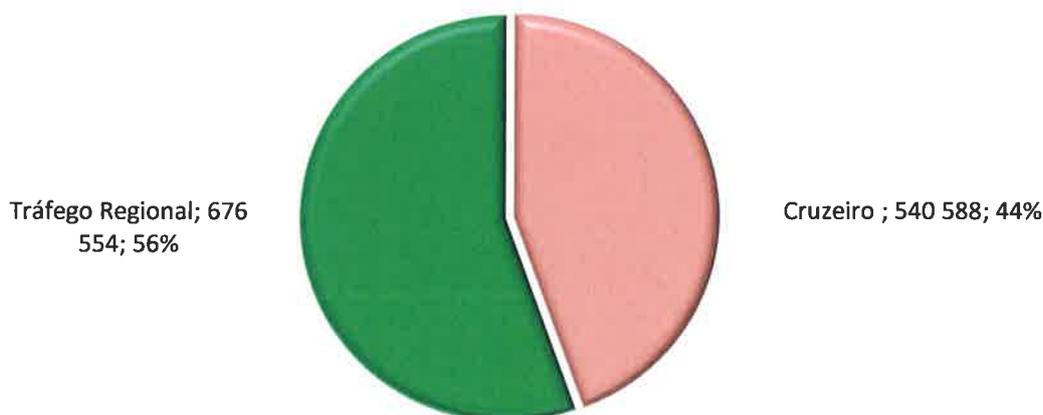


Fonte: APRAM, S.A.

### 2.2. Movimento de Passageiros

Em 2017 o movimento global de passageiros nos portos da RAM foi de 1 217 142 passageiros, distribuídos pelos portos do Funchal e do Porto Santo.

Gráfico 3 – Distribuição dos passageiros por segmento



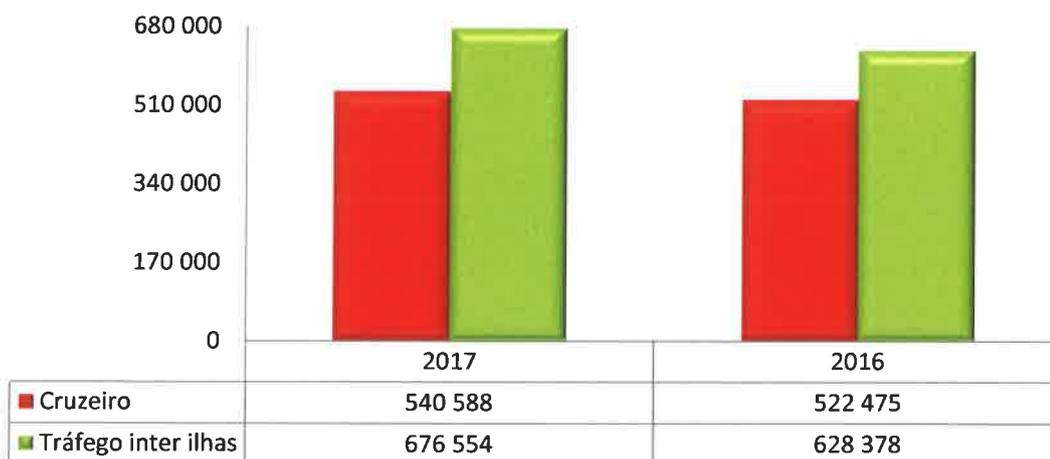
Fonte: APRAM, S.A.

## 2. Evolução do Movimento Portuário

Por segmento de mercado, o movimento de passageiros proveniente de navios de cruzeiro foi de 540 588<sup>1</sup> e do tráfego regional da ligação regular inter-ilhas foi de 676 554<sup>2</sup>.

Registou-se um acréscimo de 48 176 passageiros comparativamente ao ano anterior, cuja evolução pode ser observada no gráfico infra:

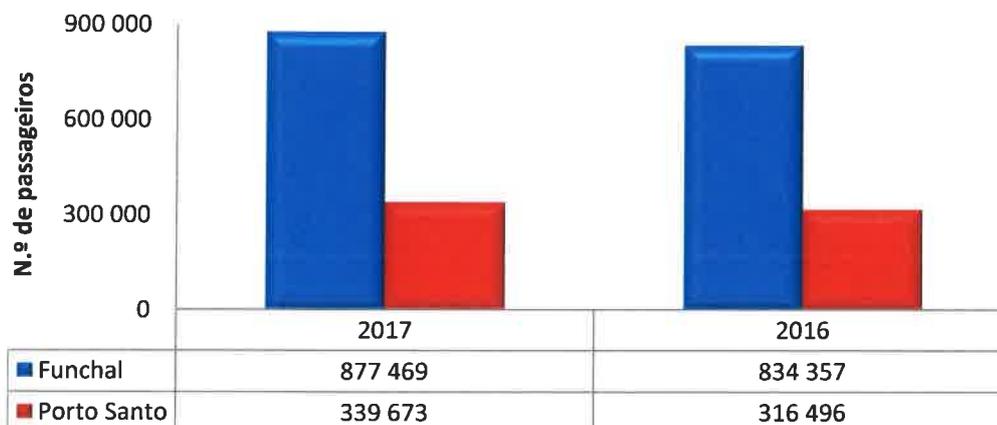
**Gráfico 4 – Evolução global dos passageiros provenientes de cruzeiro e inter-ilhas**



Fonte: APRAM, S.A.

Em comparação com o ano de 2016, verificou-se um acréscimo de 43 112 passageiros no porto do Funchal (18 113 de cruzeiros) e de 23 177 no porto do Porto Santo, que está certamente relacionado com os efeitos positivos da implementação do Subsídio de Mobilidade para o Porto Santo.

**Gráfico 5 – Evolução do movimento global de passageiros nos portos do Funchal e do Porto Santo**



Fonte: APRAM, S.A.

<sup>1</sup> Inclui passageiros embarcados, desembarcados e em trânsito.

<sup>2</sup> Inclui embarque e desembarque nos portos do Funchal e Porto Santo.



## 2. Evolução do Movimento Portuário

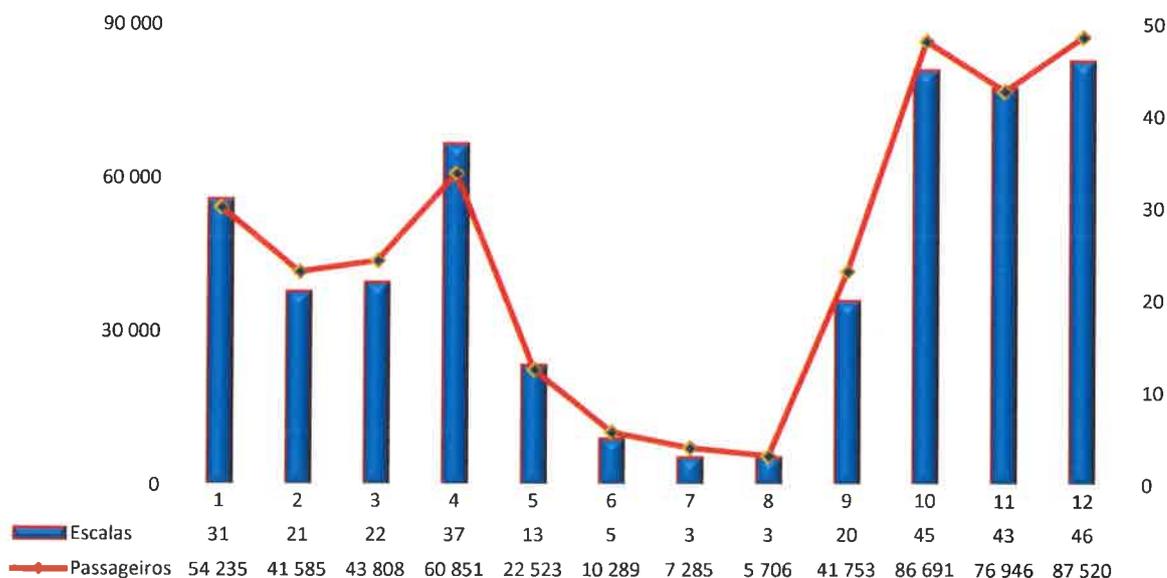
### 2.3. Movimento passageiros provenientes de navios de cruzeiros no porto do Funchal

Dada a importância estratégica do segmento do mercado de cruzeiros para a RAM, destacamos neste capítulo de modo autónomo, uma análise ao setor.

A Madeira tem conseguido manter o porto do Funchal entre os mais importantes portos de cruzeiros da Europa. No ano de 2017 passaram pelo Porto do Funchal 289 navios de cruzeiro com 539 192 passageiros, correspondendo a uma média de 1 866 passageiros por escala. Registou-se o embarque de 1 360 passageiros e o desembarque de 1 690 passageiros.

Com base em estudos recentes<sup>3</sup>, o valor de incremento na economia regional foi na ordem de 26.1 M€ proveniente de passageiros, a que se somou o montante de 13,05M€, referente aos gastos dos tripulantes.

Gráfico 6 – Evolução da movimentação de navios e passageiros de cruzeiro no porto do Funchal



Fonte: APRAM, S.A.

<sup>3</sup> Estudo "O Impacto Económico do Turismo de Cruzeiros: O Caso do Porto do Funchal (André Xavier Silva Gouveia)", janeiro de 2015 – gasto por passageiro 48,48€ e por tripulante 62,94€



## 2. Evolução do Movimento Portuário

No porto do Porto Santo atracaram 4 navios (abril, maio, setembro e outubro), que deram origem a um movimento de 1 396 passageiros.

Por mercados emissores de passageiros de cruzeiro, destacamos no ano de 2017 os seguintes:

- Mercado alemão: 206 437 passageiros, i. é, 38,3% do total de passageiros (485 em embarque e desembarque);
- Mercado inglês: 198 297 passageiros, i. é, 36,8% do total de passageiros (1 151 em embarque e desembarque);

Como navios emblemáticos que escalaram o porto do Funchal em 2017, destaque para as primeiras escalas dos seguintes:

- Viking Star (Viking Ocean Cruises);
- Mein Schiff 5 (Tui Cruises GmbH);
- Monarch (Pullmantur Sa);
- Aida Prima (Aida Cruises);
- Norwegian Star (Norwegian cruises Lines);
- MSC Seaside (Mediterranean Shipping Company).

Em termos comparativos com o ano de 2016 houve um acréscimo de 18 113 passageiros provenientes de navios de cruzeiro nos portos do Funchal e do Porto Santo.

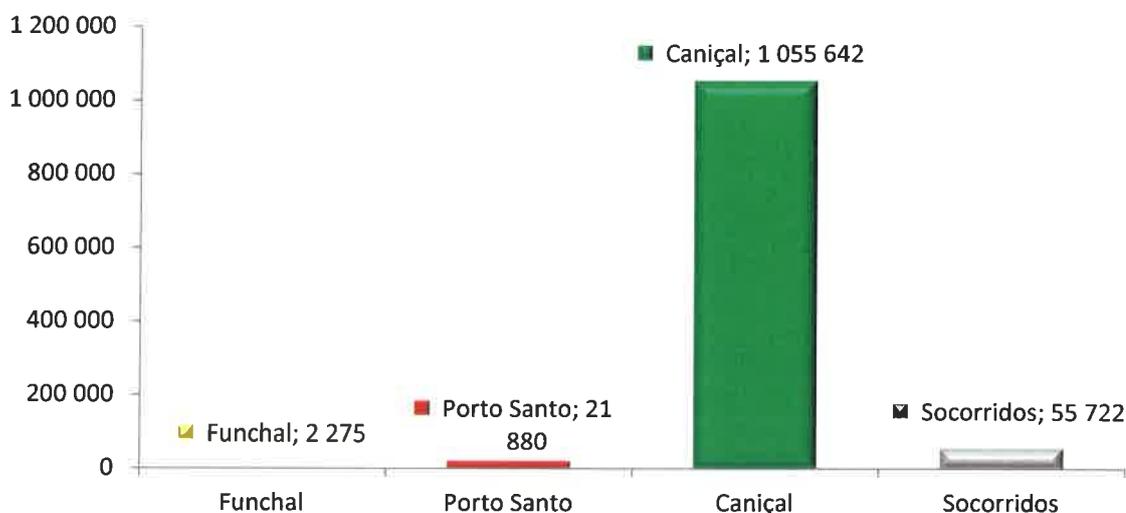
### 2.4. Movimentação Global de Mercadorias

No ano de 2017 foram movimentadas 1 135 519 toneladas nos portos da RAM, conforme discriminado no gráfico infra:



## 2. Evolução do Movimento Portuário

**Gráfico 7 – Movimento de mercadorias por infraestrutura portuária**

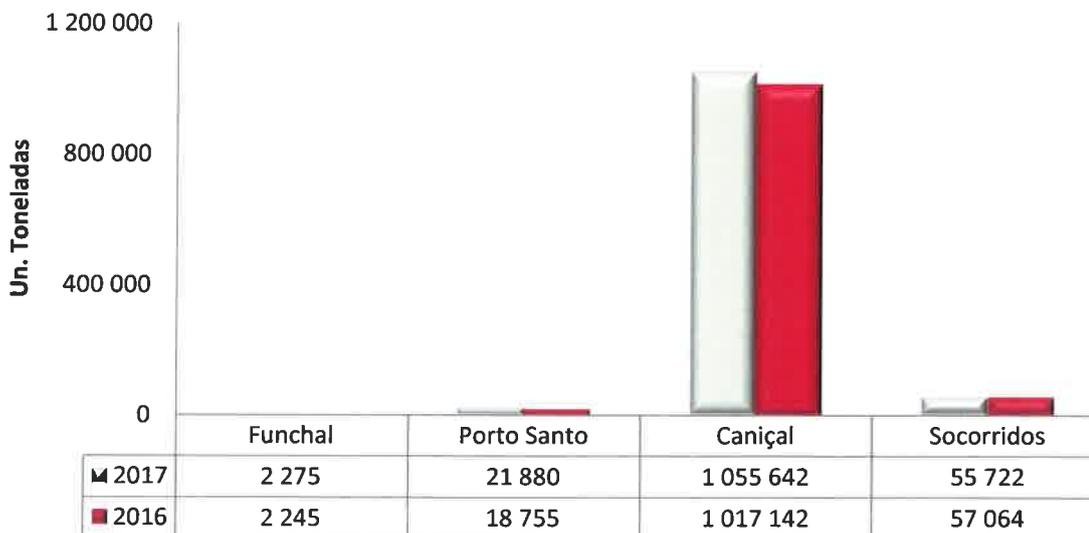


Fonte: APRAM, S.A.

Comparativamente ao ano anterior, verificou-se uma variação positiva de 4% na movimentação global de mercadorias, ou seja, foram movimentadas mais 40 313 toneladas.

No gráfico infra, apresentamos os valores referentes aos anos de 2016 e 2017 movimentados nas infraestruturas portuárias da RAM:

**Gráfico 8 – Evolução do movimento de mercadorias por infraestrutura portuária**



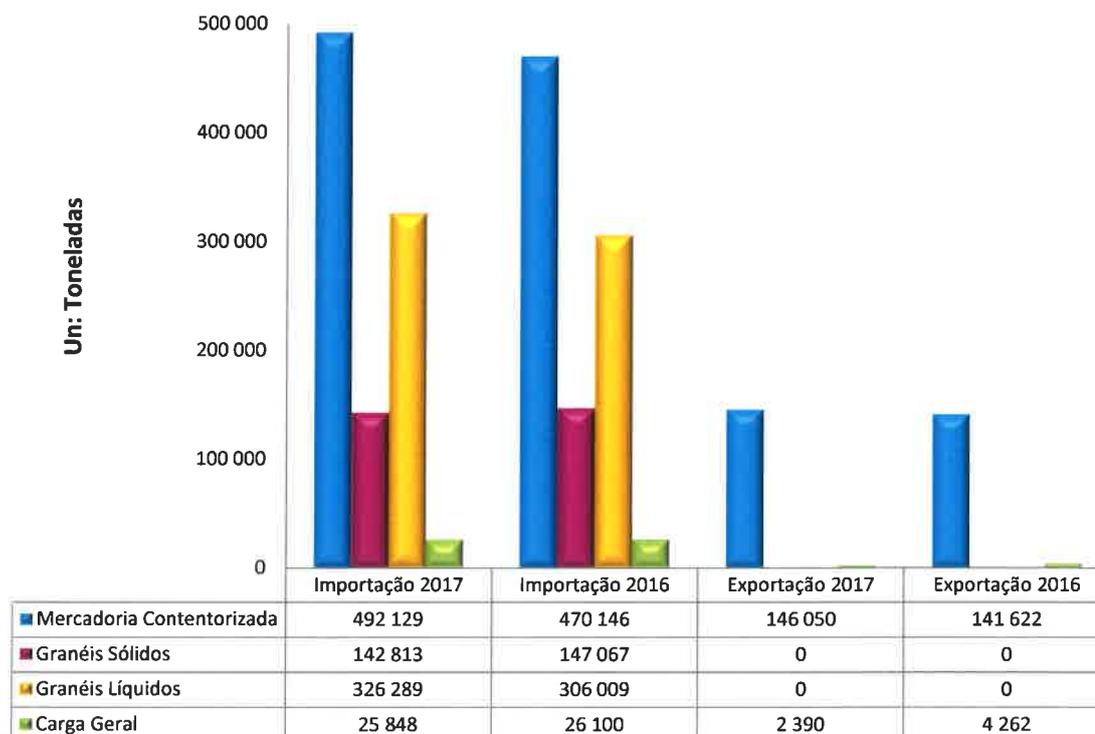
Fonte: APRAM, S.A



## 2. Evolução do Movimento Portuário

No gráfico infra, apresentamos a comparação da movimentação de mercadorias, classificadas por tipologia e por importação/exportação:

**Gráfico 9 – Evolução do movimento de mercadorias por tipologia: importação/exportação**



Fonte: APRAM, S.A.

Considerando que a grande parte das mercadorias são contentorizadas, na movimentação comparativa 2016-2017, verificamos um acréscimo global de 5% (2 944 unidades) no número de contentores movimentados

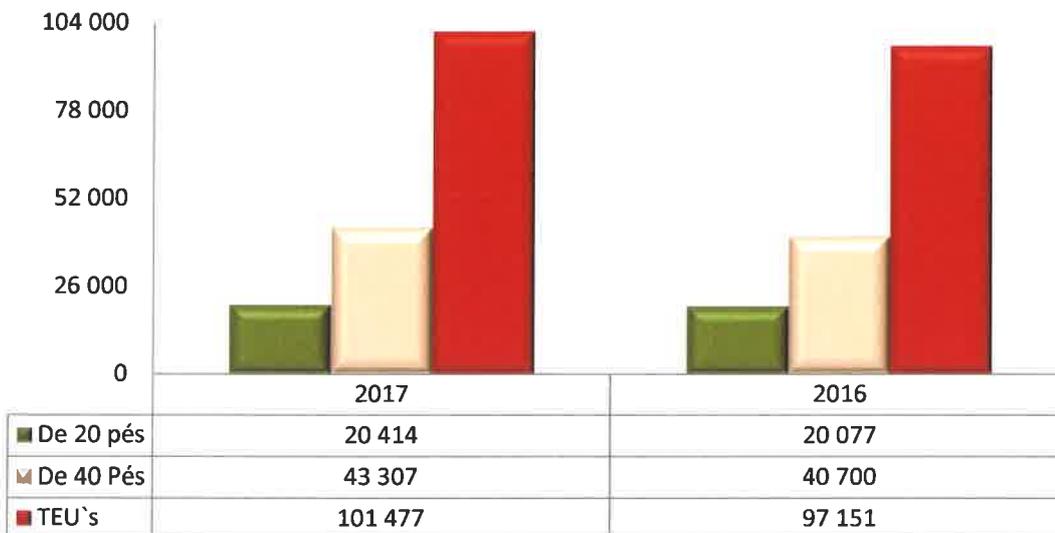
Quanto ao tipo de contentor, também houve um acréscimo na sua movimentação: 2%, nos contentores de 20` e 6%, nos contentores de 40`.

Em termos globais, a movimentação de contentores, expressa em TEU's, registou um crescimento de 5% (5 551 TEU`s), comparativamente ao ano anterior, conforme se pode verificar no gráfico infra:



## 2. Evolução do Movimento Portuário

**Gráfico 10 - Movimento de Contentores, por tipo**

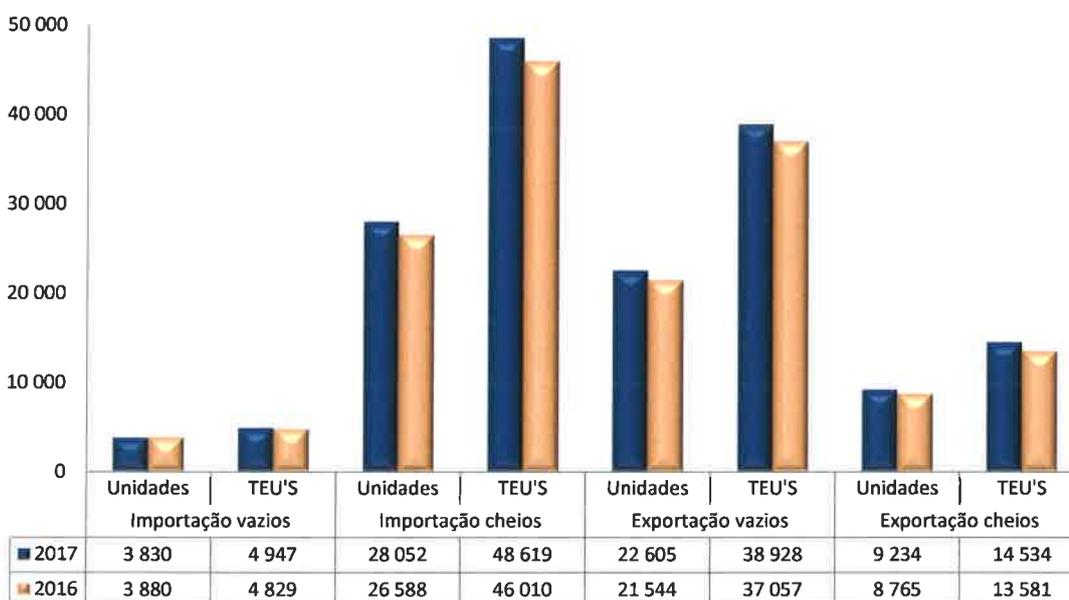


Fonte: APRAM, S.A.

Referência para o movimento de contentores cheios / vazios e sua relação com a importação exportação: 91% dos TEU's importados foram cheios, enquanto que na exportação a relação é inversa – só 27% foram cheios, mantendo-se sensivelmente a mesma relação nos dois anos analisados.

No gráfico infra, apresentamos os indicadores com maior detalhe:

**Gráfico 11 - Movimento de contentores – cheios/vazios e importação/exportação**

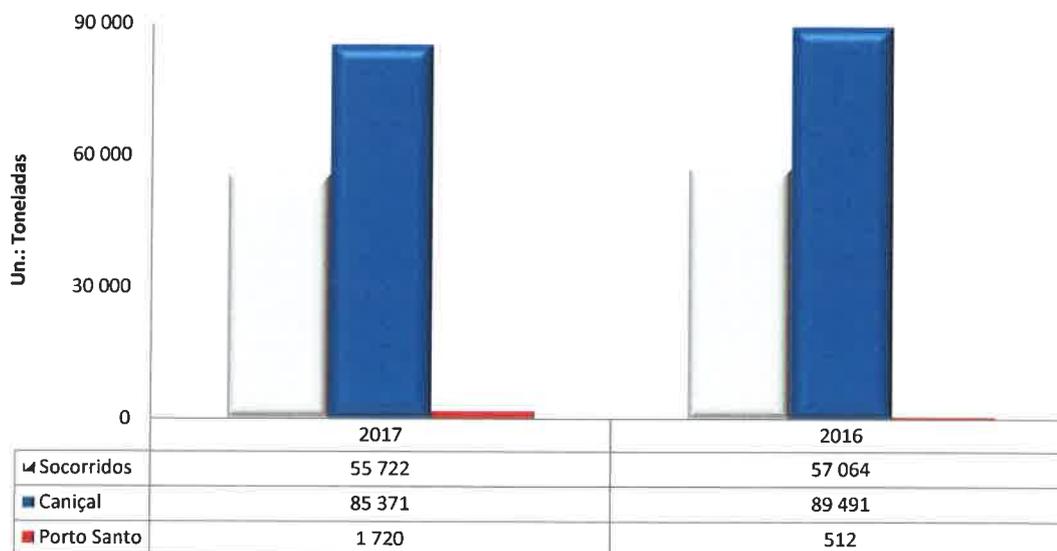


Fonte: APRAM, S.A.

## 2. Evolução do Movimento Portuário

A importação de graneis sólidos sofreu uma redução de 4 254 toneladas, comparativamente a 2016, sendo a sua distribuição por infraestrutura portuária a seguir indicada:

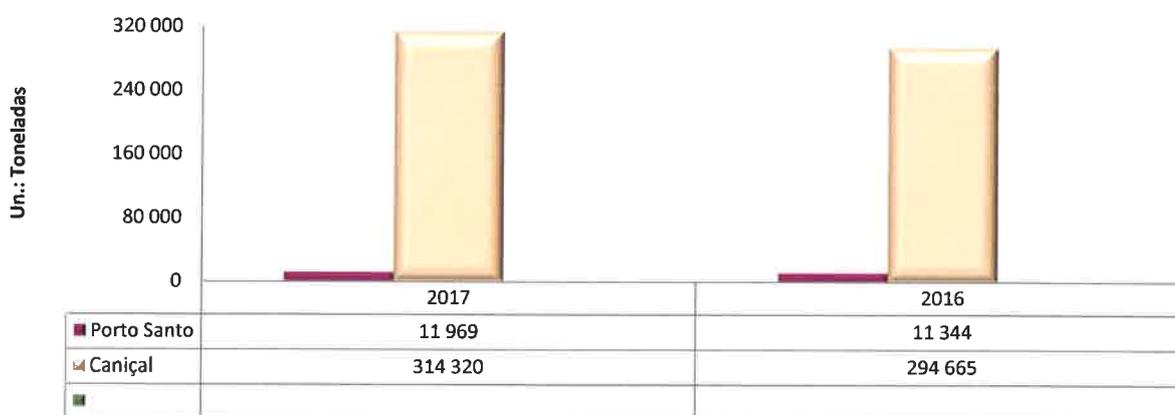
Gráfico 12 – Graneis Sólidos, por portos da RAM



Fonte: APRAM, S.A.

A descarga de graneis líquidos registou um acréscimo em 2017 comparativamente ao ano anterior de 20 280 toneladas.

Gráfico 13 - Graneis Líquidos, por portos da RAM



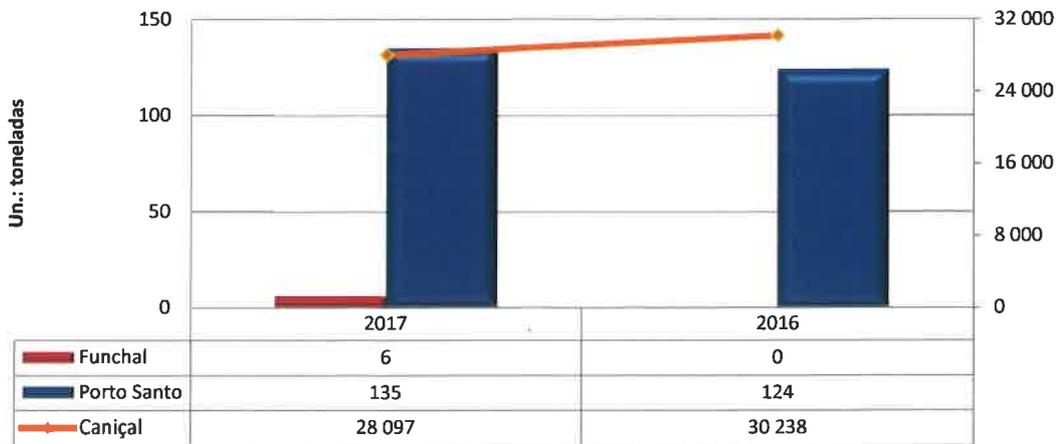
Fonte: APRAM, S.A.

A carga geral fracionada é inexpressiva face ao movimento global de mercadorias, verificando-se inclusivamente uma redução 2 141 toneladas na movimentação efetuada nos portos da RAM:



## 2. Evolução do Movimento Portuário

Gráfico 14 – Carga Geral Fracionada, por portos da RAM

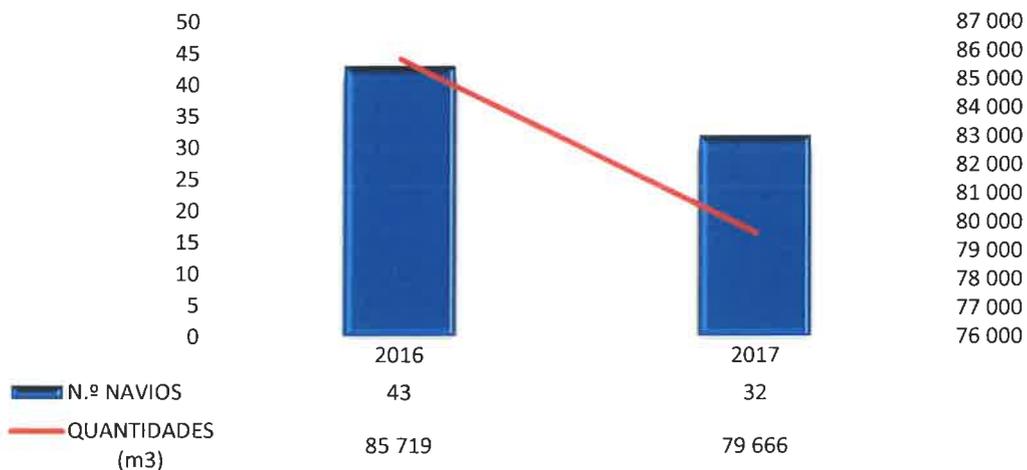


Fonte: APRAM, S.A.

### 2.5. Descarga de Inertes

No terminal marítimo do Porto Novo sob jurisdição da APRAM, S.A. procedeu-se à descarga de inertes num total de 85 719 m<sup>3</sup>, representado um acréscimo de 6 053m<sup>3</sup>, comparativamente ao ano de 2016.

Gráfico 15 – Descarga de Inertes



Fonte: APRAM, S.A.

Note-se que a média transportada por areeira sofreu uma redução de 2 450m<sup>3</sup> em 2016 para 1 994 m<sup>3</sup> em 2017.



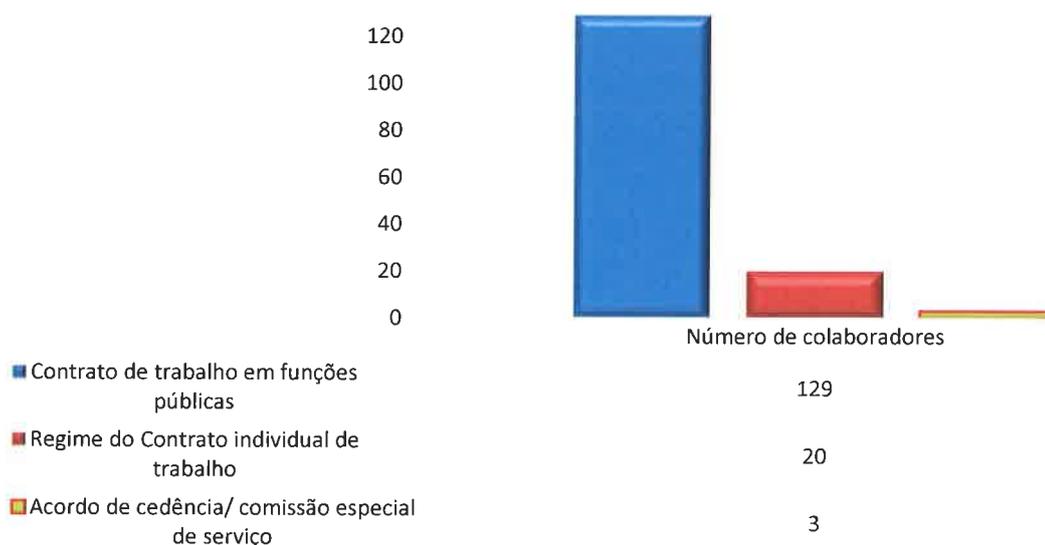
### 3. Recursos Humanos

#### 3. RECURSOS HUMANOS

##### 3.1 Caracterização

O efetivo total da APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. em 31 de dezembro de 2017 era de 152 trabalhadores, com a distribuição por vínculo jurídico laboral indicada gráfico infra:

**Gráfico 16 - Distribuição dos trabalhadores por regime jurídico laboral**



Fonte: APRAM, S.A.

Integram o mapa de pessoal da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira S.A. 149 trabalhadores:

- 129 transitaram dos organismos que antecederam a APRAM, S.A. e são trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas;
- 20 são contratados em regime de contrato individual de trabalho.

Acrescem 3 trabalhadores que desempenham funções na APRAM, S.A. em regime de acordo de cedência e comissão especial de serviço, pelo que o ativo global é de 152 colaboradores.



### 3. Recursos Humanos

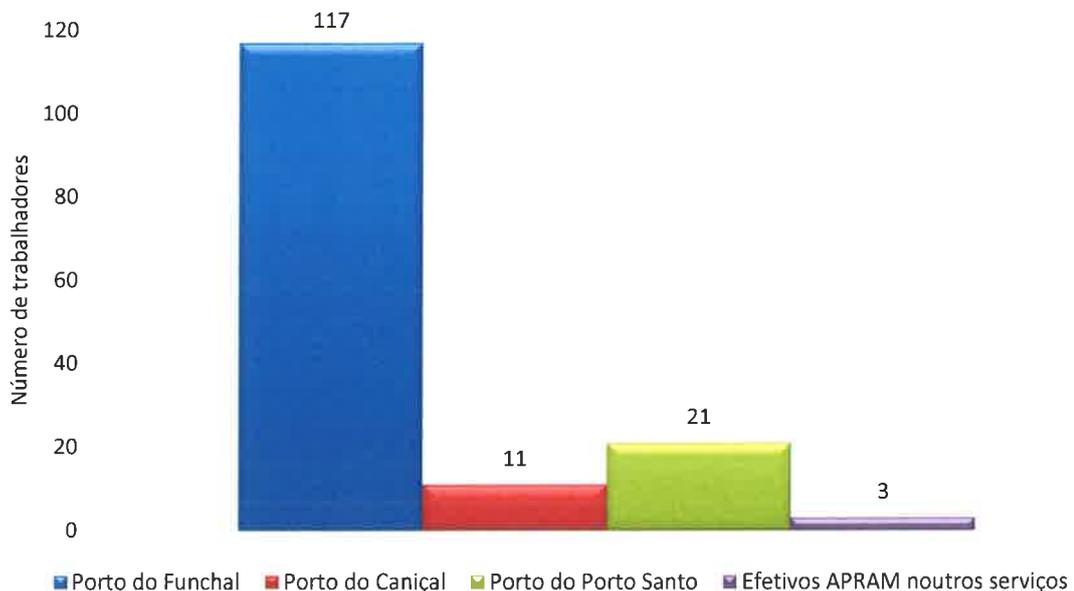
Os titulares de cargos de direção e chefia, com exceção do Diretor de Gestão de Recursos, Ambiente e Segurança integram o quadro de pessoal da APRAM, S.A.

De realçar um decréscimo global de 20 trabalhadores (-11%) no quadro de pessoal da APRAM, S.A., resultante de óbitos e aposentações.

Dos 149 trabalhadores do mapa de pessoal da APRAM, S.A. a 31 de dezembro de 2017, três encontram-se a desempenhar as suas funções noutros organismos (Águas e Resíduos da Madeira, S.A., Madeira Parques Empresariais, S.A. e Direção Regional da Cultura na área do Património Cultural).

A distribuição geográfica dos efetivos, por infraestrutura portuária, foi a seguinte:

**Gráfico 17 – Distribuição percentual dos efetivos infraestrutura portuária**



Fonte: APRAM, S.A.

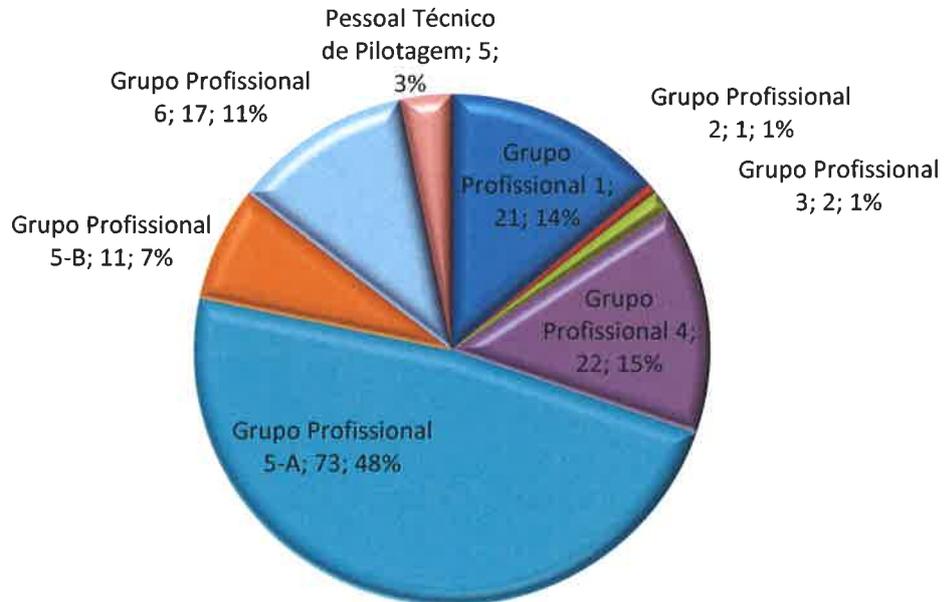
No Funchal desempenham funções 117 trabalhadores, porquanto existe pessoal que por força das tarefas desempenhadas, desloca-se a todas as infraestruturas portuárias dos Portos da Região Autónoma da Madeira (tripulações, pessoal técnico de pilotagem, eletricitas e pessoal de apoio técnico às operações marítimo portuárias), serviços comuns e sede da APRAM.



### 3. Recursos Humanos

A distribuição do efetivo global, por grupo profissional é a indicada nos gráficos infra:

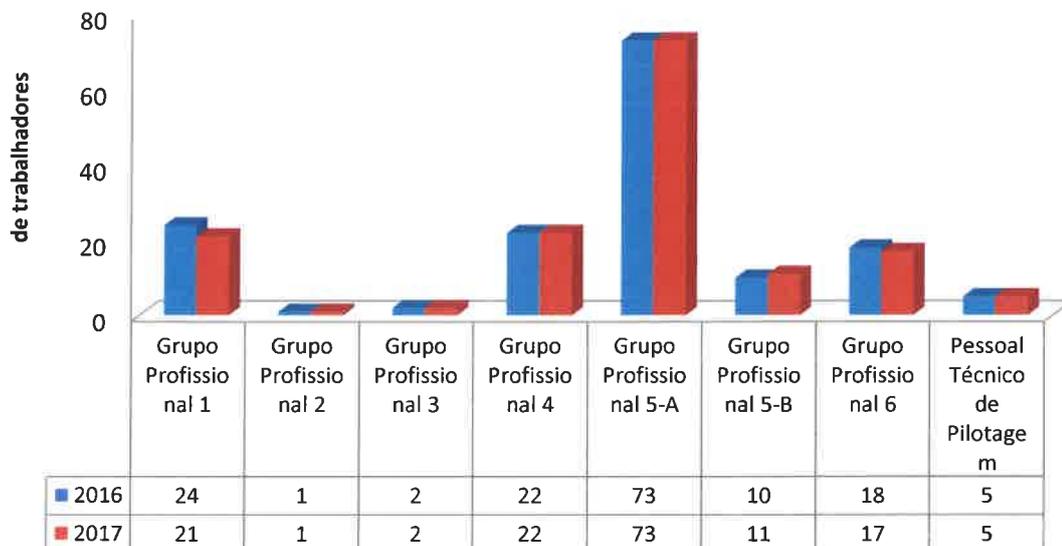
**Gráfico 18 – Distribuição percentual dos efetivos por grupos profissionais**



Fonte: APRAM, S.A.

A evolução do efetivo, por grupo profissional, sofreu uma ligeira variação ao longo de 2017 comparativamente a 2016, conforme gráfico infra:

**Gráfico 19 - Evolução da distribuição dos efetivos, por grupos profissionais**



Fonte: APRAM, S.A.

### 3. Recursos Humanos

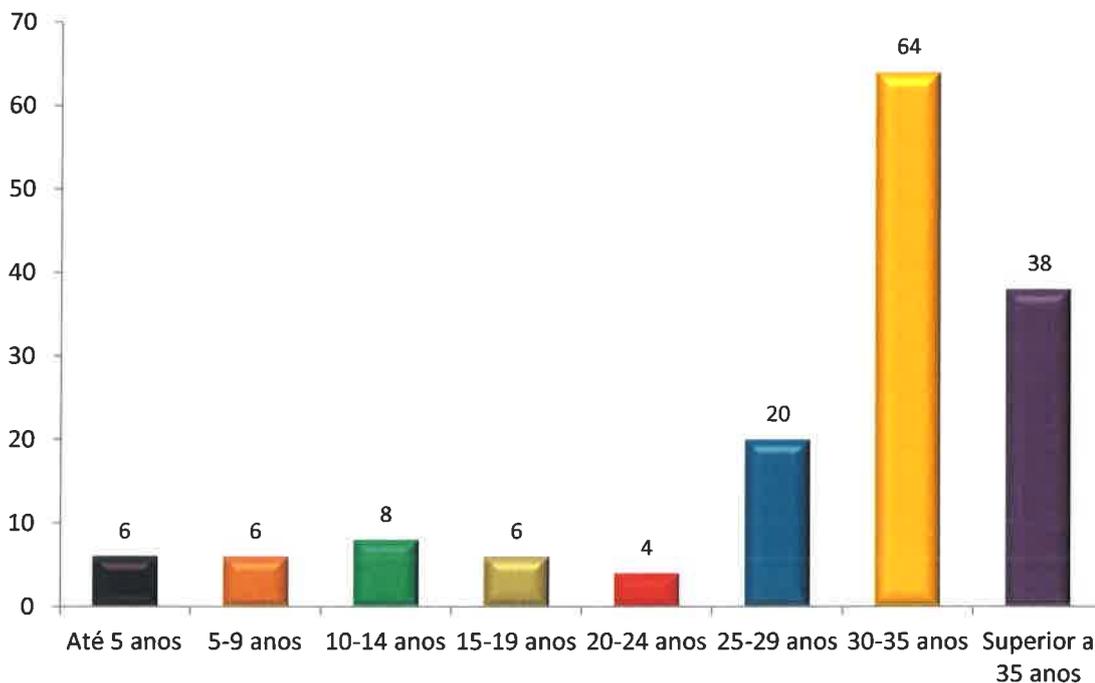


Em termos de movimentação de pessoal, verificaram-se:

- Saídas – 3, motivadas por:
  - 1 - Aposentação por incapacidade profissional;
  - 2 - Renúncia ao mandato de vogal do Conselho de Administração.
- Não houve nenhuma entrada para o mapa de pessoal da APRAM, S.A.

Pelo que, em termos globais e comparativamente a 2016 registou-se uma redução de 3 trabalhadores.

**Gráfico 20 - Distribuição do efetivo por antiguidade**



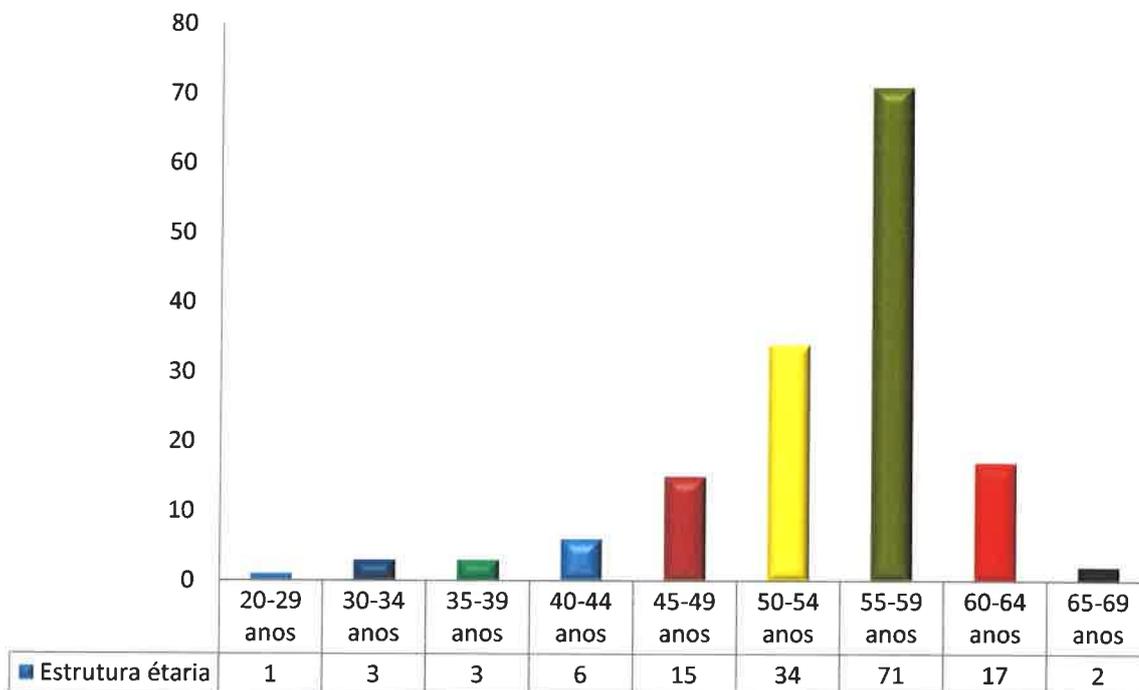
Fonte: APRAM, S.A.

A antiguidade do efetivo é bastante elevada, ou seja, 80% do efetivo tem uma antiguidade média igual a superior a 25 anos.



### 3. Recursos Humanos

**Gráfico 21 - Distribuição do efetivo por estrutura etária**



Fonte: APRAM, S.A.

Na estrutura etária registamos que que 82% do efetivo tem uma idade igual ou superior a 50 anos.

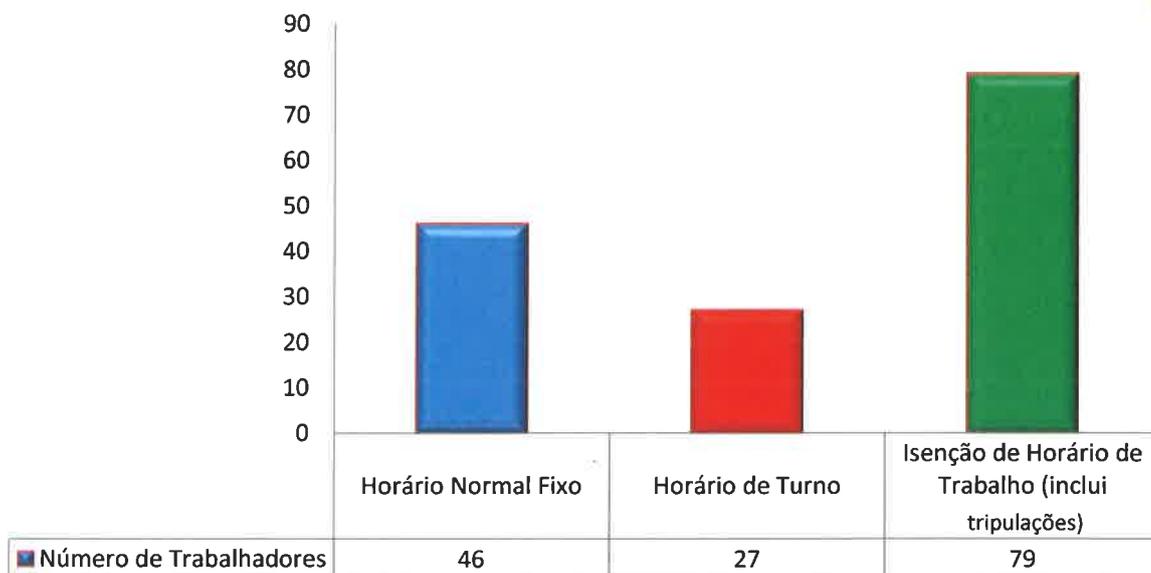
#### 3.2 Regime de Trabalho

A especificidade do regime de trabalho, no que concerne à tipologia dos horários praticados, resulta da permanente necessidade de adequar os recursos humanos à atividade portuária de modo a manter operacionais e em segurança todas as infraestruturas portuárias sob responsabilidade da APRAM, S.A., 24 horas por dia, nos sete dias da semana.



### 3. Recursos Humanos

**Gráfico 22 - Modalidades de Horários de Trabalho**



Fonte: APRAM, S.A.

No regime de isenção de horário de trabalho, para as tripulações e pessoal técnico de pilotagem, está incluída a modalidade de compensação por trabalho aos sábados, domingos e feriados. Os portos são serviços operacionais e que prestam serviços 24 horas, todos os dias do ano.

#### 3.3 Absentismo

O número de dias de faltas por doença foi de 1 775 dias. Para este valor contribuíram significativamente 2 trabalhadores, com 730 dias, que se encontram na situação de junta médica por doença prolongada que, no decurso de 2017, não prestaram qualquer dia de serviço.

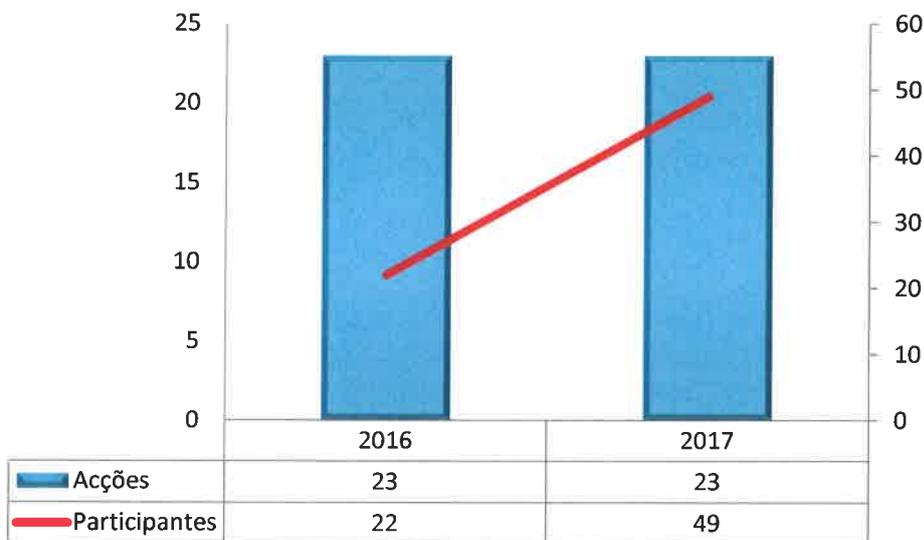
#### 3.4 Formação Profissional

No ano 2017, foram realizadas 23 ações de formação – 5 internas e 18 externas, com um total de 49 participantes e 1 067 horas de formação. Verificou-se uma taxa de participação de 32% do efetivo.



### 3. Recursos Humanos

Gráfico 23 - Formação Profissional



Fonte: APRAM, S.A.

O ano de 2017 pautou-se por um aumento, quer no número de participantes, quer no número de ações de formação profissional ministradas pela APRAM, S.A., com especial destaque para a certificação no âmbito da Convenção STCW.

#### 3.5 Higiene, Segurança e Medicina no Trabalho

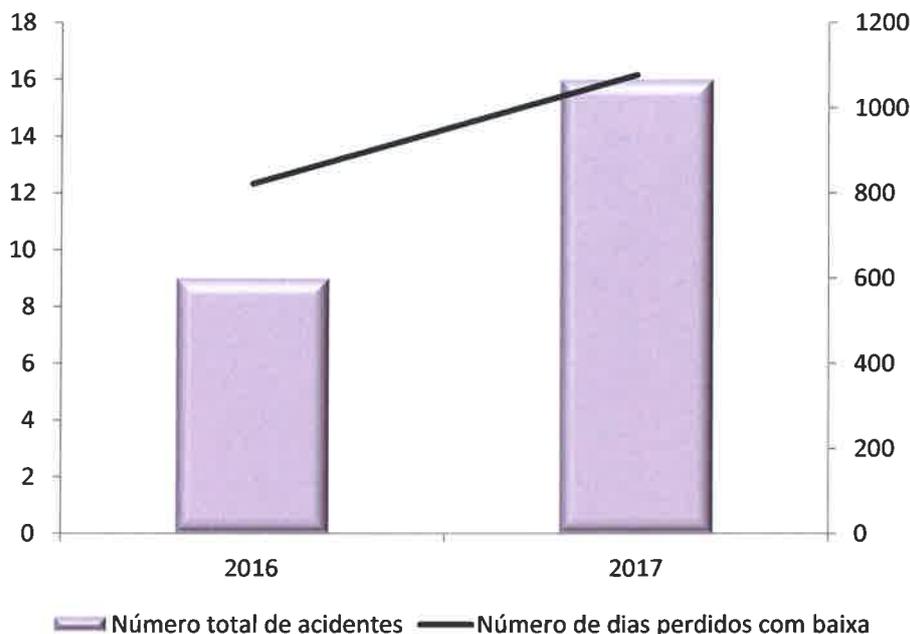
No ano em análise, deu-se continuidade ao cumprimento dos imperativos legais em matéria de segurança, prevenção e medicina no trabalho.

Após a aprovação do regulamento para o controlo do consumo excessivo do álcool no local de trabalho, pela Direção Regional do Trabalho, têm sido efetuados testes de controlo da alcoolemia, tendo sido submetidos a controlo 61 trabalhadores, não tendo sido detetados testes positivos.

Foram realizados 400 exames médicos no âmbito da medicina no trabalho, os quais incluíram exames auxiliares de diagnóstico (visioteste, ECG...).

### 3. Recursos Humanos

**Gráfico 24 - Acidentes de Trabalho / Dias Perdidos**



Fonte: APRAM, S.A.

Verificou-se um aumento significativo, quer no número de acidentes de trabalho, quer dos dias perdidos, conforme se pode constatar no gráfico anterior.

Refira-se que dos 16 acidentes de trabalho, em 2 deles não foi atribuída qualquer incapacidade e 8 situações resultaram numa ausência superior a 60 dias (971 dias).

Todos os trabalhadores da APRAM, sem exceção, estão cobertos, nos termos da lei, por um seguro de acidentes de trabalho assegurado pela Lusitânia Companhia de Seguros.

O quadro de pessoal da empresa íntegra ainda 4 trabalhadores portadores de deficiência.

A nível de doenças profissionais, não existe nenhum caso a assinalar.

#### 3.6 Ação Social

Mantiveram-se as situações previstas na lei, ou seja, a atribuição do abono de família, abono de família monoparental, bonificação por deficiência, subsídio mensal vitalício, incluindo o complemento extraordinário de solidariedade.

### 3. Recursos Humanos

#### 3.7 Responsabilidade Social

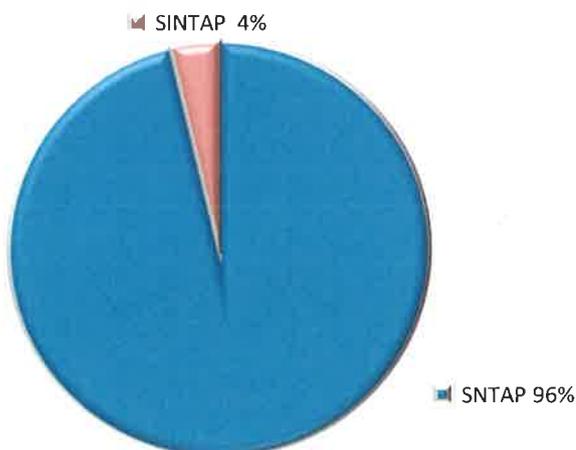
A APRAM, S.A. possibilitou a realização de estágios curriculares a alunos dos estabelecimentos de ensino a seguir indicados:

- Escola Dr. Francisco Fernandes;
- Escola Secundária Francisco Franco;
- Instituto Profissional de Transportes e Logística da Madeira.

#### 3.8 Relações Coletivas de Trabalho

A participação dos trabalhadores da APRAM, S.A. em matérias laborais tem sido efetuada através dos Sindicatos representativos do setor, tendo sido realizadas algumas reuniões no âmbito da APP – Associação de Portos de Portugal. Foram iniciadas negociações com o SNTAP - Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações Portuárias, para a revisão do acordo de trabalho. Os trabalhadores que não são sindicalizados podem optar pela adesão ao referido acordo, nos termos da lei.

Gráfico 25 – Distribuição dos trabalhadores por sindicatos/não sindicalizados



Fonte: APRAM, S.A

Do efetivo, 105 trabalhadores são sindicalizados, o que representa uma taxa de sindicalização de 69,1% e, destes, 101 são filiados no SNTJAP – Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Juntas e Administrações Portuárias.

## 4. Governo da Sociedade



### 4. GOVERNO DA SOCIEDADE

Neste capítulo, dá-se cumprimento ao dever de informação, previsto no regime jurídico do setor empresarial da Região Autónoma da Madeira.

A adoção de uma estrutura de Governance, em consonância com a estratégia da empresa e com as orientações de gestão emanadas pelo acionista, assente na transparência, controlo e eficiência, é considerada uma das questões fundamentais para a sustentabilidade da empresa.

#### 4.1 Missão, Objetivos e política da empresa

O enquadramento jurídico e económico da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. é dado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/99/M, de 1 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 25/2003/M, de 23 de agosto, que transformou a Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira em APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. - Sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos que integra o setor público empresarial da Região Autónoma da Madeira.

Apresenta-se com a designação comercial de Portos da Madeira e tem por objeto social a administração e gestão dos portos (Funchal, Caniçal e Porto Santo), terminais (Porto Novo, Socorridos), cais (Machico, Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Calheta, Porto Moniz, Ponta do Sol, Santa Cruz, Madalena do Mar, Seixal, Porto da Cruz, Paul do Mar) e marinas (Funchal e Porto Santo) da Região Autónoma da Madeira sob a sua área de jurisdição, visando a exploração económica, planeamento, construção, conservação, manutenção e desenvolvimento.

Compete-lhe, ainda, o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária na Região Autónoma da Madeira.

#### 4. Governo da Sociedade

Tendo presente o objeto social e as atribuições que foram acometidas à APRAM, S.A., esta tem por:

- Missão: Administrar as infraestruturas portuárias, de modo a assegurar o acesso e a circulação de pessoas e bens por via marítima, com qualidade, eficácia e eficiência económica e operacional, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da Região Autónoma da Madeira.
- Valores:
  - Qualidade - Procurar a excelência na sua atuação, esforçando-se diariamente por uma prestação de serviço qualificada, tendo por base os meios e tecnologia existentes;
  - Segurança - Garantir a segurança da vida humana, a preservação do ambiente e dos ecossistemas marinhos e a proteção da propriedade;
  - Atitude – Atuar no sentido de cumprir com a missão da organização e satisfazer as expectativas de todos os parceiros;
  - Inovação – Encorajar e premiar a inovação, a criatividade e a pró atividade na vida da organização, de modo a assegurar um desenvolvimento sustentado da atividade.

Os diversos instrumentos, estratégias e programas disponibilizados deverão ser aproveitados pela APRAM, S.A., e demais parceiros, para melhoria e otimização dos níveis de serviço e da capacidade competitiva da RAM, em especial no que respeita à:

- Contribuição da empresa para o desenvolvimento económico da Região Autónoma da Madeira;
- Posicionamento como autoridade portuária e atuação numa lógica de negócio;
- Envolvimento e criação de sinergias com os parceiros de negócio, de um modo muito particular com a comunidade portuária;
- Segurança portuária.



#### 4. Governo da Sociedade

Assim, a APRAM S.A., embora consciente das grandes dificuldades que as demais empresas atravessam, efetuou um grande esforço no sentido de arrecadar as receitas em tempo útil, sob pena de não ser viável o cumprimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso Lei, com as inerentes consequências.

##### 4.2 Orientações de Gestão

No ano de 2017 a APRAM, S.A. foi tutelada pela Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura até outubro de 2018 e, a partir dessa data pela Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira.

O desempenho no ano de 2017 continuou a ser fortemente condicionado pela reclassificação da APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., e por algumas medidas constantes do ORAM 2017.

Não obstante as medidas tomadas, importa não esquecer o cenário de contração económica que vivemos nos primeiros anos de vigência do PAEF, ultrapassados agora com crescimento económico, com reflexos na recuperação no consumo e, conseqüentemente, na movimentação de mercadorias nos portos da RAM, que se traduziram num acréscimo global de 4% comparativamente ao ano anterior.

Os objetivos estratégicos, de cariz plurianual, a desenvolver pela APRAM, S.A. têm por base as seguintes premissas:

- Função de acionista e de tutela sectorial exercida pelo Governo Regional da Madeira;
- Gestão articulada com a tutela<sup>4</sup>, em termos de planeamento e de financiamento partilhado do investimento;
- Sustentabilidade da atividade, com crescente ênfase na segurança marítimo-portuária e na qualidade;

<sup>4</sup> Esta gestão partilhada do investimento deve-se ao facto da APRAM, S.A. ser uma EPR, tratada como serviço e fundo autónomo.



#### 4. Governo da Sociedade

- Eficiência económica na atividade e política de investimentos reprodutivos, orientados para o mercado.

Deste modo, as orientações de gestão para o sistema portuário regional são marcadas, do ponto de vista macro, por um posicionamento estratégico orientado para a concretização dos seguintes Objetivos Estratégicos:

- Reforçar a competitividade dos Portos da Madeira, relevando a sua centralidade atlântica, em especial no segmento do mercado de cruzeiros;
- Participar ativamente na promoção do desenvolvimento sustentado da região;
- Assegurar as melhores práticas de atuação, que reforcem a segurança e promovam a proteção das infraestruturas portuárias e do ambiente;
- Promover o equilíbrio económico-financeiro da Administração dos Portos;
- Desenvolver uma gestão valorativa do capital humano.

#### 4.3 Regulamentos externos e internos

A complexidade do enquadramento legal condiciona a atividade da empresa, aplicando-se regulamentação tão diversa quanto, e a título de exemplo, matérias relacionadas com segurança, ambiente, financiamento comunitário, contratação pública, seguros, regime do setor empresarial da Região Autónoma da Madeira, do estatuto do gestor público da RAM, legislação laboral (desde o regime jurídico do trabalho portuário, contrato individual de trabalho, contrato de trabalho em funções públicas), Regulamentos de Inscrição Marítima, concessões e licenciamentos.

Alguns regulamentos, pela sua relevância, podem ser consultados no sítio da APRAM, S.A. [www.portosdamadeira.com](http://www.portosdamadeira.com).

Indicam-se os principais regulamentos externos:

- Decreto Legislativo Regional n.º 19/99/M, de 1/07, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 25/2003/M, de 23/08: transforma a Administração dos



#### 4. Governo da Sociedade

Portos da Região Autónoma da Madeira em APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. e aprova os respetivos estatutos;

- Decreto-Lei n.º 298/93, de 28/08, adaptado à RAM pelo Decreto Legislativo Regional n.º 18/94/M, de 22/9: estabelece o regime de operação portuária;
- Decreto-Lei n.º 324/94, de 30/12: estabelece as bases gerais das concessões do serviço público de movimentação de cargas em áreas portuárias;
- Decreto-Lei n.º 165/2003, de 24/07: relativo à receção dos resíduos dos navios.
- Decreto-Lei n.º 180/2004, de 27/07: integra a informação do Sistema VTS Português no sistema comunitário de acompanhamento e de informação do tráfego marítimo;
- Decreto-Lei n.º 46/2002, de 2/03.
- Decreto-Lei n.º 226/2006, de 15/11: transpõe para o direito nacional a Diretiva 2005/65/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26/10, e que aprova o Código ISPS, atribui às autoridades portuárias a competência integrada em matéria de segurança nas suas áreas de jurisdição;
- Lei n.º 58/2005, de 29/12: aprova a Lei da Água, transpondo para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2000/60/CE do Parlamento e do Conselho e estabelece as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas;
- Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31/05: estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos;
- Decreto Legislativo Regional n.º 13/2010/M, de 5/08: estabelece o Regime Jurídico do Setor Empresarial da Região Autónoma da Madeira;
- Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31/10: estabelece o Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental;
- Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso;
- Código da Contratação Pública;



#### 4. Governo da Sociedade

- Orçamento da Região Autónoma da Madeira.

##### Regulamentos Internos:

- Regulamento de Exploração da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.;
- Regulamento de Tarifas da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A e Regulamento de Tarifas de Atividades Dominiais, aprovado pela Portaria da Região Autónoma da Madeira n.º 46/2012, de 30/03, retificado pela Declaração de Retificação de 21/06/2012, e alterado pela Portaria n.º 141/2014, de 14/08 e 323/2017, de 1/09
- Regulamento de Tarifas de Atividades Dominiais a aplicar pela utilização de parcela do domínio público da RAM (Estado) afeto à APRAM - Administração de Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., localizada na Praça do Povo, aprovado pela Portaria n.º 269/2016, de 15/07;
- Regulamento de funcionamento do Conselho de Administração;
- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;
- Regulamento da Atribuição e o Uso de Fardamentos e Equipamento de Proteção Individual (EPI);
- Regulamento de acesso à zona portuária e circulação e estacionamento na área de jurisdição da APRAM, S.A. no porto do Funchal;
- Regulamento de circulação e estacionamento na zona portuária terrestre do Porto do Funchal sob jurisdição da APRAM, S.A.;
- Regulamento do Fundo de Maneio;
- Regulamento Interno de Prevenção e Controlo do Consumo Excessivo de Álcool;
- Regulamento para a Prestação de Serviço de Táxis no Porto do Funchal;



#### 4. Governo da Sociedade

- Regulamento que define as condições de utilização do espaço denominado Centro Náutico de São Lázaro, aprovado pela Portaria n.º 270/2016, de 15/07.

#### 4.4 Identificação e Estrutura dos Órgãos Sociais

##### Identificação e estrutura dos órgãos sociais – triénio 2017-2019

Os órgãos sociais foram eleitos para o triénio 2017-2019 em Assembleia Geral de 28 de dezembro de 2016.

Os membros da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho de Administração apresentaram a seguinte composição:

- Mesa da Assembleia Geral:
  - Presidente: Célia Andreia Nóbrega Quintal;
  - Vogal: Patrícia Alexandra Fernandes Bairrada Amaro de Jesus;
  - Secretário da Mesa: Miguel Ângelo Gonçalves de Faria.
- Conselho de Administração:
  - Presidente: Maria Lígia Ferreira Correia;
  - Vogal executiva: Élia Fátima da Silva Rodrigues Ribeiro até outubro de 2017<sup>5</sup>;
  - Vogal executivo: Nuno Davide Gomes de Jesus até novembro de 2017<sup>6</sup>.
  - Vogal executiva: Maria de Fátima Pita Carvalho Correia desde outubro de 2017;
  - Vogal não executivo: Roman Feliciano Neto Pinto desde novembro de 2017.

Na estrutura de gestão do Conselho de Administração não existem comissões especializadas.

- Fiscal Único:
  - Até 31 de julho de 2017 – CRC – Colaço, Rosa, Coelho & Associado, SROC, Lda.;
  - Para o triénio 2017-2019, com início a 1 de agosto de 2017 – Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.

<sup>5</sup> A vogal Élia Ribeiro renunciou ao cargo em outubro de 2017.

<sup>6</sup> O vogal Nuno Jesus renunciou ao cargo em novembro de 2017.

#### 4. Governo da Sociedade



##### 4.5 Funções exercidas noutras empresas/representação

A Presidente do Conselho de Administração Maria Lígia Ferreira Correia integra a representação / grupos de trabalho, não remunerados, de:

- Vogal do Conselho Diretivo da APP – Associação dos Portos Portugueses;
- Vogal da Direção da AP Madeira – Associação de Promoção da Madeira;
- Representante da RAM no CCPTMP – Conselho consultivo para a proteção do transporte marítimo e dos portos;
- Representante da APRAM, S.A. na Comissão Regional de Proteção Civil;
- Representante da APRAM, S.A. Centro de Coordenação Operacional Regional;
- Representante no Conselho Regional do Turismo;
- Representante efetiva da RAM no Observatório da Cabotagem Insular e na Comissão de Planeamento e Emergência do Transporte Marítimo;
- Representante da RAM no Conselho da Náutica de Recreio.

A Vogal do Conselho de Administração Élia Fátima Ribeiro integrou a representação/grupos de trabalho, não remunerados, de:

- Representante da APRAM, S.A. no SITEPR – Sistema de Informação e base de dados dos Trabalhadores das Entidades Públicas Regionais;

O Vogal do Conselho de Administração Nuno Davide Jesus integrou a representação/grupos de trabalho, não remunerados, de:

- Representante da APRAM, S.A. na Comissão Regional de Proteção Civil;
- Representante da RAM, S.A. no projeto SST – Space Surveillance and Tracking;

A Vogal do Conselho de Administração Fátima Carvalho Correia integra a representação/grupos de trabalho, não remunerados, de:

- Representante da APRAM, S.A. no SITEPR – Sistema de Informação e base de dados dos Trabalhadores das Entidades Públicas Regionais;



#### 4. Governo da Sociedade

- Representante da APRAM, S.A. como membro suplente no Centro de Coordenação Operacional Regional;
- Representante suplente da RAM no Observatório da Cabotagem Insular e na Comissão de Planeamento e Emergência do Transporte Marítimo;
- Representante da APRAM, S.A. no grupo de trabalho previsto no DL 51/2016 (pesagem dos contentores para exportação abrangido pela Convenção Internacional sobre a Segurança dos Contentores (CSC));
- Representante suplente da RAM no CCPTMP – Conselho consultivo para a proteção do transporte marítimo e dos portos.

#### 4.6 Áreas de Tutela e Síntese Curricular dos Membros do Conselho de Administração

O Conselho de Administração, e nos termos do artigo 11.º dos Estatutos da APRAM, tem áreas de tutela definidas:

- Até novembro de 2017:

Presidente: Maria Lígia Ferreira Correia

- Planeamento e Investimentos;
- Segurança;
- Promoção, Marketing e Relações Públicas e Externas;
- Área Jurídica;
- Tecnologias e Sistemas de Informação;
- Articulação entre as diferentes áreas de intervenção da APRAM;
- Outras áreas da competência do CA.
- Tinha ainda as competências específicas de:
  - Compete, ainda, à presidente do Conselho de Administração a coordenação e a orientação geral das atividades daquele órgão e, em especial:
    - Convocar o Conselho de Administração, fixar a agenda de trabalhos e presidir às respetivas reuniões;



#### 4. Governo da Sociedade

- Representar o Conselho de Administração, em juízo e fora dele, sem prejuízo de outros representantes ou mandatários que puderem ser designados para o efeito.
- Sempre que o exijam circunstâncias excecionais e urgentes e não seja possível reunir o Conselho, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência deste, mas tais atos ficam sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática.

Vogal Executiva: Élia Fátima da Silva Rodrigues Ribeiro

- Área Financeira;
- Área Administrativa e de Recursos Humanos.

Vogal Executivo: Nuno Davide Gomes Jesus

- Instalações e Equipamentos;
- Operações portuárias, Qualidade e Ambiente.

Regime de Substituições:

- A presidente do Conselho de Administração foi substituída, nas suas faltas e impedimentos pela vogal Élia Fátima da Silva Rodrigues Ribeiro, a qual, nesse caso, deteve o voto de qualidade;
- Nas suas faltas e impedimentos os vogais do Conselho de Administração substituíram-se mutuamente.

Depois de novembro de 2017

Presidente: Maria Lígia Ferreira Correia

- Planeamento e Investimentos;
- Segurança;
- Promoção, Marketing e Relações Públicas e Externas;
- Área Jurídica;



#### 4. Governo da Sociedade

- Instalações e Equipamentos;
- Operações portuárias, Qualidade e Ambiente;
- Assegurar a articulação entre as diferentes áreas de intervenção da APRAM, S.A.;
- Competências específicas de:
  - Compete, ainda, à presidente do Conselho de Administração a coordenação e a orientação geral das atividades daquele órgão e, em especial:
  - Convocar o Conselho de Administração, fixar a agenda de trabalhos e presidir às respetivas reuniões;
  - Representar o Conselho de Administração, em juízo e fora dele, sem prejuízo de outros representantes ou mandatários que puderem ser designados para o efeito.
  - Sempre que o exijam circunstâncias excecionais e urgentes e não seja possível reunir o Conselho, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência deste, mas tais atos ficam sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática.

Vogal executiva do Conselho de Administração:

- Área Administrativa e de Recursos Humanos;
- Área Financeira;
- Tecnologias e Sistemas de Informação.

Vogal não executiva – Sem pelouros atribuídos.

Regime de Substituição:

- A presidente do Conselho de Administração será substituída, nas suas faltas e impedimentos pela vogal executiva, a qual, nesse caso, deterá o voto de qualidade.
- Nas suas faltas e impedimentos os membros executivos do Conselho de Administração substituem-se mutuamente.



#### 4. Governo da Sociedade

- Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, poderá ser definido outro regime de substituição por deliberação do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração obriga-se:

- Pela assinatura de dois membros do conselho de administração, sendo uma delas a da presidente ou de quem a substitua;
- Pela assinatura de um administrador quando haja delegação expressa do conselho para a prática de um determinado ato;
- Pela assinatura de mandatário constituído, no âmbito do correspondente mandato;
- Em assuntos de mero expediente basta a assinatura de um membro do conselho de administração.

Nos parágrafos seguintes é apresentada uma síntese dos elementos curriculares de todos os membros do Conselho de Administração.

Presidente do Conselho de Administração

Maria Lígia Ferreira Correia

##### **Formação Académica:**

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, concluída em 1985, com a média final de 14 valores, classificação de Bom;

Pós-Graduação em “Gestão de Transporte Marítimo e Gestão Portuária”, ministrada pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, 1996/1997.

##### **Atividade Profissional:**

De 1 de janeiro de 2017, Presidente do Conselho de Administração da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.;

De 20 de junho até 31 de dezembro de 2016, Técnica Superior Assessora do mapa de pessoal da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.;

De 1 maio de 2015 até 19 de junho de 2016, Presidente do Conselho de Administração do Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E.;



#### 4. Governo da Sociedade

De 15 de agosto de 2008 até 20 de abril de 2015, Gerente GESBA – Empresa de Gestão do Sector da Banana, Lda.;

De 1 de julho de 1999 até 14 de agosto de 2008 – Vogal do Conselho de Administração da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., tendo os pelouros de relações externas, gestão financeira e administrativa, recursos humanos, informática, marketing, estatística e património. Durante este período, exerceu as funções de vice-presidente, com o outro vogal, em regime de rotatividade anual;

De 1997 a 1999 – Nomeada em regime de comissão de serviço no cargo de vogal do Conselho de Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, IP;

De 1991 a 1997 – Nomeada em regime de comissão de serviço no cargo de Diretora dos Serviços Financeiros e Administrativos da Direção Regional dos Portos;

De 1987-1991 – Responsável dos Serviços Financeiros e Administrativos da Direção Regional de Portos, organismo dotado de autonomia administrativa e financeira desde janeiro de 1987;

1986 – Técnica superior na Direção Regional de Portos do quadro de pessoal da Direção Regional dos Portos;

1985 – Ingresso no quadro de pessoal da Direção Regional de Finanças, da Secretaria Regional do Plano.

##### **Atividade Académica:**

Lecionou a disciplina de “Contabilidade Industrial” no Instituto Superior de Administração e Línguas da Madeira;

Foi contratada como Assistente da Cadeira de “Contabilidade I e II” na Universidade Católica Portuguesa (extensão do Funchal);

Foi contratada como Assistente da Cadeira de “Auditoria” na Universidade Católica Portuguesa (extensão do Funchal);

Foi assistente da cadeira de contabilidade geral na Universidade da Madeira.

##### **Participação em Comissões/Grupos de Trabalho:**

Foi membro de vários júris de concursos, no âmbito da legislação referente aos mercados públicos;

#### 4. Governo da Sociedade

Foi membro do júri do concurso público de avaliação das propostas para a concessão da linha marítima de transporte de passageiros e mercadorias entre o Funchal e o Porto Santo;  
Integrou a coordenação do projeto de implementação do software SAP de apoio à gestão portuária e à gestão económico-financeira;  
Foi responsável na DRP pela implementação de normas e procedimentos referentes à área económico financeira e de aprovisionamento.

##### **Formação profissional:**

Destaque para as seguintes ações:

Gestão e Gestão de Risco;  
Gestão Orçamental Pública;  
União Monetária e Empresas;  
Finanças Regionais;  
Instrumentos Financeiros;  
Sistemas de Informação das Organizações;  
Qualidade e Excelência dos Serviços;  
Gestão por Objetivos;  
Gestão Portuária;  
Finanças e Controlo de Gestão;  
Contratos de Concessão – Regime Jurídico das Concessionárias;  
Auditoria Fiscal;  
Os 7 Hábitos das Pessoas Altamente Eficazes;  
*Coaching*, Comunicação e Competências de Sucesso.

##### **Vogal do Conselho de Administração**

Élia Fátima da Silva Rodrigues Ribeiro até outubro de 2017<sup>7</sup>;

##### **Formação Académica:**

Licenciatura em Gestão pela Universidade da Madeira;

<sup>7</sup> A Vogal Élia Ribeiro renunciou ao cargo em outubro de 2017.



#### 4. Governo da Sociedade

Pós-Graduação em Fiscalidade Regional e Internacional pela Universidade da Madeira.

##### **Atividade Profissional:**

De 1987 a 1995, desempenhou as funções de Auditora na ERNST & YOUNG;

De 1995 a 30 de setembro de 1998, desempenhou as funções de Supervisora na ERNST & YOUNG/ERNST & YOUNG (Funchal), Lda.;

De 1 de outubro de 1998 a 31 de janeiro de 2012, desempenhou as seguintes funções na RAMA - Rações para Animais, S.A.: Supervisão, coordenação e planeamento dos serviços contabilísticos, administrativos e financeiros, Supervisão e coordenação dos serviços de recursos humanos; Supervisão e coordenação dos serviços contabilísticos das empresas participadas Sodiprave - Sociedade Distribuidora de Produtos Avícolas, S.A., Avipérola - Sociedade de Produção e Distribuição de Pintos do Dia, Lda. e Aviatlântico - Avicultura, S.A. e da empresa-mãe VITECAF - Fábrica de Rações da Madeira, S.A.; Técnica Oficial de Contas da Rama - Rações para Animais, S.A.; Técnica Oficial de Contas das empresas participadas e empresa-mãe;

De 1 de Fevereiro de 2012 a 31 de maio de 2015, Diretora Regional do Património na Secretaria Regional do Plano e Finanças;

De 1 de julho de 2015 a 31 de dezembro de 2016, Técnica Especialista na Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura;

De 1 de janeiro a 24 de outubro de 2017 – Vogal do Conselho de Administração da APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.;

Desde 25 de outubro de 2017 - Diretora Regional da PAGESP - Direção Regional do Património e de Gestão dos Serviços Partilhados.

##### **Outras Competências/Formação:**

Membro Efetivo da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas n.º 39104;

Membro Efetivo da Ordem dos Economistas n.º 13538;

Formadora certificada pela DRQP com o Certificado n.º 7393;



#### 4. Governo da Sociedade

Inscrição no mestrado em Gestão e Políticas Públicas - elaboração de tese.

Formações diversas de atualização de conteúdos de natureza fiscal, laboral e de normativos contabilísticos e outros diretamente relacionados com o exercício da profissão com destaque para:

Ação de formação "Orçamento do Estado 2015 - Alterações ao Código do IRC -Aspectos fundamentais do IRS - Fiscalidade Verde; Encerramento de contas 2014", 26/01/2015;

Ação de formação "Responsabilidade civil, disciplinar, criminal e financeira na administração pública" (24 a 27/11/2014);

Ação de formação "SIADAP – Formulação de objetivos e indicadores de medida e fixação de metas de desempenho" (14 a 16/07/2014);

Ação de formação "Lei dos compromissos e pagamentos em atraso (LCPA) e sua regulamentação (3 e 4/07/2014);

Ação de formação "Lei dos compromissos e pagamentos em atraso (LCPA) e sua regulamentação (25 e 26/11/2013);

Ação de formação "Gestão do Património" (21 a 23/10/2013);

Ação de formação "O código dos contratos públicos" (30/09 a 04/10/2013);

Ação de formação "A prestação de contas e responsabilidades financeiras nos serviços que dispõem de POCP ou planos sectoriais" (23 a 26/09/2013);

Seminário III: Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado do 2º Ciclo de Seminários de Fiscalidade 2011 (05/12/2011);

Dissolução, Liquidação, Fusão e Cisões de Sociedades (aspectos contabilísticos e fiscais) – Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (14/11/11 a 15/11/11);

Seminário II: Impacto dos Novos Normativos Contabilísticos no IRC – Situações Especiais do 2º Ciclo de Seminários de Fiscalidade 2011 (28/10/2011);

Seminário I: Benefícios Fiscais – Atualização e Tendências Futuras 2º Ciclo de Seminários de Fiscalidade 2011 – ACIF - Associação Comercial e Industrial do Funchal (26/09/2011);



#### 4. Governo da Sociedade

Conferência Gestão Societária num Contexto de Crise, SRS Advogados (19/07/2011);

Orçamento do Estado para 2011; Encerramento de contas de 2010, Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (24/01/2011);

Noites SNC, Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (15/12/2010);

Código Contributivo da Segurança Social, ACIF - Associação Comercial e Industrial do Funchal (14/12/2010);

Seminário III: Preparação do Dossier Fiscal de Transição e Atualização Fiscal em Sede de IRC do 2º Ciclo de Seminários de Fiscalidade 2010, ACIF - Associação Comercial e Industrial do Funchal (06/12/2010);

Noites SNC, Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (24/11/2010)

Seminário II: IVA – Regras de Localização das Prestações de Serviços e Alterações às Regras de Reembolso do 2º Ciclo de Seminários de Fiscalidade 2010, ACIF - Associação Comercial e Industrial do Funchal (08/11/2010);

Noites SNC, Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (22/09/2010);

Código do Trabalho, ACIF - Associação Comercial e Industrial do Funchal (26/04/2010 a 28/04/2010);

Sistema de Normalização Contabilística (SNC), ACIF - Associação Comercial e Industrial do Funchal (13/04/2010 a 16/04/2010);

IRC alterações para 2010 (incluindo o OE para 2010); Transição do POC para o SNC – Caso prático com resolução, Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (30/03/2010);

A aplicação da NCRF nº 3 (aplicação pela 1ª vez do SNC), Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (25/01/2010);

SNC – Adoção pela 1ª vez das NCRF, Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (14/10/2009 a 11/11/2009);

Prática Fiscal em IRC e IES, ACIF - Associação Comercial e Industrial do Funchal (10/12/2008 a 12/12/2008);



#### 4. Governo da Sociedade

Ética e Deontologia do TOC; Prestação de Contas na Administração Pública, Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (20/10/2008);

Normas Internacionais de Contabilidade, Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (30/09/2008);

Orçamento do Estado para 2008; Encerramento das Contas de 2007, Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (08/02/2008);

Orçamento do Estado para 2007; Informação Empresarial Simplificada (IES) – Depósito das Contas; Encerramento de Contas de 2006, Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, (02/02/2007);

Implicações na Profissão de TOC das Recentes Alterações Legislativas; Medidas Práticas de Simplificação Administrativa, Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (07/07/2006);

Seminário de Fiscalidade, ACIF - Associação Comercial e Industrial do Funchal (07/11/2005);

Código do Trabalho, ACIF - Associação Comercial e Industrial do Funchal (09/03/05 a 11/03/05);

Aspetos Particulares dos Capitais Próprios, Análise Contabilística, Societária e Fiscal; Locações Financeiras vs Locações Operacionais, Aspetos Contabilísticos e Fiscais, Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (28/06/2004);

Código do Trabalho, ACIF - Associação Comercial e Industrial do Funchal (08/03/04 a 10/03/04);

Seminário de Fiscalidade, ACIF - Associação Comercial e Industrial do Funchal (01/03/2004);

Desafios Fiscais 2004, Ambofiscal/UHY;

Seminário Impostos Diferidos (2003), Ambofiscal/UHY;

Desafios Fiscais 2003, Ambofiscal/UHY;

Contabilidade Pública e Fiscalidade, Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (04/11/2002);

Desafios Fiscais 2002, Ambofiscal/UHY;



#### 4. Governo da Sociedade

Seminário Preços Transferência (2002), Ambofiscal/UHY;

Desafios Fiscais 2001, Ambofiscal;

Seminário Nova Declaração Anual de IVA, IRC, IRS (2000), Ambofiscal;

Novo Modelo 22 de IRC (2000), Ambofiscal;

Perspetivas Fiscais 2000, Ambofiscal;

Fiscalidade 98, Ernst & Young;

Seminário Inovações Fiscais 1998, Ernst & Young;

Seminário Inovações Fiscais 1996, Ernst & Young;

Seminário Orçamento Estado 95, Ernst & Young.

#### **Vogal do Conselho de Administração**

Nuno Davide de Freitas Jesus

##### **Formação Académica:**

Licenciatura em Engenharia Naval, pelo Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa, concluída em 2001, com a média final de 14 valores;

Pós-Graduação em “Gestão de Transporte Marítimo e Gestão Portuária”, ministrada pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, 2002, com a média final de 14 valores.

##### **Atividade Profissional:**

De 1 de janeiro a 16 de novembro de 2017 – Vogal do Conselho de Administração da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.;

De 12 de outubro de 2015 até o presente: Assessoria Técnica à Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura, na área de transportes marítimos, portos e transportes aéreos;

De 17 de junho de 2013 a 11 de outubro de 2015, Colaborador da EEM - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A. exercendo funções de Engenharia/Gestão Ambiental e de Qualidade da Central Térmica da Vitória;

#### 4. Governo da Sociedade

De 8 de novembro de 2004 até 14 de junho de 2013, Colaborador da EEM - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A. integrado no Gabinete do Projeto de Introdução de Gás Natural na Madeira, coordenando a parte de abastecimento marítimo e obra marítima;

##### **Outras Competências/Formação:**

Publicação de artigos relacionados com o turismo de cruzeiros e transportes aéreos, em revistas da especialidade, desde 1996 até hoje;

Publicação do documento de investigação “Escalas de Navios de Passageiros no Funchal desde 1960” em 1996;

Participação nas Jornadas Técnicas de Engenharia Naval em 2002 e 2006, com apresentação relacionadas com o turismo de cruzeiros;

Participação em diversos cursos sobre obras marítimas, lecionados pelo LNEC, em 2007, 2008 e 2010;

Realização de peritagens marítimas e draft-surveys (2006, 2008, 2011);

Presidente da Direção do CEN – Clube de Entusiastas de Navios, desde setembro de 2011;

Participação num curso de formação de auditores, em 2015;

Representação do Governo Regional em diversos fóruns europeus sobre transportes marítimos no âmbito das Autoestradas do Mar, ao longo de 2016, tendo sido proferidas apresentações sobre o caso da Madeira em Umea (Suécia), Bruxelas e Palma de Maiorca.

##### **Vogal do Conselho de Administração**

Maria de Fátima Pita Carvalho Correia

##### **Formação Académica:**

Pós-Graduação em Gestão Portuária e Transporte Intermodal, Instituto Superior de Transportes, 1995/1996;

Pós-Graduação em Direito do Trabalho, Instituto de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, 2004/2005;

Curso de Desenvolvimento de Competências de Gestão e Administração, Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo, 2011/2012;

#### 4. Governo da Sociedade

Pós-Graduação em Estudos Europeus, Variante de Economia, Centro de Estudos Europeus da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 1991/1995;

5.º ano de Língua Francesa, Alliance Française, 1989;

Licenciatura pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas em Política Social, Universidade Técnica de Lisboa, 1981/1985.

##### **Atividade Profissional:**

Desde 25 de outubro de 2017 – Vogal do Conselho de Administração da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.;

De 1 de janeiro a 24 de outubro de 2017– Técnica Superior Assessora do mapa de pessoal da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.;

De 10 de março de 2014 – Vogal do Conselho de Administração da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. até 31 de dezembro de 2016;

De 2010/05/01 a 9 de março de 2014 - Diretora Administrativa e de Recursos Humanos na APRAM, S.A.;

De 1 de Março de 2001 a 30 de abril de 2010 - Diretora de Recursos Humanos na APRAM, S.A.;

De 1 de Novembro de 1997 a 28 de fevereiro de 2001 - Diretora Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos na Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, IP;

De 1 de Setembro de 1991 a 31 de outubro de 1997 - Diretora de Recursos Humanos na Direção Regional de Portos;

De 9 de Fevereiro de 1989 a 31 de agosto de 1991 - Técnica superior na Direção Regional de Portos;

De 21 de Abril de 1986 a 8 de fevereiro de 1989 - Técnica superior no Gabinete de Estudos e Planeamento da ex-Secretaria Regional do Plano;

De 1984 a 1985 – Estágio profissional na UBP – União de Bancos Portugueses.

##### **Atividade Académica:**

Docente da disciplina de Geografia - Professora provisória, Escola Secundária Dr. Ângelo Augusto da Silva, Funchal;

#### 4. Governo da Sociedade

Assistente convidada da cadeira de “Gestão de recursos humanos”, Universidade Católica Portuguesa.

##### **Participação em Comissões/Grupos de Trabalho:**

Foi membro de vários júris de concursos, no âmbito da legislação referente aos mercados públicos;

Integrou grupos de trabalho para a elaboração de propostas de diplomas de adaptação de legislação ao sector portuário da RAM;

Coordenou o projeto de implementação do software SAP de apoio à gestão portuária e à gestão económico-financeira;

Foi responsável na DRP pela implementação das normas e procedimentos referentes à nomenclatura combinada dos transportes marítimos, na sequência da harmonização estatística introduzida pela Diretiva Comunitária para o sector portuário;

Coordenou, por parte da DRP, os projetos de “Auditoria informática e elaboração do Plano Diretor de Informática” e “Auditoria de gestão da Direção Regional de Portos”.

Colaborou na elaboração dos diplomas que transformaram a Direção Regional em Instituto Público e posteriormente, em Sociedade Anónima;

Colaborou, na qualidade de representante regional, na elaboração da proposta do Decreto-Lei de racionalização de efetivos no sector portuário (reforma antecipada);

Coordenou o grupo de trabalho que procedeu à adaptação à RAM de várias legislações do sector portuário, com relevância para o Estatuto do Pessoal da Direção Regional de Portos.

##### **Trabalhos elaborados:**

“Evolução do Movimento de Cruzeiros do Porto do Funchal na última década, 1998, Secretaria Regional de Economia e Cooperação Externa;

“A Política Comunitária Marítima – a sua importância na política comum de transportes e mercado comum”, 1995, dissertação no âmbito da Pós-graduação em Gestão portuária e transporte intermodal, Centro de Documentação do ISP;

“Evolução e caracterização das embarcações registadas no Registo de Internacional de Navios da Madeira”, 1996, Centro de Documentação do ISP;



#### 4. Governo da Sociedade

“Clima Organizacional - um estudo prático”, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1985.

##### **Vogal não executivo do Conselho de Administração**

Roman Feliciano Neto Pinto

##### **Formação:**

Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Diversos cursos/ ações de formação, no âmbito das atividades desenvolvidas.

##### **Experiência Profissional:**

Iniciou a sua experiência profissional em 2001 como técnico comercial no então designado Banco Totta & Açores no Balcão Miguel Torga em Coimbra;

Em 2002 realizou um estágio curricular no Instituto Nacional de Estatística na Direção Regional do Centro em Coimbra onde participou na crítica ao Inquérito Anual às Empresas e, posteriormente, no Inquérito Trimestral às Empresas não Financeiras em cooperação com o Banco de Portugal;

No ano letivo de 2004/2005 foi formador da disciplina de Cálculo Comercial na então designada Direção Regional de Formação Profissional;

Iniciou a carreira pública em abril de 2004, na então designada Direção Regional do Planeamento e Finanças da Secretaria Regional do Plano e Finanças onde desempenhou funções na área dos Estudos e Planeamento passando, a partir de 2007, a desempenhar funções relacionadas com a área das finanças e dos assuntos comunitários;

Entre agosto de 2012 e janeiro de 2017, foi nomeado Técnico Especialista para prestar acessória especializada no Gabinete da Secretaria Regional de Finanças no âmbito do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira, em estrita colaboração com as Direções Regionais do Orçamento e do Tesouro.

Entre fevereiro e outubro de 2016 foi nomeado Diretor de Serviços, em regime de substituição, da Direção de Serviços de Coordenação e Contabilidade da DROT.



#### 4. Governo da Sociedade

Em outubro de 2016 foi nomeado Adjunto do Gabinete de Sua Excelência o Secretário Regional das Finanças e da Administração Pública, fazendo o acompanhamento de diversas matérias da competência da Secretaria Regional.

Entre março de setembro de 2017 desempenhou, em acumulação com as funções de Adjunto do Gabinete, as funções de coordenação da Unidade de Gestão da Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública.

Faz parte do Conselho de Administração do Fundo de Estabilização Tributário da Região Autónoma da Madeira.

Atualmente é Adjunto do Gabinete de Sua Excelência o Vice-Presidente do Governo Regional da Madeira.

##### **Outros elementos curriculares de relevo:**

Participou no grupo de trabalho responsável pela elaboração do PDES - Plano de Desenvolvimento Económico e Social da Região Autónoma da Madeira para o período de 2007 até 2013 tendo também colaborado na elaboração do PIDDAR - Programa Anual de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira e respetivos relatórios de execução para os anos de 2006 e 2007;

Participou, em representação da Região Autónoma da Madeira, no grupo de trabalho organizado pela Direção Geral de Desenvolvimento Regional para apoio à realização do Exame Territorial de Nível Nacional à Portugal realizado pela OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico;

Participação ativa no acompanhamento da aplicação da Lei de Finanças das Regiões Autónomas e da Lei de Meios que assegura o financiamento das iniciativas de apoio e reconstrução dos danos ocorridos na Região Autónoma da Madeira na sequência da intempérie de 20 de fevereiro de 2010;

Colaboração, como técnico da Direção Regional do Tesouro, na realização, implementação e acompanhamento do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira integrando a estrutura técnica criada pela resolução n.º 69/2012,

#### 4. Governo da Sociedade

de 20 de fevereiro para assegurar a implementação e o acompanhamento das medidas previstas no referido programa;

No âmbito do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira, destaca-se a participação ativa na preparação e concretização da “Operação de 1.100 milhões de euros” e da “Operação 150 milhões de euros” destinadas à regularização de dívida comercial da RAM; colaboração na realização de diversos acordos de regularização de dívidas; na atualização da Estratégia de Pagamentos da Dívida Comercial da RAM e no acompanhamento da concretização de diversas medidas previstas no PAEF-RAM;

Fez parte da estrutura de missão criada pelo Governo Regional com vista a apresentação de uma proposta de implementação de meios aéreos de combate aos incêndios na Região Autónoma da Madeira.

Fez parte do Gabinete de Apoio ao Emigrante na Venezuela criado pelo Governo Regional com vista a garantir a melhor integração e apoio aos emigrantes regressados à Região Autónoma da Madeira.

Faz parte do Grupo de Trabalho, nomeado pelo atual Ministro das Finanças, pelo Despacho n.º 8855/2017 sobre o Hospital Central da Madeira;

Atualmente faz também parte da direção da ADBRAVA - Associação de Desenvolvimento da Ribeira Brava – pessoa coletiva de natureza privada e sem fins lucrativos, constituída em 30 de maio de 2009, tendo sido atribuído em 15 de maio de 2013 o estatuto de IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social n.º 02/13, exercendo as funções de tesoureiro desde junho de 2009.

#### 4.7 Reuniões do Conselho de Administração e decisões mais relevantes

O número de reuniões do Conselho de Administração no exercício de 2017 foi de 55.

Destacamos as seguintes deliberações tomadas no ano de 2017:

#### 4. Governo da Sociedade



##### **Governo da Sociedade:**

- Aprovação do Regulamento de Funcionamento do Conselho de Administração e delegação de competências pelos membros do Conselho de Administração;
- Aprovação do “Regulamento de acesso à zona portuária e circulação e estacionamento na área de jurisdição da APRAM, S.A. no Porto do Funchal”;
- Aprovação da proposta de portaria, para alteração do artigo 47.º do Regulamento de Tarifas da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., por entender ser necessário adequar e atender às solicitações dos nossos agentes de navegação, à nova realidade empresarial do negócio de cruzeiros;
- Proposta para a celebração de um Contrato de Mútuo no valor de 17.419.073€ para fazer face ao serviço da dívida em 2017;
- Renovação dos certificados de isenção do serviço de pilotagem válidos para o Porto do Funchal e Porto do Porto Santo;
- Autorização para o gozo de tolerâncias de ponto, nos mesmos termos que foram concedidas pelo Governo Regional aos demais trabalhadores;
- Submissão à apreciação da tutela da Proposta de Orçamento da APRAM, S.A. para o ano de 2018, elaborado nos termos da Circular n.º 4/2017/ORÇ., elaborado na ótica da contabilidade pública e devido à APRAM ser uma EPR;
- Aprovação do projeto de regulamento de acesso à zona portuária e circulação e estacionamento na área de jurisdição da APRAM, S.A. no Porto do Funchal;
- Proposta de atualização do subsídio de refeição aos titulares dos cargos e demais pessoal da APRAM, S.A. a ser submetida à Secretaria Regional do Plano e Finanças;
- Aprovação da comparticipação financeira máxima da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. para o projeto global da JUL – Janela Única Logística;
- Indeferimento de pedido para colocação de uma roda gigante na Praça do Povo;



#### 4. Governo da Sociedade

- Aprovação da continuação da APRAM, S.A. no projeto Gainn4mos, com responsabilidade na execução da atividade 2 (Estudos detalhados e desenvolvimento de protótipos) e 3 (Ensaio reais e pilotos), sujeito ainda à aprovação por parte da entidade europeia INEA;
- Deferimento do pedido de João Silvério Pires, Ld.ª para o registo da sociedade como agente de navegação;
- Emissão de licença para o exercício da atividade de abastecimento do navio “AIDAPRIMA” com gás natural liquefeito, por trasfega.
- Emissão de parecer favorável ao plano de proteção da instalação portuária, apresentado pela CLCM – Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.;
- Aprovação do programa INTERREG MAC 2014-2020, com o projeto Transferência tecnológica e eco inovação para a gestão ambiental e marítima em zonas portuárias da Macaronésia (ECOMARPORTS);
- Proposta de demolição do edifício existente à entrada do Porto do Funchal;
- Proposta à apreciação do Governo Regional, como consequência da reestruturação do modelo de gestão portuária, a revogação da licença emitida em 18.03.1991, pela Direção Regional de Portos da Região Autónoma da Madeira;
- Deferimento do pedido da sociedade PMAR – Navegação, Ld.ª como agente de navegação nos portos da Região Autónoma da Madeira;
- Indeferimento do projeto de arquitetura e projeto de especialidades apresentado e, consequentemente, revogar a decisão de adjudicação da concessão de uso privativo de uma parcela dominial localizada à entrada do Porto do Funchal;
- Adjudicação à sociedade Grant Thornton & Associados - SROC, Lda., a aquisição de serviços de certificação legal de contas e fiscalização da sociedade.



#### 4. Governo da Sociedade

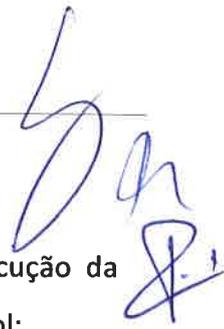
##### Representação em comissões

Para além das comissões mencionadas na parte inerente aos membros do Conselho de Administração, há a assinalar as seguintes:

- Nomeação do Eng. João Filipe Gonçalves Marques dos Reis representante da APRAM, S.A., no projeto para a “Implementação de Sistema de Alerta de Aluviões – Estudo do leque aluvionar da baía;
- Nomeação do Eng. Carlos Manuel Henriques Camacho representante da APRAM, S.A., na Comissão Consultiva de Acompanhamento da Elaboração do Programa da Orla Costeira do Porto Santo;
- Nomeação da Eng.ª Cecília Maria Ribeiro da Silva Correia, para representar a APRAM, S.A., em projetos e procedimentos afins, em que seja predominante a componente técnica informática.

##### Empreitadas e aquisição de bens e serviços:

- Adjudicação do contrato de empreitada de adaptação dos postos do SEF na Gare Marítima da Madeira;
- Adjudicação à TFALCON MADEIRA, Unipessoal a prestação de serviços de controlo da espécie «gaivotas», no porto do Funchal, através da utilização de aves de rapina;
- Adjudicação à Caldeira & Costa Unipessoal, Lda. a locação/aluguer de equipamento de cópia/impressão e fornecimento dos respetivos consumíveis;
- Adjudicação à Apicius a recolha de resíduos - lote 1 (hidrocarbonetos) e lote 2 (águas residuais) no âmbito do “Concurso Público para Prestação de Serviços de Recolha de Resíduos”;
- Adjudicação à empresa Máxima Dinâmica – Reparações e Construções, Lda., a empreitada de construção dos quiosques de apoio às embarcações marítimo-turísticas na Marina do Funchal;



#### 4. Governo da Sociedade

- Adjudicação à empresa RIM – Engenharia e Construções S.A., a execução da empreitada de construção de muro de contenção no Cais da Ponta do Sol;
- Adjudicação à empresa Ahlers Lindley, Lda., o fornecimento de um portaló articulado para o porto do Funchal;
- Adjudicação à empresa Ahlers Lindley, Lda., o fornecimento de uma estrutura flutuante para a marina do porto do Porto Santo;
- Adjudicação à empresa Consumindu, Lda., para fornecimento e instalação de linha de vida na cobertura da Gare Marítima da Madeira;
- Adjudicação à empresa HIDROMOD – Modelação em Engenharia, Lda., a elaboração do estudo de impacte hidrodinâmico e sedimentar das plumas associadas à ribeira de São João;
- Adjudicação à empresa Innova Oceanografia litoral SL, do fornecimento de um correntómetro acústico multifuncional;
- Adjudicação à empresa M.I. Silva Gaspar, Lda. a aquisição de material para as embarcações da APRAM, S.A.;
- Adjudicação à empresa MCComputadores, S.A., o fornecimento de um servidor, incluindo respetivo software;
- Adjudicação à empresa MSB - Arquitectura e Planeamento, Lda., a elaboração do projeto de execução e peças processuais para a empreitada de construção do edifício de apoio do cais 6 do Porto do Funchal;
- Adjudicação à empresa NAVALTAGUS - Reparação e Construção Naval, S.A., a realização das Provas de Carga e Respetiva Certificação de 8 (oito) Pranchas de Alumínio Utilizadas no Desembarque e Embarque de Passageiros no Porto do Funchal;
- Adjudicação à empresa PeçasRam – Comércio de Peças e Acessórios, Lda., o fornecimento e montagem de um alternador no empilhador n.º 1;



#### 4. Governo da Sociedade

- Adjudicação à empresa Schindler - Ascensores e Escadas Rolantes, S.A., os serviços de manutenção de elevadores e escadas rolantes da Gare Marítima da Madeira;
- Adjudicação à empresa Soledes Lda., a execução da empreitada de reparação/substituição de todo o sistema de iluminação do Porto do Caniçal;
- Adjudicação à empresa TPF - Planege Cenor - Consultores de Engenharia e Gestão, S.A. a prestação de serviços de elaboração de estudos prévios, projetos de execução e peças processuais das empreitadas a executar pela APRAM, S.A., no Porto do Funchal, Cais de Machico, Porto do Caniçal e Porto do Porto Santo;
- Adjudicação à empresa TSM, Perfurações e Sondagens Subaquáticas da Madeira, Lda. dos serviços de mergulho profissional (execução de trabalhos marítimos) para a APRAM, S.A.;
- Adjudicação à empresa Vicente Vieira, Sociedade de Construção Civil Unipessoal, Lda., a limpeza e impermeabilização da cobertura das lojas da Marina do Funchal;
- Adjudicação à empresa Jardins da Tabua, Lda., a prestação de serviços de conservação/manutenção de espaços verdes no porto do Funchal;
- Adjudicação à empresa MCComputadores, S.A. Manutenção, Consultoria, Apoio e Outros para os Sistemas de Informação da APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. - Bolsa de Horas;
- Adjudicação à empresa WW - Consultores de Hidráulica e Obras Marítimas, S.A. a elaboração do projeto de execução e peças processuais da empreitada para substituição de cabeços existentes nos cais 2 e 3 do porto do Funchal;
- Adjudicação à Campostec - Consultoria Empresarial, Lda. a prestação de serviços relativa ao aprofundamento do modelo de viabilidade económico-financeira da concessão do porto do Caniçal;
- Adjudicação à Proinov - Consultoria em Gestão, Formação e Multimédia, Lda., a prestação de serviços de manutenção do site da APRAM, S.A.;



#### 4. Governo da Sociedade

- Adjudicação à Repsol Portuguesa, S.A., a aquisição de combustíveis para os rebocadores da APRAM, S.A.;
- Adjudicação à Sommitécnicas - Sociedade, Montagem e Manutenção de Instalações Técnicas Lda., a prestação de serviços de manutenção preventiva das instalações de climatização da Gare Marítima da Madeira no Porto do Funchal;
- Adjudicação à Vortal - Comércio Electrónico, Consultadoria e Multimédia, S.A., a subscrição de Plataforma Eletrónica de Contratação Pública;
- Adjudicação à WW - Consultores de Hidráulica e Obras Marítimas, S.A., a elaboração do projeto de execução e peças processuais da empreitada de Construção de um Heliporto no Porto do Funchal;
- Adjudicação ao IPTL – Instituto Profissional de Transportes e Logística da Madeira, a prestação de serviços de Curso de Qualificação para a Condução de Embarcações de Salvamento (exceto embarcações rápidas);
- Adjudicação da Prestação de Serviços Jurídicos ao Dr. David Fontes Neves;
- Adjudicação à empresa Tecnaco - Técnicos de Construção, S.A. da Empreitada de Reparação da Cobertura da Gare Marítima no Porto do Funchal;
- Adjudicação e a outorga da Licença de exploração das casas de banho públicas localizadas no cais 8 do Porto do Funchal ao Senhor Eduardo Lucindo Gonçalves Sousa Gouveia;
- Adjudicação à Madeira Cartão - Sociedade de Triagem, Lda. do lote 3 (lixos) no âmbito do “Concurso Público para Prestação de Serviços de Recolha de Resíduos”;
- Aprova o Projeto apresentado pela PROMAN - Centro de Estudos e Projetos, S.A. relativo à elaboração do projeto de execução e peças processuais da empreitada de redefinição da entrada da marina do Funchal;
- Aprovação do “Projeto Lota do Funchal”;



#### 4. Governo da Sociedade

- Aprovação do Anteprojeto e do Estudo Prévio apresentado pela PROMAN - Centro de Estudos e Projetos, S.A. solução constante do cenário 1 (um), em concreto, para o Prolongamento do Molhe Principal da Marina do Funchal em 30m com obliquidade 40º para a baía do Funchal;
- Revogação, por mútuo acordo, dos contratos celebrados com a empresa Vitor Hugo - Coordenação e Gestão de Projetos, S.A., relativos à prestação de serviços para “Elaboração dos Estudos Prévios, Projetos de Execução e Peças Processuais das Empreitadas a Executar pela APRAM, S.A., no Porto do Funchal, Cais de Machico, Porto do Caniçal e Porto do Porto Santo”;

#### Execução do orçamento/Acompanhamento dos recebimentos:

- Aprovação das alterações orçamentais;
- Atribuição de um fundo de maneiio ao Centro Náutico de São Lázaro, no montante de 100,00 €;
- Autorização para cobrança coerciva das dívidas de diversos clientes da APRAM, S.A., através de processo de execução fiscal, nomeadamente CLCM – Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, Paulo Miguel de Freitas Abreu, Duarte Miguel Caldeira de Freitas, Carlos Alberto de Araújo Quinze, Devoniamade – Actividades Turísticas, Lda., Nature Meetings, Carlos Alberto Ornelas Rodrigues e Comperitrans - Comércio e Serviços Integrados, Lda.; Resatlântico – Gestão de Resíduos, Lda..

#### Recursos humanos:

- Aprovação Plano Formação para os anos 2018 e 2019;
- Nomeação para o exercício das funções de contabilista certificada da técnica superior Priscila Maria Martins Candelária;
- Autorização a Pedro Camacho para o gozo de licença parental complementar;



#### 4. Governo da Sociedade

- Autorização do regresso ao serviço a partir do dia 1 de julho de 2017 da técnica administrativa Maria de Fátima Escórcio de Brito, nos termos solicitados;
- Autorização da alteração do acordo de cedência de interesse público, celebrado com o Técnico superior Nélio Gouveia de Sousa e o assistente técnico Rui Rafael dos Santos Costa;
- Atribuição ao piloto Nelson Ricardo Branco Silva e ao marinheiro Paulo Sérgio Santos Fernandes, do regime de isenção de trabalho e compensação por trabalho aos sábados, domingos e feriados;
- Atribuição aos trabalhadores Pedro António Gouveia e Rui Rafael dos Santos Costa o regime de isenção de horário de trabalho e o abono para falhas;
- Autorização da alteração ao regime licença parental complementar para regime de IHT ao trabalhador Pedro Camacho;
- Prestação de serviços de formação e atualização dos certificados STCW dos trabalhadores marítimos da APRAM, S.A.;
- Conciliação entre a APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., na qualidade de entidade patronal, a Lusitânia - Companhia de Seguros, S.A. e o sinistrado Paulo David de Castro Fernandes para transigir no processo de acidente de trabalho;
- Autorização das progressões na carreira dos trabalhadores Priscila Maria Martins Candelária, António Jacinto Castro Roxo, Nelson Ricardo Branco Silva, Célia Andreia Nóbrega Quintal, Pedro Macedo de Oliveira Camacho, José Miguel da Silva Ferreira;
- Proposta para a contratação Piloto José Chaves;
- Reconversão do funcionário Paulo Sérgio dos Santos Fernandes à Carreira de Marinheiro;



#### 4. Governo da Sociedade

- Autorização para a contratação a termo certo de curta duração de pilotos, para suprir a ausência por doença de piloto do quadro da APRAM, S.A..

##### **Participação da APRAM, S.A. em feiras/organizações do setor:**

- Autorização para a participação na feira de cruzeiros “Seatrade Cruise Global 2017”, Fort Lauderdale, Estados Unidos da América;
- Autorização para a participação na “Ocean Business Week”, em Lisboa, 2017;
- Autorização para a participação na Seatrade Cruise Med 2017;
- Autorização para a deslocação a Madrid para participação no International Cruise Summit 2017.

##### **Contencioso/Estudos:**

- Adjudicação ao Dr. David Gomes Nunes, a prestação de serviços jurídicos no âmbito do processo de Injunção n.º 86851/17.6YIPRT, no âmbito do “Concurso público para execução da empreitada de diversas reparações no Porto do Funchal”;
- Adjudicação ao Dr. David Gomes Nunes, a apresentar proposta no âmbito do procedimento por ajuste direto adotado para a celebração do contrato relativo à “Aquisição de Serviços Jurídicos” a realizar no âmbito do Processo n.º 56/17.7BEFUN, interposto pelo partido socialista contra a APRAM, S.A.;
- Apresentar junto da Polícia de Segurança Pública uma participação formal da referida ocorrência para apuramento do responsável para efeitos de imputação das responsabilidades pelos danos ocorridos nos bens e mandar a Assessora Jurídica, Dr.ª Célia Andreia Nóbrega Quintal, para em nome e em representação da APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. formalizar a referida participação junto da Polícia de Segurança Pública.



#### 4. Governo da Sociedade

##### Atividades filantrópicas/responsabilidade social da APRAM, S.A.:

- Isenção de pagamento de taxas pela utilização de espaço no evento Extreme Sailing;
- Isenção da TUP/Carga para os contentores que transportaram o material necessário para o Campeonato Nacional de Infantis e Iniciados, na classe Optimist e Bic Techno (pranchas);
- Isenção das taxas portuárias pelo desembarque e embarque das viaturas participantes no Rali Vinho Madeira;
- Isenção de taxas ao Clube Naval do Funchal como apoio à regata RIM dias 11 e 15 de agosto;
- Isenção do pagamento das taxas portuárias relativas aos contentores que trarão o material logístico das empresas que participarão na Exposição sobre o tema do MAR, que decorrerá em articulação com a “Conferência do Mar”;
- Isenção de taxas de estacionamento das embarcações “Regata RIM” CNF – Clube Naval do Funchal;
- No âmbito da iniciativa “Maternidade sem pesos”, organizada pela Unidade de Psicologia do SESARAM, isenção/autorização para colocar uma tenda na Praça do Povo, durante os dias 5, 6 e 7 de outubro que visa diagnosticar estados psicológicos, avaliar e orientar mães e crianças da RAM;
- Isenção de taxas e apoio à Associação Regional de Triatlo da Madeira para a realização da Taça da Europa de Triatlo e Taça de Portugal de Triatlo - uso de instalações e alguns equipamentos, nomeadamente no Centro Náutico de São Lázaro, Nova Marina, Praça do Povo, Cais norte e Cais 8;
- Isenção de taxas à Associação “The Classic Motor Exhibition - ACME” pela ocupação de espaço na praça do Povo, para a realização da exposição de automóveis e outros veículos antigos em abril de 2017;



#### 4. Governo da Sociedade

- Autorização para a utilização de áreas da Praça do Povo pelo Clube Desportivo Recreativo Santanense para a realização da II Maratona Internacional da Madeira em Patins;
- Autorização para isentar todas as taxas pela utilização dos espaços, da Praça do Povo e entrada do cais da cidade nos dias 7 e 12 de novembro do corrente ano ZMM – Zona Militar da Madeira;
- Autorização para utilização da Praça do Povo, nos dias 16 e 17 de setembro, no âmbito da “Semana Europeia da Mobilidade” iniciativa da Divisão de Mobilidade e Trânsito do Município do Funchal;
- Autorizar a Associação Regional de Vela a utilizar espaço na Gare Marítima da Madeira para a Festa Anual dos Campeões Regionais da Vela, a ter lugar no dia 20 de outubro, entre as 18h30 e as 21h00;
- Autoriza/Isenção - em parceria com a AMI, organização de uma feira, denominada “Cantinho dos Artistas”, de 1 a 10 de novembro, na Avenida do Mar e das Comunidades;
- Autorização à Associação de Alzheimer de Portugal – Delegação da Região Autónoma da Madeira para a realização do “Passeio da Memória 2017”, no dia 21 de setembro, utilizando como ponto de concentração a Praça do Povo;
- Autorizar a Associação Portuguesa de Guardas e Vigilantes da Natureza, a utilizar espaço, a título gracioso, na Gare Marítima da Madeira para a realização de um almoço no dia 2 de fevereiro, irá realizar na Região Autónoma da Madeira o XX Encontro Nacional de Vigilantes da Natureza.

#### 4.8 Exercício de Poderes de Autoridade, por parte da APRAM, S.A.

Nos termos das alíneas a) a g) do número 2 do artigo 3.º dos Estatutos da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., aprovado em anexo ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/99/M, de 1 de julho, a APRAM, S.A. exerce os seguintes poderes:



#### 4. Governo da Sociedade

- Atribuição de usos privativos e definição do respetivo interesse público para efeitos de concessão relativamente aos bens do domínio público que lhe está afeto, bem como à prática de todos os atos respeitantes à execução, modificação e extinção da licença ou concessão;
- Licenciamento de atividades portuárias de exercício condicionado ou concessão de serviços públicos portuários, podendo praticar todos os atos necessários à atribuição, execução, modificação e extinção da licença ou concessão, nos termos da legislação aplicável;
- Expropriação por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e exercício de servidões administrativas necessárias à expansão ou desenvolvimento portuários, nos termos legais;
- Administração do domínio público na área que lhe está afeta;
- Fixação de taxas e tarifas a cobrar pela utilização dos portos, terminais, cais e Marinas, dos serviços neles prestados e pela ocupação de espaços dominiais ou destinados a atividades comerciais ou industriais;
- Proteção das suas instalações e do seu pessoal;
- Uso público dos serviços inerentes à atividade portuária e sua fiscalização.

#### 4.9 Entidades Encarregadas de Auditoria Externa

- CRC – Colaço, Rosa, Coelho & Associado, SROC, Limitada;
- Grant Thornton & Associados - SROC, Limitada;
- Inspeção Regional de Finanças;
- Inspeção Geral de Finanças;
- Tribunal de Contas;
- Tribunal de Contas Europeu;
- Instituto de Desenvolvimento Regional;



#### 4. Governo da Sociedade

- Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP;
- Outras que, no âmbito de projetos cofinanciados, sejam indicadas pelas respetivas entidades gestoras.

#### 4.10 Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais

##### Assembleia Geral

A remuneração auferida pelos membros da Assembleia Geral, sob a forma de senhas de presença, fixadas por Deliberação da Assembleia Geral da APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., encontra-se discriminada no quadro seguinte:

**Quadro 1 – remuneração auferida pelos membros da Assembleia Geral**

| Valores auferidos membros da Assembleia Geral | SENHAS DE PRESENÇA | SEGURANÇA SOCIAL /CGA (Entidade patronal) 23.75% | TOTAL           |
|---|--------------------|--|-----------------|
| Célia Quintal                                 | 1.200,00           |  | <b>1.200,00</b> |
| Miguel Faria                                  | 750,00             |  | <b>750,00</b>   |
| Patrícia Bairrada                             | 1.000,00           |  | <b>1.000,00</b> |
| Paulo Jesus                                   | 400,00             | 95,00  | <b>495,00</b>   |
| Priscila Candelária                           | 300,00             |  | <b>300,00</b>   |
| <b>TOTAL</b>                                  | <b>3.650,00</b>    | <b>95,00</b>                                     | <b>3.745,00</b> |

##### Fiscal Único

A remuneração auferida pelo Fiscal Único, durante o ano de 2017, foi 14.670,50 €, a seguir discriminada:

- C.R.C. – Colaço, Rosa, Coelho & Associados, CROC, Lda. - 8.601,00 euros;
- Grant Thornton & Associados, SROC, Lda. - 6.069,50 euros.



#### 4. Governo da Sociedade

##### Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração auferiram as remunerações e demais regalias sociais fixadas por Deliberação da Assembleia Geral da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. indicadas no quadro infra:

**Quadro 2 - Remunerações e demais regalias sociais do Conselho de Administração**

| DESCRIÇÃO                 | Lígia Correia <sup>8</sup> | Élia Ribeiro       | Nuno Jesus         | Fátima Correia <sup>9</sup> | TOTAL               |
|---------------------------|----------------------------|--------------------|--------------------|-----------------------------|---------------------|
| Remuneração base          | 45.760,80 €                | 27.372,10 €        | 29.135,04 €        | 8.262,37 €                  | <b>110.530,31 €</b> |
| Subsídio de férias/Natal  | 7.626,77 €                 | 4.597,13 €         | 7.865,73 €         | 635,56 €                    | <b>20.725,19 €</b>  |
| Subsídio de alimentação   | 1.077,66 €                 | 917,26 €           | 1.106,26 €         | 200,34 €                    | <b>3.301,52 €</b>   |
| Despesas representação    | 18.304,32 €                | 10.948,82 €        | 11.765,35 €        | 3.304,95 €                  | <b>44.323,44 €</b>  |
| Ajudas de custo           | 598,85 €                   | 267,81 €           | 4.103,27 €         |                             | <b>4.969,93 €</b>   |
| CGA e Segurança Social    | 17.026,82 €                | 10.206,75 €        | 11.595,67 €        | 2.911,90 €                  | <b>41.741,14 €</b>  |
| <b>SUB-TOTAL SALÁRIOS</b> | <b>90.395,22 €</b>         | <b>54.309,87 €</b> | <b>65.571,32 €</b> | <b>15.315,12 €</b>          | <b>225.591,53 €</b> |
| Despesas com viatura      | 308,02 €                   | 0,00 €             | 517,52 €           |                             | <b>825,54 €</b>     |
| IUC - Imposto circulação  | 143,17 €                   | 0,00 €             | 42,19 €            |                             | <b>185,36 €</b>     |
| Seguro Viatura            | 119,77 €                   | 0,00 €             | 119,77 €           |                             | <b>239,54 €</b>     |
| Gasolina/Gasóleo          | 250,13 €                   | 1.263,80 €         | 407,22 €           | 48,35 €                     | <b>1.969,50 €</b>   |
| Comunicações              | 547,33 €                   | 428,11 €           | 1.350,99 €         |                             | <b>2.326,43 €</b>   |
| <b>SUB-TOTAL</b>          | <b>1.368,42 €</b>          | <b>1.691,91 €</b>  | <b>2.437,69 €</b>  | <b>48,35 €</b>              | <b>5.546,37 €</b>   |
| <b>TOTAL</b>              | <b>91.763,64 €</b>         | <b>56.001,78 €</b> | <b>68.009,01 €</b> | <b>15.363,47 €</b>          | <b>231.137,90 €</b> |

Fonte: APRAM, S.A.

- As despesas de representação foram processadas 12 meses.

<sup>8</sup> Opção pela remuneração de origem, nos termos do n.º 8 do artigo 23.º do Estatuto Gestor Público das Empresas Públicas da RAM

<sup>9</sup> Idem nota 8



#### 4. Governo da Sociedade

- Todos os administradores estão inscritos e descontam para a Caixa Geral de Aposentações, Segurança Social e ADSE, consoante a situação aplicável.
- Não existem planos complementares de reforma;
- Não foram atribuídos prémios de gestão.

##### 4.11 Relatório de Auditoria Externa

O Relatório do Revisor Oficial de Contas encontra-se anexo ao presente relatório.

5. Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.



**5. RECLASSIFICAÇÃO E ORÇAMENTO DA APRAM, S.A.**

A APRAM, S.A. integra o setor público empresarial da Região Autónoma da Madeira como empresa pública reclassificada (EPR).

Tem por objeto a prestação de serviços e poderes de autoridade portuária, possui autonomia administrativa e financeira, com personalidade jurídica e património próprios, gerando e arrecadando receitas provenientes da sua atividade.

Apesar da reclassificação da APRAM, S.A. "*produzir efeitos desde 2012, só em 2014 é integrada no sector institucional da administração pública regional*"<sup>10</sup>. Esta situação introduziu alterações significativas nas suas obrigações, de que se destacam:

- A integração da APRAM, S.A. no orçamento da RAM, concorrendo para todos os limites à despesa e não podendo ultrapassar as dotações orçamentais atribuídas;
- O cumprimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso;
- A obrigatoriedade de efetuar o reporte regular da informação financeira e do número de trabalhadores;
- A obrigatoriedade de cumprir com a regra da unidade de tesouraria, movimentando todos os fluxos financeiros exclusivamente em contas abertas no IGCP, encerrando as demais contas.

O orçamento inicial da APRAM, S.A. para o ano económico de 2017, elaborado na ótica da contabilidade pública, apresentou um valor de 41.858.136€.

A repartição entre as receitas e despesas (correntes e de capital) foi a expressa no quadro infra:

<sup>10</sup> Ver página 104 da proposta de ORAM 2014 - Relatório e Anexos.



5. Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

**Quadro 3 – Orçamento inicial da APRAM, S.A.**

Un.: Euros

| DESIGNAÇÃO                | ORÇAMENTO         |             |
|---------------------------|-------------------|-------------|
| 1. Receitas correntes     | 12.002.392        | 29%         |
| 2. Receitas de capital    | 29.855.744        | 71%         |
| <b>TOTAL DAS RECEITAS</b> | <b>41.858.136</b> | <b>100%</b> |
| DESIGNAÇÃO                | ORÇAMENTO         |             |
| 1. Despesas correntes     | 18.042.250        | 43%         |
| 2. Despesas de capital    | 23.815.886        | 57%         |
| <b>TOTAL DAS DESPESAS</b> | <b>41.858.136</b> | <b>100%</b> |

No decorrer do ano 2017, a APRAM, S.A. apresentou 15 alterações orçamentais. A maior parte das alterações orçamentais constituíram meras transferências entre rubricas orçamentais. No entanto, neste ano económico a inscrição do saldo da gerência anterior teve um impacto muito significativo, o que originou um acréscimo nas rubricas da receita e da despesa. A variação global do orçamento corrigido, face ao orçamento inicial foi no valor de 5.554.793 €, das quais se destacam:

- 9,888 M€ - Registo do saldo da gerência anterior. Grande parte deste montante foi canalizado para o pagamento do serviço da dívida da APRAM, S.A. (juros e imposto de selo);
- 4,404 M€ - Anulação do valor registado no orçamento inicial pela comparticipação de transferências de capital, tendo em conta que esse valor transitou no saldo da gerência anterior;
- 0,070 M€ - Registo da devolução de verbas por parte da Autoridade Tributária.

A APRAM, S.A. apresentou receitas globais no valor de 37,511 M€, com uma taxa de execução orçamental de 79% (receitas correntes - 96%; receitas de capital - 73%), conforme se pode constatar pelo mapa infra:



## 5. Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

Quadro 4 – Evolução do Orçamento das Receitas da APRAM, S.A.

| DESIGNAÇÃO                                     | ORÇAMENTO INICIAL 2017 | ORÇAMENTO CORRIGIDO 2017 | EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2017 | VARIAÇÃO         |            |
|--|------------------------|--------------------------|--------------------------|------------------|------------|
|  |                        |                          |                          | VALOR            | %          |
| <b>RECEITAS CORRENTES</b>                      |                        |                          |                          |                  |            |
| <b>04 - Taxas, multas e outras penalidades</b> |                        |                          |                          |                  |            |
| 04 01 - Taxas                                  | 10.290.939             | 10.270.939               | 10.205.197               | 65.742           | 99%        |
| 04 02 - Multas e outras penalidades            | 25.250                 | 35.250                   | 28.343                   | 6.907            | 80%        |
| <b>05 - Rendimentos da propriedade</b>         |                        |                          |                          |                  |            |
| 05 10 - Rendas                                 | 1.683.703              | 1.683.703                | 1.327.016                | 356.687          | 79%        |
| <b>07 - Venda de bens e serviços correntes</b> |                        |                          |                          |                  |            |
| 07 01 - Venda de bens                          | 2 500                  | 2 500                    |                          | 2 500            |            |
| <b>08 - Outras receitas correntes</b>          |                        |                          |                          |                  |            |
| 08 01 - Outras                                 |                        | 81.112                   | 72.179                   | 8.933            | 89%        |
| <b>TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES (1)</b>        | <b>12.002.392</b>      | <b>12.073.504</b>        | <b>11.632.735</b>        | <b>440.769</b>   | <b>96%</b> |
| <b>RECEITAS DE CAPITAL</b>                     |                        |                          |                          |                  |            |
| <b>10 - Transferências de capital</b>          |                        |                          |                          |                  |            |
| 10 04 - Administração regional                 | 7.850.598              | 7.850.598                | 334.585                  | 7.516.013        | 4%         |
| 10 09 - Resto do mundo                         | 4.486.073              | 81.075                   | 27.607                   | 53.468           | 34%        |
| <b>12 - Passivos financeiros</b>               |                        |                          |                          |                  |            |
| 12 06 - Empréstimos a médio e longo prazo      | 17.419.073             | 17.419.073               | 15.606.787               | 1.812.286        | 90%        |
| <b>13 - Outras receitas de capital</b>         |                        |                          |                          |                  |            |
| 13 01 - Outras                                 | 100.000                | 100.000                  | 20.771                   | 79.229           | 21%        |
| <b>16 - Saldo da gerência anterior</b>         |                        |                          |                          |                  |            |
| 16 01 - Na posse do serviço                    |                        | 9.888.679                | 9.888.677                | 2                | 100%       |
| <b>TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL (2)</b>       | <b>29.855.744</b>      | <b>35.339.425</b>        | <b>25.878.427</b>        | <b>9.460.998</b> | <b>73%</b> |
| <b>TOTAL DAS RECEITAS = (1)+(2)</b>            | <b>41.858.136</b>      | <b>47.412.929</b>        | <b>37.511.162</b>        | <b>9.901.767</b> | <b>79%</b> |

Na parte das receitas correntes:

- Capítulo “04 – Taxas, multas e outras penalidades” - é o capítulo que tem maior peso e está diretamente relacionado com a atividade da empresa. Representou 88% das receitas que são provenientes das taxas portuárias relacionadas com o tráfego de mercadorias e de cruzeiros (TUP navio, pilotagem, amarração,



## 5. Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

passageiros). Note-se que os portos da Madeira continuam a ser a principal porta de entrada de bens e mercadorias na RAM, com cerca de 95% das importações da RAM;

- Segue-se o capítulo “05 – Rendimentos da propriedade”, com 11%, onde se incluiu a receita proveniente das licenças e concessões devidas pela exploração, ocupação e utilização de terrenos, terraplenos e edificações nas áreas sob jurisdição da APRAM, S.A..

As principais receitas de capital da APRAM, S.A. referem-se a:

- Capítulo “10 – Transferências de capital” - estão associadas às transferências provenientes dos projetos cofinanciados pelos fundos comunitários (POVT), bem como pelos contratos programa inerentes à sua execução;
- Capítulo “12 – Passivos financeiros”, com um peso de 60% nas “Receitas de capital”, foram provenientes do contrato de mútuo celebrado com o Governo Regional da Madeira destinado a fazer face aos encargos com o serviço da dívida;
- Capítulo “16 – Saldo da gerência anterior”, com um peso de 38% nestas Receitas, são provenientes da inscrição do saldo da gerência do ano anterior e foram devidas à receção no ano 2016 do saldo final do projeto 2003/PT/16/PT/0003 - Desenvolvimento das Infraestruturas Portuárias da RAM – Porto do Caniçal.

No quadro infra constamos o peso de cada capítulo face ao orçamento global:

**Quadro 5 – Distribuição da Execução Orçamental das Receitas**

| DESIGNAÇÃO                              | EXECUÇÃO ORÇAMENTAL<br>2017 | PESO %     |
|---|-----------------------------|------------|
| <b>RECEITAS CORRENTES</b>               |                             |            |
| 04 - Taxas, multas e outras penalidades | 10.233.540                  | 27%        |
| 05 - Rendimentos da propriedade         | 1.327.016                   | 4%         |
| 08 - Outras receitas correntes          | 72.179                      |            |
| <b>TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES (1)</b> | <b>11.632.735</b>           | <b>31%</b> |
| <b>RECEITAS DE CAPITAL</b>              |                             |            |

5. Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

| DESIGNAÇÃO                               | EXECUÇÃO ORÇAMENTAL<br>2017 | PESO %      |
|--|-----------------------------|-------------|
| <b>RECEITAS CORRENTES</b>                |                             |             |
| 10 - Transferências de capital           | 362.192                     | 1%          |
| 12 - Passivos financeiros                | 15.606.787                  | 42%         |
| 13 - Outras receitas de capital          | 20.771                      |             |
| 16 – Saldo da gerência anterior          | 9.888.677                   | 26%         |
| <b>TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL (2)</b> | <b>25.878.427</b>           | <b>69%</b>  |
| <b>TOTAL DAS RECEITAS = (1) + (2)</b>    | <b>37.511.162</b>           | <b>100%</b> |

A APRAM, S.A. apresentou despesas globais no valor de 33,778 M€, com uma taxa de execução global do orçamento de 71% (despesas correntes: 87%; despesas de capital: 59%).

Os principais desvios do orçamento ocorreram nos seguintes agrupamentos:

- “07 – Aquisição de bens de capital”: Variação de 11,109 M€, resultante essencialmente dos montantes previstos em contratos programa e não executados em 2017 porquanto aos mesmos estão associados procedimentos concursais, com os inerentes prazos, e transitando para 2018;
- “03 – Juros e outros encargos”: Variação de 1,703 M€, resultante da não utilização do valor total do contrato de mútuo para o pagamento do serviço da dívida, tendo em conta que este montante foi pago com as receitas da APRAM, S.A., na sequência da inscrição das verbas do saldo da gerência anterior (ano 2016);
- “02 – Aquisição de serviços”: Variação de 0,608 M€ devido ao facto da APRAM, S.A. ser uma empresa pública reclassificada e, como tal, sujeita à lei dos compromissos e pagamentos em atraso. Daí advém a necessidade de cabimentar/comprometer despesas sendo que algumas delas no final do ano acabam por ficar sem execução e acabam por transitar para o ano seguinte.



5. Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

Quadro 6 – Evolução do Orçamento das Despesas da APRAM, S.A.

| DESIGNAÇÃO  | ORÇAMENTO INICIAL 2017 | ORÇAMENTO CORRIGIDO 2017 | EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2017 | VARIAÇÃO          |            |
|---|------------------------|--------------------------|--------------------------|-------------------|------------|
|   |                        |                          |                          | VALOR             | %          |
| <b>DESPESAS CORRENTES</b>   |                        |                          |                          |                   |            |
| 01 - Despesas com o pessoal   |                        |                          |                          |                   |            |
| 01 01 - Remunerações certas e permanentes                           | 4.562.437              | 4.582.816                | 4.568.278                | 14.538            | 100%       |
| 01 02 - Abonos variáveis ou eventuais                               | 1.333.185              | 1.408.456                | 1.383.995                | 24.461            | 98%        |
| 01 03 - Segurança social  | 1.582.978              | 1.594.728                | 1.571.783                | 22.945            | 99%        |
| 02 - Aquisição de serviços  |                        |                          |                          |                   |            |
| 02 01 - Aquisição de bens   | 448.100                | 267.800                  | 148.620                  | 119.180           | 55%        |
| 02 02 - Aquisição de serviços                                       | 3.433.267              | 3.544.703                | 3.055.436                | 489.267           | 86%        |
| 03 - Juros e outros encargos  |                        |                          |                          |                   |            |
| 03 01 - Juros da dívida pública                                     | 6.098.677              | 7.882.364                | 6.188.684                | 1.693.680         | 79%        |
| 03 05 - Outros (Juros e encargos tributários, compensatórios, etc.) | 10.000                 | 10.000                   | 17                       | 9.983             | 0%         |
| 06 - Outras despesas correntes                                      |                        |                          |                          |                   |            |
| 06 02 - Diversas  | 573.606                | 760.269                  | 609.564                  | 150.705           | 80%        |
| <b>TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES (1)</b>                             | <b>18.042.250</b>      | <b>20.051.136</b>        | <b>17.526.377</b>        | <b>2.524.759</b>  | <b>87%</b> |
| <b>DESPESAS DE CAPITAL</b>  |                        |                          |                          |                   |            |
| 07 - Aquisição de bens de capital                                   |                        |                          |                          |                   |            |
| 07 01 - Aquisição de bens de capital                                | 268.500                | 234.123                  | 46.093                   | 188.030           | 20%        |
| 07 03 - Bens do domínio público                                     | 7.940.598              | 11.520.882               | 599.212                  | 10.921.670        | 5%         |
| 10 - Passivos financeiros   |                        |                          |                          |                   |            |
| 10 06 - Empréstimos a médio e longo prazo                           | 15.606.788             | 15.606.788               | 15.606.787               | 1                 | 100%       |
| <b>TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL (2)</b>                            | <b>23.815.886</b>      | <b>27.361.793</b>        | <b>16.252.092</b>        | <b>11.109.701</b> | <b>59%</b> |
| <b>TOTAL DAS DESPESAS = (1) + (2)</b>                               | <b>41.858.136</b>      | <b>47.412.929</b>        | <b>33.778.469</b>        | <b>13.634.460</b> | <b>71%</b> |

No que diz respeito às despesas correntes, os agrupamentos com maior peso no orçamento são:

## 5. Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

- “01 – Despesas com o pessoal” e “03 – Juros e outros encargos”, com 22% e 18%, respetivamente;
- “02 – Aquisição de serviços”, com 9%.

De um modo geral, os agrupamentos 01, 02 e 06 estão diretamente ligados à atividade operacional, enquanto que o agrupamento “03 - Juros e outros encargos” está relacionado com os juros da dívida pública, decorrente dos empréstimos obtidos em anos anteriores para fazer face aos elevados investimentos em infraestruturas portuárias (Funchal, Porto Santo, Porto Moniz, Caniçal, Santa Cruz, Machico, Ribeira Brava, Câmara de Lobos, entre outros) e aquisição de equipamentos marítimo portuários (rebocadores, lanchas).

As principais despesas de capital da APRAM, S.A. referem-se a:

- “07 – Aquisição de bens de capital”, que representa 2%, deste agrupamento e está associado às despesas dos projetos cofinanciados pelo Fundo de Coesão Nacional, pela Lei de Meios e pelos projetos indicados no plano de atividades e orçamento para o ano 2017;
- “10 – Passivos financeiros”, que representam 46%, e estão associados à amortização dos empréstimos bancários de médio e longo prazo.

No quadro infra constamos o peso de cada agrupamento face ao orçamento global:

**Quadro 7 – Distribuição da Execução Orçamental das Despesas**

| DESIGNAÇÃO                               | EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2017 | PESO %      |
|--|--------------------------|-------------|
| <b>DESPESAS CORRENTES</b>                |                          |             |
| 01 - Despesas com o pessoal              | 7.524.056                | 22%         |
| 02 - Aquisição de serviços               | 3.204.056                | 9%          |
| 03 - Juros e outros encargos             | 6.188.701                | 18%         |
| 06 - Outras despesas correntes           | 609.564                  | 2%          |
| <b>TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES (1)</b>  | <b>17.526.377</b>        | <b>52%</b>  |
| <b>DESPESAS DE CAPITAL</b>               |                          |             |
| 07 - Aquisição de bens de capital        | 645.305                  | 2%          |
| 10 - Passivos financeiros                | 15.606.787               | 46%         |
| <b>TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL (2)</b> | <b>16.252.092</b>        | <b>48%</b>  |
| <b>TOTAL DAS DESPESAS = (1) + (2)</b>    | <b>33.778.469</b>        | <b>100%</b> |



## 5. Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

Verifica-se deste modo que os encargos com o serviço da dívida, correspondem a 65% do valor total dos gastos da APRAM, S.A., ficando deste modo demonstrado o elevado peso que representa nas contas da empresa.

Os gastos de auditoria apesar de constarem nas rubricas orçamentais, como despesas dos órgãos sociais, estão expressos para efeitos de SNC nos gastos de Fornecimentos e Serviços Externos (Trabalhos especializados).

Por fim, importa referir que existe um saldo positivo entre o total das receitas e o total das despesas, no valor de 3,732 M€, o qual deverá ser acrescido das receitas extra orçamentais, no valor de 0,13 M€, totalizando o montante global de 3,862 M€.



## 6. Plano de Investimentos

### 6. INVESTIMENTOS E PROJETOS COFINANCIADOS

No ano de 2017, destacam-se as empreitadas e prestações de serviços, a seguir descritas:

#### 6.1. Empreitadas

##### 6.1.1 Empreitada de Reparação da Cobertura da Gare Marítima do Porto do Funchal

Vedação das juntas das placas da cobertura da Gare.



Foto 1 – Cobertura da Gare

##### 6.1.2 Empreitada de Construção dos Quiosques de Apoio às Embarcações Marítimo-Turísticas na Marina do Funchal

Foram construídos, em 2017, dois módulos de cinco quiosques a leste do Cais da Cidade. Os outros dois restantes módulos que fazem parte da empreitada adjudicada e a situar na Marina a oeste do Cais da Cidade.

*Handwritten signature*

## 6. Plano de Investimentos



Foto 2 – Fase da construção de um dos módulos de cinco quiosques a leste do Cais da Cidade



Foto 3 - Um dos módulos de cinco quiosques a leste do Cais da Cidade

## 6. Plano de Investimentos



### 6.1.3 Empreitada de Diversas Reparações no Porto do Caniçal

Os trabalhos de reparação de pavimentos, vedações, portões, tampas em betão, paredes em chapa, pinturas, reparações na torre de pilotos e reparações nos edifícios, oficinas e WC's, ficaram concluídos em fevereiro de 2017.



Foto 4 – Diversas reparações no Porto do Caniçal – reparações na torre de controle

### 6.1.4 Empreitada de Adaptação dos Postos do SEF na Gare

Reparação e adaptação dos Postos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras existentes no piso 1 para o piso 0 da Gare Esta empreitada consistindo no apoio na desmontagem das Boxes e posterior montagem das mesmas, incluindo adaptação de portas existentes para novas dimensões e colocação de negativos em aço inox para suporte dos vãos ao teto. Fornecimento e colocação de portas de duas meias em estrutura tubular em aço inox escovado em tubo com enchimento em vidro duplo temperado.



## 6. Plano de Investimentos



Foto 5 - Empreitada de adaptação dos postos do SEF na Gare Marítima da Madeira

### 6.2 Estudos e Projetos

#### 6.2.1 Elaboração do Projeto de Execução e Peças Processuais da Empreitada de Redefinição da Entrada na Marina do Funchal

O projeto da solução técnica ideal, para melhorar as condições de agitação marítima que afetam atualmente o interior da marina do Funchal.

#### 6.2.2 Elaboração dos Estudos Prévios, Projetos de Execução e Peças Processuais das Empreitadas a Executar pela APRAM, S.A., no Porto do Funchal, Cais de Machico, Porto do Caniçal e Porto do Porto Santo

Estes estudos e projetos têm os seguintes objetivos:

- A análise e reperfilamento do manto de proteção do molhe exterior, reparação dos blocos de proteção exteriores no troço entre os fortes de Nossa Senhora da Conceição e de São José e rampa ro-ro do Porto do Funchal;
- A análise das patologias da estrutura do molhe exterior do cais de Machico para eventuais trabalhos de reparação ou reperfilamento do manto de proteção;
- A análise e conceção de uma nova solução para proteção marítima do terraplano nascente e análise da estrutura do molhe exterior, com especial ênfase à cabeça do molhe, do porto do Caniçal;



## 6. Plano de Investimentos

- Análise das patologias da estrutura do molhe exterior, incluindo o seu pavimento, do porto do Porto Santo e a substituição dos cabeços existentes.

### 6.2.3 Prestação de Serviços relativos à elaboração dos Projetos de Requalificação do Estaleiro Naval para a Expansão portuária e Reabilitação do Terminal Marítimo do Caniçal

Elaboração dos projetos de execução para reabilitação do Terminal Marítimo do Caniçal e requalificação do estaleiro naval para expansão do parque do terminal de contentores do porto do Caniçal.

O Terminal de contentores apresenta atualmente algumas patologias ao nível do terraplano. Faz parte ainda do objeto desta prestação de serviços a elaboração das peças escritas e desenhadas das áreas de Intervenção dos projetos de execução para as referidas empreitadas.

### 6.3 Projetos Cofinanciados

#### 6.3.1 Requalificação e reabilitação do cais da Ponta do Sol

O projeto de “Requalificação e reabilitação do cais da Ponta do Sol” foi aprovado no âmbito do Programa “Madeira 14-20” e enquadra-se na estratégia de promoção turística do “Destino Madeira”, constante do POT - Programa de Ordenamento Turístico, contribuindo assim para a estratégia de qualificação do Destino Madeira. Com a reabilitação do cais da Ponta do Sol pretende-se conservar o seu rico património cultural, tendo sempre presentes dois grandes objetivos: manter a caracterização do Cais do século XIX, e garantir a segurança aos seus utentes, permitindo a total fruição do espaço, sendo uma mais-valia para o património cultural da Madeira, otimizando a exploração dos recursos turísticos e culturais.

#### 6.3.2 ECOMARPORTS

Programa de Cooperação Espanha-Portugal (MAC 2014-2020)/COOPERAÇÃO, que tem por objetivo promover a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação, desenvolvimento de redes e sinergias entre empresas, centros de I & D e ensino superior,



## 6. Plano de Investimentos

especialmente no desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, inovação aberta através da especialização inteligente, apoio à investigação tecnológica e aplicada, linhas piloto, ações de validação antecipada de produtos, capacidades avançadas de fabricação e primeira produção em tecnologias facilitadoras essenciais e disseminação de tecnologias multiuso. A participação da APRAM visa a aquisição de sensores que permitam a monitorização da bacia do porto do Funchal em diversos parâmetros que serão depois coordenados com a ARDITI.

### 6.3.3. GAINN

Projeto de cooperação transnacional com vários parceiros (Espanha, Itália, França, Eslovénia, Croácia, Portugal).

Este projeto terá 2 vertentes, uma mais administrativa e regulatória designada "Green Cid" e outra industrial/comercial/de implementação física no terreno, incluindo as RUP, e a importância do fornecimento do LNG, criando uma energia limpa e alternativa às tradicionais.

### 6.3.4. ATLANTIC BLUE PORTS

Projeto de cooperação transnacional com 28 parceiros (Espanha, Holanda, França, Reino Unido, Irlanda, Portugal), integrado no Interreg Atlantic Area – European Regional Development Fund. Tem por objetivo a avaliação do risco ambiental e da qualidade, designadamente nas áreas portuárias, serviços de localização e reservas, bem como o tratamento de águas de lastro de navios em porto evitar a contaminação das águas por espécies invasivas.



## 7. Concessões/Licenças

### 7. CONCESSÕES/LICENÇAS

Neste capítulo são enumerados os contratos de concessão e licenças em vigor a 31 de dezembro de 2017, de acordo com a sua área de localização geográfica.

#### 7.1 Licença para o exercício de atividade de Empresa de Trabalho Portuário

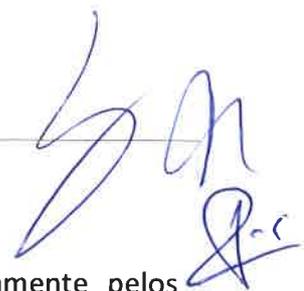
- Alvará n.º 1, de 14 de outubro de 2008, atribuído à ETP-PRAM - Empresa de Trabalho Portuário ETP, Lda..

#### 7.2 Licença para o exercício de atividade de Operador Portuário

- Licença atribuída à OPM – Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda.

#### 7.3 Licença para o exercício de atividade de Agente de Navegação

- Agentes de navegação:
  - Blatas, Lda.;
  - Funchal Marítima – Agentes de Navegação, Lda.;
  - J.M. Ferraz Simões, Lda.;
  - JFM Shipping, Unipessoal Lda.;
  - João Silvério Pires, Lda.;
  - Marfrete – Transitários e Navegação, Lda.;
  - PMAR – Navegação, Lda.;
  - Portmar – Agência de Navegação, Lda.;
  - Transinsular (Madeira) – Transportes Marítimos Insulares, Lda.;
  - Via Oceano - Agência de Navegação Lda..
- A Empresa de Navegação Madeirense, Lda. exerce diretamente a atividade de agente de navegação, ao abrigo do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 264/2012, de 20 de dezembro, que dispõe:



## 7. Concessões/Licenças

“A atividade de agente de navegação pode ser exercida diretamente pelos armadores ou transportadores marítimos inscritos no Instituto de Mobilidade e dos Transportes. I.P. (IMT, I.P.), em relação aos navios por si explorados, no porto onde está instalada a sua sede social.”.

### 7.4 Licença para o exercício de atividade no Porto do Funchal

Gaslink - Gás Natural, S.A. - Entrar no Porto do Funchal e aceder à zona internacional para abastecer (alimentar) o navio AIDAPRIMA, com gás natural liquefeito.

### 7.5 Concessões e licenças diversas por área de jurisdição da APRAM, S.A.

#### FUNCHAL

| Tipo de contrato e objeto   | Titular   | Loja / Designação   |
|---|---|---|
| Concessão de prédio localizado na Avenida Sá Carneiro, nº 3, freguesia da Sé, Concelho do Funchal, constituído por 2 pisos - exploração de todo o edifício para a atividade de bar-discoteca e snack-bar                                  | Rebelos & Camacho, Lda.                           | Discoteca "Vespas"  |
| Contrato de concessão de exploração dos pipelines e respetivos tanques para abastecimento de combustíveis à navegação no Porto do Funchal   | Repsol Portuguesa, S.A.                           | Abastecimento de combustíveis à navegação no Porto do Funchal |
| Licença de Ocupação (para a colocação e exploração de oito Mupis na área do Porto do Funchal)   | Netcriações - Publicidade e Internet, Lda.        | Mupis - Porto do Funchal                                      |
| Licença de Ocupação (de uma área de 13 m <sup>2</sup> situada na parte interior do edifício da secção de máquinas (rés do chão) a oeste do Forte de Nossa Senhora da Conceição, destinada à instalação de uma estação telefónica celular) | Vodafone Portugal, Comunicações Pessoais, S.A.    | Antena Telecel - Forte Nossa Senhora da Conceição             |
| Licença de Ocupação (de uma área de 12 m <sup>2</sup> (sala técnica), mais espaço na fachada do "Forte de Nossa Senhora da Conceição", e destina-se à instalação de uma Estação Base de Telecomunicações Móveis da TMN)                   | MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. | Antena MEO - Forte Nossa Senhora Conceição                    |
| Autorização para colocação de 1 lona com publicidade do "La Vie" no muro de cortina do Porto do Funchal   | CentroNovoFunchal, S.A.                           | Painel de publicitário "La Vie"                               |
| Autorização para colocação de 1 painel com publicidade dos Teleféricos da Madeira no muro dos depósitos de combustível à entrada do porto   | Teleféricos da Madeira, S.A.                      | Painel Publicitário "Teleféricos da Madeira"                  |



7. Concessões/Licenças

| Tipo de contrato e objeto   | Titular   | Loja / Designação                                     |
|---|---|---|
| Autorização para colocação de 1 lona com publicidade dos Teleféricos da Madeira no muro de cortina do Porto do Funchal  | Teleféricos da Madeira, S.A.                            | Painel Publicitário "Teleféricos da Madeira"          |
| Licença Precária de ocupação e utilização de espaço destinado ao estacionamento de 1 veículo pesado de passageiros utilizado no âmbito do exercício da atividade de animação turística  | Welcome Madeira – Transportes Turismo Restauração, Lda. | Lote 1 - Estacionamento Welcome Madeira               |
| Licença Precária de ocupação e utilização de espaço destinado ao estacionamento de 1 veículo pesado de passageiros utilizado no âmbito do exercício da atividade de animação turística  | Welcome Madeira – Transportes Turismo Restauração, Lda. | Lote 2 - Estacionamento Welcome Madeira               |
| Licença n.º 69/2016/P.F. (Área delimitada de 20 m2, destinada a estacionamento de veículos motorizados movidos unicamente por fontes não poluentes, utilizados no âmbito do exercício da atividade de animação turística e com RNAAT/RNAV/Alvará de Animação Turística emitido pela Direção Regional de Turismo válido, permitindo-se a presença simultânea dentro dos limites da área licenciada de, no máximo, 4 veículos). | City Bubbles – Animação Turística, Unipessoal, Lda.     | Lote 3- Estacionamento City Bubbles                   |
| Licença precária de ocupação e utilização de espaço destinado a estacionamento de veículos motorizados de combustão utilizados no âmbito do exercício da atividade de animação turística  | Welcome Madeira – Transportes Turismo Restauração, Lda. | Lote 4 - Estacionamento City Bubbles                  |
| Licença n.º 70/2016/P.F. (Área delimitada de 20 m2, destinada a exposição e aluguer de viaturas, motociclos e ciclomotores, permitindo-se a presença simultânea dentro dos limites da área licenciada de, no máximo, 4 veículos).   | Francisco Menezes Unipessoal, Lda.                      | Lote 5 - Estacionamento Francisco Menezes             |
| Autorização de venda ambulante de publicações através de bicicleta na área portuária  | Ângela Maria Bettencourt Dória                          | Parqueamento de 1 bicicleta para venda de publicações |
| Autorização para colocação de 1 lona com publicidade do " Museu CR7" no muro de cortina do Porto do Funchal   | Museu CR7   | Lona "Museu CR7"                                      |
| Autorização para instalação de um armário NOS, junto ao atual posto da PSP, localizado à entrada do Porto do Funchal  | NOS Madeira Comunicações S.A.                           | Armário "NOS"   |
| Licença n.º 32/2015/P.F. (licença precária de ocupação e utilização do forte de Nossa Senhora da Conceição para núcleo cultural/museológico e espaço de restauração)  | NINI - Design Center, Lda.                              | Design Center   |
|   |   | 10 lugares de estacionamento                          |
| Contrato de concessão de uso privativo para construção e exploração de um espaço de exposições e museológico, reperfilamento da praça do mar e integração de PT   | MUSSARA - Gestão de Espaços e Eventos, Lda.             | Museu Praça do Mar                                    |



7. Concessões/Licenças

| Tipo de contrato e objeto   | Titular  | Loja / Designação   |
|---|--|---|
| Autorização para colocação de uma lona com publicidade da marca "David Rosas"   | David Rosas, Lda.  | Lona "David Rosas"  |
| Licença n.º 36/2016/P.F. (referente à ocupação da parcela de terreno integrada no domínio público marítimo sob jurisdição da APRAM, S. A. localizada no passeio a sul da Avenida Sá Carneiro  | Abreu Gouveia & Gouveia Similares Hotelaria, Lda.          | Destina-se exclusivamente à atividade de esplanada do estabelecimento comercial denominado de "Sete Mares". |
| Licença n.º 39/2016/P.F. (referente à ocupação da parcela de terreno integrada no domínio público marítimo sob jurisdição da APRAM, S. A. localizada no passeio a sul da Avenida Sá Carneiro  | Fidélío Figueira - Unipessoal, Lda.                        | Destina-se exclusivamente à atividade de esplanada do estabelecimento comercial denominado de "BACCUS".     |
| Licença n.º 50/2016/P.F. (referente à ocupação da parcela de terreno integrada no domínio público marítimo sob jurisdição da APRAM, S. A. localizada no passeio a sul da Avenida Sá Carneiro)   | Pestana CR7 - Madeira Hotel Investimentos Turísticos, S.A. | Destina-se exclusivamente à atividade de esplanada do Hotel "Pestana CR7".                                  |
| Licença n.º 66/2016/P.F. (referente à ocupação da parcela de terreno do domínio público marítimo, com a área aproximada de 30 m2, junto à rampa de saída do parque de estacionamento situado na praça do mar, e destina-se à instalação de um reservatório de gás e respetiva conduta. sob jurisdição da APRAM, S. A. localizada no passeio a sul da Avenida Sá Carneiro) | Pestana CR7 - Madeira Hotel Investimentos Turísticos, S.A. | Reservatório de gás - Pestana CR7   |
| Licença n.º 56/2016/P.F. (referente à ocupação e utilização do hangar C3 no CNSL e destina-se ao exercício da atividade compreendida no objeto social do titular da licença   | Sanas Madeira - Associação Madeirense para Socorro no Mar  | Hangar C3 - CNSL  |
| Licença n.º 57/2016/P.F. (referente à ocupação e utilização do hangar A4 + área descoberta no CNSL e destina-se ao exercício de atividades náuticas)  | Associação Regional de Canoagem da Madeira                 | Hangar A4 - CNSL  |
| Licença n.º 58/2016/P.F. (referente à ocupação e utilização do Hangar Provisório no CNSL e destina-se ao exercício de atividades náuticas)  | Associação Regional de Jet Ski e Motonáutica da Madeira    | Hangar Provisório - CNSL  |
| Licença n.º 59/2016/P.F. (referente à ocupação e utilização do hangar A8 + área descoberta no CNSL e destina-se ao exercício de atividades náuticas)  | Associação Náutica da Madeira                              | Hangar A8 - CNSL  |
| Licença n.º 60/2016/P.F. (referente à ocupação e utilização do hangar A5 + área descoberta no CNSL e destina-se ao exercício de atividades náuticas)  | Associação Regional de Vela                                | Hangar A5 - CNSL  |
| Licença n.º 61/2016/P.F. (referente à ocupação e utilização do hangar A7 + área descoberta no   | Clube Força 5  | Hangar A7 - CNSL  |

7. Concessões/Licenças

| Tipo de contrato e objeto   | Titular  | Loja / Designação  |
|---|--|--|
| CNSL e destina-se ao exercício de atividades náuticas)  |  |  |
| Licença n.º 62/2016/P.F. (referente à ocupação e utilização do hangar A10 + área descoberta no CNSL e destina-se ao exercício de atividades náuticas)   | Clube Naval do Funchal   | Hangar A10 - CNSL  |
| Licença n.º 63/2016/P.F. (referente à ocupação e utilização do hangar A9 + área descoberta no CNSL e destina-se ao exercício de atividades náuticas)  | Centro de Treino Mar dos Escuteiros Marítimos                                | Hangar A9 - CNSL   |
| Licença n.º 64/2016/P.F. (referente à ocupação e utilização do hangar A6 + área descoberta no CNSL e destina-se ao exercício de atividades náuticas)  | Corpo Nacional de Escutas - Junta Regional da Madeira (Escuteiros Marítimos) | Hangar A6 - CNSL   |
| Licença precária de ocupação e utilização de 1 lugar de estacionamento destinado a veículos pesados de passageiros utilizados no âmbito do exercício da atividade de animação turística localizado na zona de acesso ao novo cais de cruzeiros do funchal | WELCOME MADEIRA – Transportes Turismo Restauração, Lda.                      | Estacionamento de 1 veículo pesado no novo cais (Lote 1) |
| Licença precária de ocupação e utilização de 1 lugar de estacionamento destinado a veículos pesados de passageiros utilizados no âmbito do exercício da atividade de animação turística localizado na zona de acesso ao novo cais de cruzeiros do funchal | WELCOME MADEIRA – Transportes Turismo Restauração, Lda.                      | Estacionamento de 1 veículo pesado no novo cais (Lote 2) |
| Licença precária de ocupação e utilização de 2 lugares de estacionamento destinados a triciclos utilizados no âmbito do exercício da atividade de animação turística localizados na zona de acesso ao novo cais de cruzeiros do funchal                   | TUKXI MADEIRA - Turismo Unipessoal, Lda.                                     | Estacionamento de 2 triciclos no novo cais (Lote 3)      |
| Licença precária de ocupação e utilização de 2 lugares de estacionamento destinados a triciclos utilizados no âmbito do exercício da atividade de animação turística localizados na zona de acesso ao novo cais de cruzeiros do funchal                   | WELCOME MADEIRA – Transportes Turismo Restauração, Lda.                      | Estacionamento de 2 triciclos no novo cais (Lote 6)      |
| Licença precária de ocupação e utilização de espaço destinado a venda de street food localizado na praça do povo  | Rogério Maria Gonçalves Santos   | Moto Piaggio de Street Food (Woodys Waffles Shop)        |
| Licença precária de ocupação e utilização de espaço destinado a venda de street food localizado na praça do povo  | Ricardo António Telo Freitas Maia  | Moto Piaggio de Street Food (Maia Coffee Shop)           |
| Licença precária de ocupação e utilização de espaço destinado a venda de street food localizado na praça do povo  | Paulo Jorge de Sousa Marques   | Moto Piaggio de Street Food (Madwrap)                    |



## 7. Concessões/Licenças

| Tipo de contrato e objeto  | Titular  | Loja / Designação  |
|--|--|--|
| Licença precária de ocupação e utilização de espaço destinado a venda de street food localizado na praça do povo   | Apetecível Etapa - Unipessoal, Lda.                | Moto Piaggio de Street Food (My Way)                                       |
| Licença para venda de castanhas assadas localizada na praça do povo  | Paula Teresa Martins Freitas                       | Venda de Castanhas Assadas   |
| Licença para venda de castanhas localizada no cais da cidade do funchal  | André Filipe Franco Fernandes                      | Venda de Castanhas Assadas   |
| Licença para venda de castanhas localizada no passeio na avenida Sá Carneiro   | Patrícia Costa Ornelas                             | Venda de Castanhas Assadas   |
| Licença para venda de castanhas localizada na praça do povo [na zona em frente à capitania]  | José Francisco de Vasconcelos                      | Venda de Castanhas Assadas   |
| Licença para parque de diversões localizado no terreno anexo ao cais 8 do porto do funchal   | Rui Alberto Araújo Carvalho                        | Parque de Diversões  |
| Licença precária de ocupação e utilização de espaço de estacionamento na doca de estacionamento localizada na avenida Sá Carneiro                          | TUKXI MADEIRA-Turismo, Unipessoal, Lda.            | 4 metros lineares para estacionamento triciclos com motor de combustão     |
| Licença precária de ocupação e utilização de espaço de estacionamento na doca de estacionamento localizada na avenida Sá Carneiro                          | TUKXI MADEIRA-Turismo, Unipessoal, Lda.            | 4 metros lineares para estacionamento triciclos com motor elétrico         |
| Licença precária de ocupação e utilização de espaço de estacionamento na doca de estacionamento localizada na avenida Sá Carneiro                          | Gustavo José Quintal Castro da Fonseca,            | 4 metros lineares para estacionamento de triciclos com motor de combustão  |
| Licença precária de ocupação e utilização de espaço de estacionamento na doca de estacionamento localizada na avenida Sá Carneiro                          | GOOD LUCK TOURS - Viagens e Turismo Lda.           | 4 metros lineares para estacionamento de viatura com motor de combustão    |
| Licença precária de ocupação e utilização de espaço de estacionamento na doca de estacionamento localizada na avenida Sá Carneiro                          | VEDONLINE – Construção e Trading, Unipessoal, Lda. | 6 metros lineares para estacionamento de motociclos com motor de combustão |
| Licença precária de ocupação e utilização de espaço de estacionamento na doca de estacionamento localizada na avenida Sá Carneiro                          | FRANCISCO MENEZES, Unipessoal, Lda.                | 2metros lineares para estacionamento de triciclos com motor de combustão   |
| Licença precária para ocupação e utilização de espaço na doca de estacionamento da avenida Sá Carneiro   | GADJETHEROES, Lda.                                 | 2metros lineares para estacionamento de triciclos com motor de combustão   |
| Licença precária para ocupação e utilização de espaço na doca de estacionamento da avenida Sá Carneiro   | Rui Filipe Sousa, Unipessoal, Lda.                 | 2 metros lineares para estacionamento de triciclos com motor de combustão  |
| Licença precária para ocupação e utilização de espaço na doca de estacionamento da avenida Sá Carneiro para o exercício da atividade de animação turística | FAF DRAIV, Unipessoal, Lda.                        | 6 metros lineares para estacionamento de veículos ligeiros de              |



## 7. Concessões/Licenças

| Tipo de contrato e objeto   | Titular   | Loja / Designação  |
|---|---|--|
|   |   | passageiros com motor de combustão                                       |
| Licença precária para ocupação e utilização de espaço na doca de estacionamento da avenida Sá Carneiro para o exercício da atividade de animação turística  | Fátima & Aléxio, Lda.                                 | 2 metros lineares para estacionamento de triciclo com motor de combustão |
| Licença precária para utilização privativa do domínio público para a instalação e operação de um ponto público de carregamento rápido para 2 veículos elétricos, na doca de estacionamento da avenida Sá Carneiro | EMACOM - Telecomunicações da Madeira Unipessoal, Lda. | Ponto público de carregamento para veículos elétricos                    |
| Autorização para colocação de lona com mensagem publicitária no muro de cortina à entrada do Porto com mensagem publicitária  | Land & Sea, Onthemoove, Lda.                          | Lona publicitária de venda de serviços online                            |
| LICENÇA   | GASLINK - Gás Natural, S.A.                           | Autorização de entrada para abastecimento do navio AIDAPRIMA             |

## GARE MARÍTIMA DA MADEIRA

| Tipo de contrato e objeto   | Titular  | Loja / Designação                                |
|---|--|--|
| Licença n.º 8/2014/P.F. (Licença Precária de Ocupação e Utilização de Loja n.º 2 na Gare Marítima da Madeira destinada ao exercício da atividade de Cafeteria e/ou Snack-Bar)                             | Talentos & Ternuras - Unipessoal, Lda.                               | Loja n.º 2 - Cafeteria e/ou Snack-Bar - Gare     |
| Licença de Ocupação e Utilização de espaço destinado ao Clube de Entusiastas de Navios na Gare Marítima da Madeira  | Clube de Entusiastas de Navios                                       | Loja n.º 3 - CEN - Gare<br>Loja n.º 4 CEN - Gare |
| Licença n.º 71/2016/P.F. (referente à ocupação e utilização de uma loja localizada no R/C do edifício junto ao Ilhéu de Nossa Senhora da Conceição para o exercício da atividade de agência de câmbios) * | UNICÂMBIO - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.                           | Loja UNICÂMBIO                                   |
| Licença n.º 72/2016/P.F. (referente à ocupação e utilização de espaços destinados à colocação de 3 caixas multibanco, localizados no Funchal e no Caniçal) *  | UNICÂMBIO - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.                           | Multibancos UNICÂMBIO                            |
| Autorização para colocação de 1 painel com publicidade do "Casino da Madeira", no interior da Gare Marítima da Madeira  | ITI - Sociedade de Investimentos Turísticos da Ilha da Madeira, S.A. | Painel Publicitário no interior da GMM           |
| Autorização para colocação de 1 painel com publicidade do "Casino da Madeira", na coluna exterior da Gare Marítima da Madeira   | ITI - Sociedade de Investimentos Turísticos da Ilha da Madeira, S.A. | Painel Publicitário na coluna no exterior da GMM |



## 7. Concessões/Licenças

| Tipo de contrato e objeto   | Titular  | Loja / Designação  |
|---|--|--|
| Autorização para colocação de 1 painel com publicidade do "Casino da Madeira", na coluna exterior da Gare Marítima da Madeira       | ITI - Sociedade de Investimentos Turísticos da Ilha da Madeira, S.A. | Painel Publicitário na coluna no exterior da GMM               |
| Autorização para colocação de 1 painel com publicidade dos "Teleféricos da Madeira," na coluna exterior da Gare Marítima da Madeira | Teleféricos da Madeira, S.A.   | Painel publicitário "Teleféricos da Madeira"                   |
| Autorização para colocação de 1 painel com publicidade da "Carristur", no interior da Gare Marítima da Madeira                      | Carristur Portugal, Lda.   | Painel publicitário "Carristur"                                |
| Autorização para colocação de 1 balcão de venda de bilhetes da "Carristur", no exterior da Gare Marítima da Madeira                 | Carristur Portugal, Lda.   | Balcão "Carristur"   |
| Autorização para colocação de 1 balcão de venda de bilhetes da "Douro Acima", no exterior da Gare Marítima da Madeira               | Douro Acima - Transportes de Turismo e Restauração, Lda.             | Balcão "Douro Acima"   |
| Autorização para colocação de 1 painel com publicidade da "Douro Acima", no interior da Gare Marítima da Madeira                    | Douro Acima - Transportes de Turismo e Restauração, Lda.             | 1 Painel publicitário "Douro Acima"                            |
| Autorização para colocação de 2 painéis com publicidade da "Douro Acima", na coluna exterior da Gare Marítima da Madeira            | Douro Acima - Transportes de Turismo e Restauração, Lda.             | 2 Painéis publicitários "Douro Acima"                          |
| Autorização para colocação de 1 painel com publicidade da "Multiópticas", no interior da Gare Marítima da Madeira                   | Grand Vision Portugal Unipessoal, Lda.                               | Painel publicitário "Multiópticas"                             |
| Autorização para colocação de 1 painel com publicidade dos "Carreiros do Monte", no interior da Gare Marítima da Madeira            | Carreiros do Monte   | Painel publicitário "Carreiros do Monte"                       |
| Autorização para colocação de 1 painel com publicidade do "Instituto do Vinho", no interior da Gare Marítima da Madeira             | Instituto do vinho, bordado e do artesanato da Madeira, I.P.         | Afixação de painel publicitário na GMM                         |
| Autorização para colocação de 1 Máquina de bebidas frias no exterior da Gare Marítima da Madeira                                    | PONTO DO CAFÉ & SNACKS -Vending e Assistência Técnica, Lda.          | 1 Máquina de bebidas frias                                     |
| Autorização para colocação, nos serviços administrativos da APRAM, de 1 máquina para bebidas quentes e 1 máquina de snacks          |  | 1 Máquina de bebidas quentes e 1 máquina snacks - APRAM        |
| Autorização para a colocação de publicidade do "Fórum Madeira" numa coluna no interior da Gare Marítima da Madeira                  | Multi Mall Management Portugal                                       | 2 Painéis publicitários da iniciativa "MY SELFIE IN MADEIRA"   |
| Autorização para a colocação de publicidade da "Horários do Funchal" num painel amovível no interior da Gare Marítima da Madeira    | Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A.                     | 1 Painel publicitário da "Horários do Funchal"                 |
| Autorização para colocação de máquina dispensadora de moedas, no interior da Gare   | National Tokens Madeira  | Máquina dispensadora de moedas com imagens do Porto do Funchal |



## 7. Concessões/Licenças

| Tipo de contrato e objeto   | Titular                               | Loja / Designação                       |
|---|---------------------------------------|---|
| Autorização para colocação de um stand up com publicidade da marca "Pizza Hut" no interior da Gare                          | Iberusa Hotelaria e Restauração, S.A. | Stand up "Pizza Hut"                    |
| Autorização para colocação de mensagem publicitária numa face de coluna da Gare com mensagem publicitária ao restaurante FX | Splendid Waves, Unipessoal, Lda.      | Mensagem publicitária "Restaurante FX " |
| Licença precária para ocupação e utilização da loja n.º 5 da Gare Marítima da Madeira                                       | Histórias e Iguarias, Lda.            | Loja n.º 5 - MAD4SHIP - Gare            |

### LOJAS DA MARINA DO FUNCHAL:

| Tipo de contrato e objeto   | Titular   | Loja / Designação                   |
|---|---|-------------------------------------|
| Licença de Ocupação n.º 3, destinada ao exercício da atividade de Snack Bar e Restaurante   | Caldeira, Pestana & Almeida, Lda.                             | Loja 1 e 2 - "Marina Terrace"       |
| Licença precária de ocupação e utilização da loja n.º 3, localizada na marina do funchal para o exercício da atividade de promoção e venda de atividades turísticas                       | SANTA MARIA – Atividades Marítimo Turísticas, Lda.            | Loja 3 – "Santa Maria"              |
| Licença de ocupação n.º 11, destinada à exploração de um Restaurante/Bar  | Gouveia, Neto e Freitas, Lda.                                 | Loja 4 - "Solar da Santola"         |
| Licença precária de ocupação e utilização de Loja n.º 5, na Marina do Funchal, destinada a atividade marítimo-turística e/ou outras atividades comerciais ligadas à náutica e/ou marítima | João Filipe Saldanha Cardoso                                  | Loja 5 - "Marítimo-turística"       |
| Licença precária de ocupação e utilização de Loja n.º 6, na Marina do Funchal, destinada a atividade marítimo-turística e/ou outras atividades comerciais ligadas à náutica e/ou marítima | Blue Adventure - Unipessoal, Lda.                             | Loja 6 - "Marítimo-turística"       |
| Licença precária de ocupação e utilização de Loja n.º 7 e 8, na Marina do Funchal, destinada a "Loja de Conveniência"   | Mastersecret - Unipessoal, Lda.                               | Loja 7 e 8 - "Loja de Conveniência" |
| Licença precária de ocupação e utilização de Loja n.º 9, na Marina do Funchal, destinada ao exercício da atividade marítimo-turística   | Bom Farol - Atividades Marítimo Turísticas, Lda.              | Loja 9 - "Prazer do Mar"            |
| Licença precária de ocupação e utilização de Loja n.º 10, na Marina do Funchal, destinada ao exercício da atividade marítimo-turística  | Horizonte do Atlântico - Animação Turística, Unipessoal, Lda. | Loja 10 - "Ventura do Mar"          |
| Licença de ocupação n.º 5, destinada à exploração de um Restaurante   | Chaves e Martins, Lda.  | Loja 11 - "Mar Azul"                |
| Cedência de espaço para instalação da sede social da Associação Náutica da Madeira  | Associação Náutica da Madeira                                 | Loja 12 - "Associação Náutica"      |



7. Concessões/Licenças

| Tipo de contrato e objeto   | Titular  | Loja / Designação   |
|---|--|---|
| Licença precária de ocupação e utilização de Lojas n.º 13 e 14 na Marina do Funchal (loja 13 destinada a loja náutica e souvenir shop; Bar/snack-bar; venda de bilhetes no âmbito do exercício da atividade marítimo-turística; e loja 14 destinada a restaurante /take away/fast food) | Visões Aquadélicas - Atividades Marítimo Turísticas, Lda.    | Loja 13 - "Loja náutica e de souvenirs, snack-bar, venda bilhetes atividade marítimo-turística" |
|   | Visões Aquadélicas - Atividades Marítimo Turísticas, Lda.    | Loja 14 - "Restaurante/Take-away/Fast food"   |
| Licença de ocupação n.º 17 (destinada à atividade marítimo-turística)   | Gomes & Caires, Lda.   | Loja 15 - "Turimar"   |
| Licença precária de ocupação e utilização da loja n.º 16, localizada na marina do funchal (destinase ao exercício da atividade marítimo turística)  | Ocean Limit, Lda.  | Loja 16 - "Ocean Limit"   |
| Licença precária de ocupação e utilização de Loja n.º 17, na Marina do Funchal, destinada ao exercício da atividade de Cafeteria  | Marla Sofia Pestana Barros                                   | Loja 17 -" Cafeteria"   |
| Licença precária de ocupação e utilização de Loja n.º 18 na Marina do Funchal destinada ao exercício das atividades de animação turística, animação turístico-ambiental, marítimo-turística e aluguer de veículos com e/ou sem condutor) licença n.º 13/2015/M.F.                       | RDT, UNIPessoal, LDA.  | Loja 18 - "Madeira Radical"   |
| Licença de ocupação n.º 16, destinada a venda de bebidas e petiscos regionais   | O Barrilinho - Sociedade de Exploração de Restaurantes, Lda. | Loja 20 - "Barrilinho"  |
| Contrato administrativo de concessão de uso privativo de uma parcela de terreno na Marina do Funchal da instalação de um posto de venda de combustível líquido à Navegação  | Repsol Portuguesa, S.A.                                      | Loja 24 - "Repsol"  |
| Autorização para ocupação de espaço para atuação musical no terraço da Marina do Funchal em frente ao estabelecimento denominado "Vermelhinho"  | João Lino Pereira Gonçalves, Lda.                            | Espaço para atuação musical - "Vermelhinho"   |
| Contrato de Concessão de Exploração da Marina do Funchal  | Associação MARINAFUNCHAL                                     | Concessão Marina do Funchal   |
| Ocupação de uma área de 3 m2 destinada à colocação de armários, mais espaço suficiente destinado à instalação de um mastro de suporte a antenas e respetivas cablagens de interligação, localizada na Marina do Funchal). Licença n.º 74/2016/P.F.                                      | MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.            | Antena MEO na marina do Funchal   |
| Alvará de Licença 1/2013/CERVEJOLÂNDIA (para o exercício da atividade de restauração e similares bem como para a fabricação de cerveja)   | Cervejolândia, Lda.  | Restaurante "Beer House"  |
|   |  | Esplanada   |



7. Concessões/Licenças

**QUIOSQUES DA MARINA DO FUNCHAL**

| Tipo de contrato e objeto   | Titular  | Quiosque / Designação                    |
|---|--|--|
| Alvará de Licença n.º 008/P.F., destinado à manutenção de um quiosque de alumínio para venda de bilhetes no âmbito do exercício da atividade marítimo-turística                           | Albatroz do Mar - Atividades de Animação Turística, Unipessoal, Lda. | Quiosque Marina "Albatroz"               |
| Alvará de Licença n.º 007/P.F., destinado à manutenção de um quiosque de alumínio para venda de bilhetes no âmbito do exercício da atividade marítimo-turística                           | Madeira Big Game Fishing - Atividades Náuticas, Lda.                 | Quiosque Marina - "Our Mary"             |
| Alvará de Licença n.º 002-8/P.F., destinado à manutenção de um quiosque de alumínio para venda de bilhetes no âmbito do exercício da atividade marítimo-turística                         | Santa Maria - Atividades Marítimo Turísticas, Lda.                   | Quiosque Marina "Nau Santa Maria"        |
| Alvará de Licença n.º 004/P.F., destinado à manutenção de um quiosque de alumínio para venda de bilhetes no âmbito do exercício da atividade marítimo-turística                           | Gavião - Viagens Turísticas, Lda.                                    | Quiosque Marina "Gavião"                 |
| Alvará de Licença n.º 005/P.F., destinado à manutenção de um quiosque de alumínio para venda de bilhetes no âmbito do exercício da atividade marítimo-turística                           | Nautisantos - Actividades Desportivas, Lda.                          | Quiosque Marina "Nautisantos"            |
| Autorização para colocação de quiosque na Marina do Funchal para venda de bilhetes no âmbito do exercício da atividade marítimo-turística   | Visões Aquadélicas - Actividades Marítimo Turísticas, Lda.           | Quiosque Marina - "Beluga Submarine"     |
| Alvará de Licença n.º 12/P.F., destinado à colocação de um quiosque de alumínio para venda de bilhetes no âmbito do exercício da atividade marítimo-turística com o iate "Ventura do Mar" | Horizonte do Atlântico - Animação Turística, Lda.                    | Quiosque Marina - "Ventura do Mar"       |
| Autorização para colocação de quiosque na Marina do Funchal para venda de bilhetes no âmbito do exercício da atividade marítimo-turística   | Prazer do Mar - Actividades Marítimo Turísticas, Lda.                | Quiosque Marina - "Prazer do Mar"        |
| Autorização para colocação de quiosque na Marina do Funchal para venda de bilhetes no âmbito do exercício da atividade marítimo-turística   | Ema de Freitas & Can, Lda.   | Quiosque na Marina - "Bonita da Madeira" |
| Alvará de Licença (destina-se à manutenção de um quiosque de alumínio para venda de bilhetes no âmbito do exercício da atividade marítimo-turística)                                      | Maria Zita França, Unipessoal, Lda.                                  | Quiosque "Tamisa"                        |
| Licença n.º 17 referente à ocupação e utilização de uma parcela de terreno para um quiosque para venda de bilhetes.   | Emanuel Gomes Henriques  | Quiosque "Dragão"                        |
| Alvará de Licença n.º 21 P.F. (destina-se à instalação de um quiosque para venda de   | Câmara Municipal do Funchal  | Quiosque na entrada do Cais CMF          |



## 7. Concessões/Licenças

| Tipo de contrato e objeto   | Titular | Quiosque / Designação |
|---|---------|-----------------------|
| impressos e divulgação das atividades de lazer e recreio do Município do Funchal) |         |                       |

### ESTACIONAMENTO NOVO PORTO DE RECREIO DO FUNCHAL:

| Tipo de contrato e objeto   | Titular   | Embarcação                   |
|---|---|------------------------------|
| Autorização para estacionamento no Porto de Recreio do Porto do Funchal | Santa Maria - Actividades Marítimo Turísticas, Lda.   | Nau "Santa Maria"            |
| Autorização para estacionamento no Porto de Recreio do Porto do Funchal | Santa Maria - Actividades Marítimo Turísticas, Lda.   | "Manuela"                    |
| Autorização para estacionamento no Porto de Recreio do Porto do Funchal | Ocean Limit, Lda.                                     | "Pilar de Banjar"            |
| Autorização para estacionamento no Porto de Recreio do Porto do Funchal | MW MADEIRA WATERSPORTS, Unipessoal, Lda.              | "MadeiraWatersports"         |
| Autorização para estacionamento no Porto de Recreio do Porto do Funchal | Magic Dolphin Atividades, Lda. (Bruce Hobley)         | "Magic Dolphin"(ex. Riptide) |
| Autorização para estacionamento no Porto de Recreio do Porto do Funchal | Magic Dolphin Atividades, Lda.                        | "Sea Safaris"                |
| Autorização para estacionamento no Porto de Recreio do Porto do Funchal | Nautisantos - Actividades Desportivas, Lda.           | "Seaborn II"                 |
| Autorização para estacionamento no Porto de Recreio do Porto do Funchal | Prazer do Mar - Actividades Marítimo Turísticas, Lda. | "Sea the Best"               |
| Autorização para estacionamento no Porto de Recreio do Porto do Funchal | Prazer do Mar - Actividades Marítimo Turísticas, Lda. | "Sea Plesure"                |
| Autorização para estacionamento no Porto de Recreio do Porto do Funchal | Prazer do Mar - Actividades Marítimo Turísticas, Lda. | "Sea Nature"                 |
| Autorização para estacionamento no Porto de Recreio do Porto do Funchal | Prazer do Mar - Actividades Marítimo Turísticas, Lda. | "Wahoo I "                   |
| Autorização para estacionamento no Porto de Recreio do Porto do Funchal | Ema de Freitas & Can, Lda.                            | "Bonita da Madeira "         |

### FUNDEADOURO

| Tipo de contrato e objeto          | Titular                             | Embarcação |
|------------------------------------|-------------------------------------|------------|
| Autorização para fundear - Funchal | Maria Zita França, Unipessoal, Lda. | "Tamisa"   |



## 7. Concessões/Licenças

### CANIÇAL

| Tipo de contrato e objeto  | Titular   | Loja / Designação                                      |
|--|---|--|
| Licença n.º 11/ Edifício de Autoridades do Porto do Caniçal, para utilização da Loja n.º 1 com fim de dar apoio administrativo à atividade desenvolvida pelo titular.  | O.P.M. - Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda.                             | Loja n.º 1   |
| Licença n.º 19/ no Edifício de Autoridades do Porto do Caniçal, para ocupação de Loja  | Reboques Avelino, Lda.  | Loja n.º 4   |
| Licença n.º 10/ no Edifício de Autoridades do Porto do Caniçal, para ocupação de Loja  | Empresa Navegação Madeirense, Lda.  | Loja n.º 5   |
| Licença n.º 1 / no Edifício de Autoridades do Porto do Caniçal, para ocupação de Loja  | Freitas & Caires, Lda.  | Loja n.º 9   |
| Autorização para ocupação de Loja para sede social da Casa do Pessoal da APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.  | Casa do Pessoal da APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. | Loja n.º 20  |
| Licença n.º 34/2016/P.C. - Instalações técnicas no âmbito do exercício da atividade de mergulho profissional exercida pela "TSM – Perfurações e Sondagens Subaquáticas da Madeira, Lda."   | TSM – Perfurações e Sondagens Subaquáticas da Madeira, Lda.                             | Loja A - instalações técnicas da TSM                   |
| Licença n.º 17 ocupação de loja no Edifício de Autoridades do Porto do Caniçal   | MARINHA - Direcção-Geral da Autoridade Marítima   | Loja F   |
| Contrato de Concessão de Exploração do Estaleiro Naval para Embarcações em Madeira do Caniçal  | J. S. Vieira & Gouveia, Lda.  | Estaleiro Naval de Embarcações de Madeira - Caniçal    |
| Contrato Administrativo de Concessão de Uso Privativo de uma parcela de terreno no Terminal do Caniçal - Porto de Pesca - destinado à construção de uma instalação de gasóleo para abastecimento a embarcações de pesca  | Repsol Portuguesa, S.A.   | Repsol - Porto de Pesca - Caniçal                      |
| Contrato Administrativo de Concessão de Exploração de um Terminal Marítimo de Combustíveis no Caniçal  | CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.                             | CLCM - Terminal Marítimo de Combustíveis - Caniçal     |
| Alvará de Licença n.º 3 /Porto do Caniçal, para utilização de instalações amovíveis, destinado, provisoriamente, ao controlo de entrada e saída de mercadorias do Terminal de Carga  | O.P.M. - Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda.                             | Quiosque OPM - Controlo de entrada e saída de viaturas |
| Alvará de Licença n.º 2/ Porto do Caniçal, destina-se à colocação de umas instalações amovíveis destinadas à oficina provisória da OPM   | O.P.M. - Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda.                             | Oficina provisória OPM - Zona C                        |
| Alvará de licença 2014/OPM, destina-se às seguintes utilizações: <ul style="list-style-type: none"> <li>Zona A: para colocação de cinco estruturas, cada uma com 8,50 m2, para ligação de contentores frigoríficos a energia elétrica, a ser fornecida a partir do PT instalado na Zona B</li> </ul> | O.P.M. - Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda.                             | OPM - Zona de contentores frigoríficos                 |



7. Concessões/Licenças

| Tipo de contrato e objeto   | Titular   | Loja / Designação  |
|---|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>Zona B: para implantação de um posto de Transformação (PT) para alimentar os contentores frigoríficos da Zona A e as gruas</li> <li>Zona C: para os cabos de passagem de energia elétrica para alimentar as gruas e os contentores frigoríficos da Zona A</li> </ul> | O.P.M. - Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda. | OPM - Zona de contentores frigoríficos   |
| Licença n.º 9/2014/P.C. (licença precária de ocupação e utilização de terrapleno no porto do caniçal para criação de zona de lavagem de equipamentos portuários)  | O.P.M. - Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda. | OPM - Lavagem de equipamentos portuários   |
| Licença ETP/Porto do Caniçal, ocupação de 2 instalações fixas que se destinam ao exercício da atividade desenvolvida pela ETP   | ETPRAM - Empresa de Trabalho Portuário ETP, Lda.            | Escritórios ETP  |
| Conduta subterrânea   | Cimentos Europa   | Ocupação de parcela dominial relativa a 1 conduta subterrânea para (des)carga de cimento no porto do Caniçal         |
| Conduta subterrânea   | Comperitrans - Comércio e Serviços Integrados, Lda.         | Ocupação de parcela dominial relativa a 1 conduta subterrânea para carga de asfalto no porto do Caniçal              |
| Tapete rolante subterrâneo  | Silomad – Silos da Madeira, S.A.                            | Ocupação de parcela dominial relativa a um tapete rolante subterrâneo para (des)carga de cereais no porto do Caniçal |
| 2 condutas subterrâneas   | Atlantic Island Electricity, S.A.                           | Ocupação de parcela dominial relativa a 2 condutas subterrâneas para fornecimento de vapor no porto do Caniçal       |
| Conduta subterrânea   | AECO - Asfalto, Emulsões e combustíveis, Lda.               | Ocupação de parcela dominial relativa a 1 conduta subterrânea para (des)carga de asfalto no porto do Caniçal         |
| Licença n.º 33/2015/P.C. (licença precária de ocupação e utilização de espaço destinado ao exercício da atividade de restauração no edifício de autoridades do porto do caniçal)  | Joaquim de Sousa Coelho,                                    | Restaurante Caniçal  |



## 7. Concessões/Licenças

### ZAL – ZONA DE APOIO LOGÍSTICO

| Tipo de contrato e objeto  | Titular  | Loja / Designação                                      |
|--|--|--|
| Licença n.º 38/2016/Z.A.L. (para utilização da Plataforma n.º 2 na ZAL e destina-se a apoio logístico no âmbito da atividade exercida pela Tecnovia Madeira, Sociedade de Empreitadas, S.A. + ocupação das instalações fixas existentes na Plataforma n.º 1) | Tecnovia Madeira, Sociedade de Empreitadas, S.A.                                 | Plataforma n.º 2 - ZAL -                               |
| Licença n.º 4/Z.A.L. destinada à armazenagem de contentores e ao estacionamento de veículos no âmbito do exercício da atividade de transportadora exercida pela titular  | Daniel Freitas Alves & Filhos, Lda.  | Plataforma n.º 3 - ZAL                                 |
| Licença n.º 37/2016/Z.A.L. destinada à armazenagem de contentores e estacionamento de viaturas   | LOGISLINK - Terminal de Logística, Lda.  | Plataforma n.º 4 - ZAL - estacionamento de contentores |
| Licença n.º 81/2016/Z.A.L. utilização da para estacionamento de viaturas e contentores no âmbito da atividade exercida pelo titular  | Reboques Avelino, Lda.   | Plataforma n.º 4 - ZAL                                 |
| Licença precária n.º 5 DA Z.A.L. para apoio logístico no âmbito da atividade exercida pelo titular   | ARINERTE - Sociedade de Exploração e Comercialização de Inertes da Madeira, Lda. | Plataforma n.º 5 - ZAL                                 |
| Licença n.º 11/Z.A.L. para construção e manutenção de um edifício, para o exercício da atividade de Centro de Inspeções Automóveis   | MADINSP - Inspeção de Veículos, S.A.   | Plataforma n.º 6 - ZAL - Centro de Inspeções           |
| Ocupação de área no Porto Novo   | AFAVIAS - Engenharia & Construções, SA   | Rebocador "AFAMAR" e Pontão "Ponta do Paul"            |

### PEQUENOS PORTOS: Câmara de Lobos, Socorridos, Machico, Seixal e Ribeira Brava

| Tipo de contrato e objeto  | Titular   | Loja / Designação  |
|--|---|--|
| Contrato Administrativo de Concessão de Uso Privativo de uma parcela de terreno no Cais de Câmara de Lobos destinada à manutenção da instalação de um posto de venda de combustíveis à navegação | GALP MADEIRA - Distribuição e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, Lda. | Posto de abastecimento - GALP - Câmara de Lobos  |
| Contrato Administrativo de Concessão de Uso Privativo de uma parcela de terreno no Cais de Câmara de Lobos para instalação de um posto de venda de combustível líquido à navegação               | Repsol Portuguesa, S.A.   | Posto de venda de combustíveis Repsol - Câmara de Lobos (motor, escritório e depósito) |
| Contrato de concessão de uso privativo de parcelas do domínio público sob jurisdição da APRAM.   | Cimentos Madeira, Lda.  | Terminal dos Socorridos - Cimentos Madeira   |
| Contrato de concessão de exploração do Porto de Recreio de Machico   | Município de Machico  | Porto de Recreio de Machico  |

7. Concessões/Licenças

| Tipo de contrato e objeto  | Titular                     | Loja / Designação   |
|--|-----------------------------|---|
| Protocolo relativo à utilização, manutenção e exploração do guincho de elevação instalado no cais do seixal e do barracão existente no mesmo | Clube Naval do Seixal       | Prestação generalizada de serviços de carga e descarga de embarcações e serviços afins a todos os potenciais utilizadores   |
| Protocolo relativo à utilização, manutenção e exploração do guincho de elevação instalado no cais da ribeira brava                           | Aquilha – Aquacultura, Lda. | Guincho no Cais da Ribeira Brava - manutenção, utilização e exploração  |
| Licença n.º 38/2016/P.P.   | Aquilha – Aquacultura, Lda. | Uso privativo de 1 parcela dominial, localizada no terraplano do Cais da Ribeira Brava (inclui a ocupação das instalações existentes) para apoio à atividade de aquacultura desenvolvida pelo titular da Licença. |

PORTO SANTO

| Tipo de contrato e objeto   | Titular   | Loja / Designação  |
|---|---|--|
| Alvará de Licença n.º 7-1/P.P.S. destinada à manutenção de uma cabine de alumínio para venda de bilhetes de transportes públicos  | Moinho - Rent-a-Car, Lda.   | Quiosque no porto  |
| Alvará de Licença n.º 11/P.S. destinada à manutenção do "Entrepasto Cimenteiro" para realização de operação de descarga e movimentação de cimento a granel do navio atracado para o estabelecimento | Cimentos Madeira, Lda.  | Cimentos Madeira, Lda. - Porto Santo   |
| Contrato administrativo de concessão de uso privativo de uma parcela de terreno no porto do Porto Santo da construção para armazenagem e um posto de venda de gasóleo à navegação                   | GALP MADEIRA - Distribuição e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, S.A.   | GALP - Porto Santo   |
| Licença precária de ocupação e utilização de espaço destinado ao exercício da atividade de restaurante no porto do Porto Santo  | José Oliveira Gomes de Sousa  | Restaurante - Porto Santo  |
| Licença de utilização privativa de parcela dominial n.º 1/2012/P.S. para o apoio à atividade de mergulho e guarda dos respetivos equipamentos   | Rhea Dive, Lda.   | Rhea Dive  |
| Alvará de Licença 2014/EEM & BFS  | EEM & BFS - Energy, S.A. (mas é faturado a Empresa de Electricidade da Madeira, S.A.) | Implantação de uma unidade de produção de biocombustível a partir do cultivo e transformação |



7. Concessões/Licenças

| Tipo de contrato e objeto                    | Titular                                    | Loja / Designação                    |
|--|--|--------------------------------------|
|  |  | termoquímica de microalgas marinhas. |
| Utilização de espaço no porto do Porto Santo | Auto Acessórios Colombo - Unipessoal, Lda. | Rent-a-car                           |



## 8. Segurança

### 8. SEGURANÇA

#### 8.1 ISPS (International Ship and Port Facility Code)

De modo a dar cumprimento ao estipulado no Código ISPS - International Ships and Ports Security, no ano de 2017 foi dada continuidade à implementação e monitorização de diversas medidas na área da proteção marítima e patrimonial para que a APRAM, S.A. mantivesse a certificação dos seus portos, obtida em 2009 e emitida pela Autoridade Nacional.

Assim, são de destacar as seguintes ações:

- Implementação dos Planos de Proteção nos termos da certificação ISPS e respetiva monitorização, com destaque especial para o cais 8;
- Avaliação de proteção pela Certitecna a 2 instalações portuárias;
- Adequação das estruturas necessárias ao cumprimento dos Planos de Proteção, designadamente com a revisão e melhoria dos procedimentos de proteção das instalações e do aperfeiçoamento do controlo de acessos às áreas restritas dos Portos;
- Continuação da formação do pessoal afeto ao controlo das instalações portuárias nos portos do Funchal, Caniçal e Porto Santo;
- Articulação da atuação com as restantes Autoridades, através do Centro Coordenador de Proteção do Porto nomeadamente com a Capitania, as restantes forças e serviços de Segurança, designadamente através da realização de exercícios conjuntos entre as entidades envolvidas;
- Especial articulação com o SEF para implementação de procedimentos que permitam cumprir as novas obrigações Frontex;
- Contratação e monitorização dos serviços da empresa de vigilância, que, conjuntamente com a requisição de serviços à PSP, agentes da Polícia Marítima e da Guarda Nacional Republicana – Brigada Fiscal e os Oficiais de Proteção, asseguram a proteção portuária, a todo o tempo.



## 9. Marketing e Relações Públicas

### 9. MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS

#### 9.1 Ações de Promoção

Em termos gerais e tendo por referência o ano de 2017, realça-se o seguinte:

- Continuidade da parceria de promoção conjunta do turismo de cruzeiros com as Ilhas Canárias, no âmbito do projeto Cruise Atlantic Islands (CAI);
- Acolhimento da comitiva do parceiro da Autoridad Portuaria de Las Palmas, com reunião de trabalho e visita ao porto do Caniçal (julho);
- Criação da marca “Cruise Portugal”, respetivo logótipo e produção de novos materiais, e um novo conceito de stand;
- Acolhimento ao turista de cruzeiros nas épocas festivas do Carnaval, Festa da Flor, Natal e Fim-de-ano, com iniciativas em parceria com clientes de publicidade e parceiros associativos como os Carreiros do Monte;
- Revisão do Sistema Monitorização na Gare Marítima da Madeira dos fluxos de passageiros. Aos equipamentos instalados na gare foi feito no final do ano uma análise do passageiro através de um dispositivo tecnológico de recolha de dados e de interatividade com o passageiro, dados a serem relatados em 2018 para conhecimento e utilização da APRAM;
- Elaboração de plano para o desenvolvimento de ações promocionais coordenadas ao longo do ano com a AP Madeira, nomeadamente montagem de bandeirolas, nos postes de iluminação, no passeio do Cais Sul do porto do Funchal, com referência ao calendário de eventos anual da RAM nas escalas inaugurais, reforço das ações promocionais no porto do Porto Santo;
- Criação do flyer para o segmento dos mega-iates;



## 9. Marketing e Relações Públicas

- Retoma das reuniões periódicas com os agentes de navegação, numa perspetiva de dinamização do segmento de cruzeiros e discussão dos pontos críticos para o desenvolvimento de ações conjuntas e de interesse para todas as partes;
- Apoio a exposições temporárias na GMM de artistas;
- Presença em cerimónias a bordo e ações de boas-vindas ao longo do ano, com entrega de ofertas aos comandantes, na 1.ª escala de navios cruzeiro no Porto do Funchal e novas escalas no porto do Porto Santo;
- Acolhimento à conferência de imprensa da “3ª Etapa do Madeira Extreme Sailing Series”;
- Participação e apoio ao Seminário “Madeira, as Regiões Ultraperiféricas e o Atlântico: Conhecimento e Cooperação para o Crescimento Azul”.

### 9.2 Comunicação

O ano de 2017 pautou-se pela atualização da comunicação institucional, com informação atualizada na página do Facebook, nas newsletters e boletins das associações que a APRAM, S.A. integra, nomeadamente a APP – Associação dos Portos de Portugal e a RETE – Associação para a colaboração entre os Portos e as Cidades e ainda, junto dos media.

De salientar ainda:

- A criação da newsletter oficial da APRAM, S.A., com a publicação do primeiro número em maio de 2016;
- Contactos regulares junto de jornalistas, apostando na proximidade como forma de divulgação da APRAM, S.A.
- Recolha de dados, elaboração de textos e assessoria, em colaboração com os serviços homólogos da tutela
- Criação do Dia do Porto tendo sido a primeira edição comemorada no 18 de julho de 2017.



## 10. CLCM

### 10. CLCM – CENTRO LOGÍSTICO DE COMBUSTÍVEIS DA MADEIRA

A APRAM, S.A. vem dirimindo desde 2007 com a CLCM um diferendo na interpretação de cláusulas do contrato celebrado com aquela empresa, com vista à exploração do centro logístico de combustíveis da Madeira, implantado parcialmente em área sob jurisdição da APRAM, S.A., tendo sido celebrado o contrato para o uso privativo desta área, que estipulava o pagamento de uma taxa mensal de 17 708,00€, acrescida do IVA à taxa legal.

Após 33 meses de cumprimento regular do contrato celebrado entre a APRAM, S.A. e a CLCM – Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, esta deixou de pagar as taxas mensais contratualizadas.

A APRAM, S.A. tem vindo a pugnar desde sempre, pelo cumprimento do contrato, emitindo mensalmente as faturas das referidas taxas.

A APRAM, S.A. seguiu as vias contratualmente previstas para a resolução de litígios de interpretação do contrato: a tentativa de conciliação, a constituição de um tribunal arbitral, que avaliou as posições de ambas as partes e, após audiência de julgamento, proferiu a sua decisão em julho de 2014, favorável à APRAM, S.A..

A APRAM, S.A., porque estava munida de uma sentença arbitral, emitiu certidão de dívida que remeteu à Repartição de Finanças de Machico para que esta procedesse à cobrança coerciva da dívida através de processo de execução fiscal. A CLCM deduziu oposição à referida execução, resguardando-se no facto de não existir ainda trânsito em julgado da decisão arbitral.

A APRAM, S.A. continua a emitir mensalmente as faturas que entende serem devidas, do mesmo modo que, periodicamente atualiza o montante que considera ser devido em sede de cobrança coerciva, emitindo certidões de dívida adicionais.



## 11. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Este ano, o Resultado Líquido do Exercício registou um prejuízo de 13.231.085,12 euros.

O Ativo Líquido atingiu os 311,938 M€ e registou uma diminuição de 20,749 M€ face ao ano anterior.

Esta diminuição verifica-se em quase todas as rubricas do ativo. Por um lado, temos o efeito das depreciações do ativo, que anualmente refletem nas contas de resultados o desgaste dos bens do ativo fixo tangível e intangível da empresa. Por outro lado, verifica-se uma diminuição das dívidas de clientes, face ao esforço que a APRAM, S.A. tem vindo a desenvolver na cobrança das receitas, bem como na promoção da execução fiscal para aqueles clientes que se afiguram de cobrança duvidosa ou incobrável. Por último será de salientar a diminuição do saldo de caixa e depósitos bancários, que no ano anterior apresentava um valor de 10,017 M€ para os atuais 3,862 M€, tendo em conta que a maior parte do saldo transitado foi aplicado no pagamento de juros e imposto de selo, associados ao serviço da dívida bancária, contraída em anos anteriores para fazer face aos elevados investimentos em infraestruturas portuárias e demais equipamentos, nomeadamente, rebocadores e lanchas, entre outros.

Desde 1999, ano em que a APRAM, S.A. se constituiu como sociedade anónima, abandonando o estatuto de instituto público, o ativo líquido tem vindo a crescer fruto dos elevados investimentos em infraestruturas e equipamentos portuários.

Como já explanado no terceiro parágrafo, a tendência atual será a oposta: o ativo líquido a decrescer porque o investimento já está consolidado e o efeito das amortizações, contribuirão para o decréscimo.

No entanto, a médio e longo prazo o ativo líquido poderá vir a decrescer menos e mesmo vir a aumentar, devido à necessidade de proceder à recuperação ou reabilitação de infraestruturas portuárias que sofrem danos significativos em períodos de ondulação excessiva, sendo que a maior parte destes investimentos são financiados através de contratos programa no âmbito do Fundo de Coesão Nacional e da Lei de Meios.

## 11 Análise Económica e Financeira



No ano de 2017, o Passivo Corrente atingiu os 71,9 M€, registando-se assim um aumento de 11,418 M€.

No Passivo Corrente, para além das dívidas a fornecedores, ao estado e outros entes públicos, e outros credores, estão registados os contratos de mútuo de curto prazo celebrados com o Governo Regional da Madeira, e os valores a amortizar no próximo ano, referente aos empréstimos bancários de médio e longo prazo.

Em 2016, procedeu-se à conversão dos contratos de mútuo celebrados com o Governo Regional da Madeira em 2013, 2014 e 2015 em aumento de capital social, pelo que o passivo de curto prazo naquele ano decresceu, melhorando substancialmente o capital próprio da empresa. Neste exercício económico, estão registados os contratos de mútuo celebrados em 2016 e 2017, tendo em vista o pagamento do serviço da dívida, sendo expectável que sejam convertidos em aumento do capital social, Pelo facto de ainda não ter ocorrido esta conversão, originou um aumento do passivo de curto prazo.

Expurgando a situação referida no parágrafo anterior, todas as rubricas apresentam uma diminuição. De salientar a diminuição das dívidas a fornecedores de conta corrente e de investimento, bem como a diminuição dos outros passivos financeiros, onde são registados os valores de mercado das operações de cobertura de taxa de juro, que vão tendencialmente diminuindo, na “proporção” da amortização dos empréstimos bancários a que estão associadas.

### **Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos**

Os resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, são positivos, atingindo o valor de 6,031 M€. Este facto deve-se ao registo do impacto financeiro nas contas das operações de cobertura de risco de taxa de juro, onde se registou em 2017 uma variação positiva. Por outro lado, o facto da empresa reconhecer anualmente nos seus resultados o valor dos subsídios ao investimento na mesma proporção das amortizações do exercício, resulta numa melhoria dos resultados da empresa. Esta resulta, igualmente de uma política de gestão criteriosa, com maior eficácia e eficiência e com ganhos na sua atividade operacional.

11 Análise Económica e Financeira



**Rendimentos de Exploração**

Os proveitos de exploração cresceram globalmente 5%, refletindo deste modo o aumento nas prestações de serviços.

Na rubrica de “Outros rendimentos e ganhos”, a variação negativa (-8%) prende-se com o facto da empresa este ano não ter recebido valores significativos com indemnizações/sinistros, por oposição ao ano anterior que recebeu uma indemnização no valor de 0,279 M€, em virtude do acidente com o N/M Rebocador Passos Gouveia.

**Quadro 8 - Rendimentos de Exploração**

| Rubricas                    | Exercícios             |                      | Un.: Euros<br>Variação |                    |
|-----------------------------|------------------------|----------------------|------------------------|--------------------|
|                             | 2017                   | 2016 REEXP.          | %                      | Valor              |
|                             | Prestações de serviços | 11 390 255,72        | 10 407 822,85          | 9%                 |
| Subsídios à exploração      | 27 606,60              | 69 731,92            | - 60%                  | <b>-42 125,32</b>  |
| Outros rendimentos e ganhos | 2 852 420,77           | 3 099 956,36         | - 8%                   | <b>-247 535,59</b> |
| <b>Total</b>                | <b>14 270 283,09</b>   | <b>13 577 511,13</b> | <b>5%</b>              | <b>692 771,96</b>  |

Fonte: APRAM, S.A.

**Gastos de Exploração**

Principais rubricas de exploração da empresa (fornecimentos e serviços externos e gastos com o pessoal):

- Fornecimentos e serviços externos apresentaram uma diminuição, por força da redução dos gastos com as docagens dos rebocadores “Cte. Passos Gouveia” e das Lanchas “Ilhéu do Lido”, “Ilhéu do Farol” e “Cte. Cristiano de Sousa”, comparativamente ao ano anterior. Por outro lado, no ano anterior houve um gasto adicional com a reparação decorrente do sinistro do rebocador “Cte. Passos Gouveia”.
- Apesar da diminuição verificada nesta rubrica, importa referir que os maiores gastos prendem-se com a conservação e reparação de equipamentos marítimo portuários e infraestruturas portuárias, com o combustível para as embarcações, viaturas e máquinas de apoio à operação portuária, com a energia elétrica e a água que



## 11 Análise Económica e Financeira

também é abastecida aos navios que demandam os portos da RAM, com a vigilância e segurança, com os trabalhos especializados, nomeadamente com os gastos com os honorários de advogados associados aos processos judiciais em curso. Saliente-se também o peso dos seguros dos equipamentos marítimos e terrestres, bem como ao aumento nas áreas cobertas e do risco de cobertura do seguro de riscos de exploração, que veio onerar um pouco os gastos desta rubrica;

- Gastos com o pessoal apresentaram um aumento de 75.139,69€ devido ao descongelamento das carreiras, diuturnidades e diferencial de carreira, bem como pelo acréscimo de remunerações de trabalho extraordinário motivado pelo maior número de escalas de navios de cruzeiro com pernoitas e com reflexos nos encargos com remunerações;
- Rubrica “Outros gastos e perdas” estão refletidos os gastos com os resíduos sólidos, e demais impostos que registaram um aumento, resultante da recolha de resíduos sólidos (resíduos tipo A – Plástico, papel, madeiras, B – Mistura de resíduos, C – Restos de comida, cerâmica e D – Cozinha e mesa) e líquidos (Águas de porão e lamas) aos navios de cruzeiro, com a devida correspondência nas receitas da APRAM, S.A., pois estão diretamente ligados à atividade da empresa.

**Quadro 9 - Gastos de Exploração**

| Rubricas                          | Exercícios           |                      | Variação    |                    |
|-----------------------------------|----------------------|----------------------|-------------|--------------------|
|                                   | 2017                 | 2016 REEXP.          | %           | Valor              |
| Fornecimentos e serviços externos | 2 902 677,16         | 3 289 791,59         | - 12%       | -387 114,43        |
| Gastos com pessoal                | 7 406 278,57         | 7 331 138,88         | 1%          | 75 139,69          |
| Outros gastos e perdas            | 384 130,80           | 372 290,78           | 3%          | 11 840,02          |
| <b>Total</b>                      | <b>10 693 086,53</b> | <b>10 993 221,25</b> | <b>- 3%</b> | <b>-300 134,72</b> |

Fonte: APRAM, S.A.

### Estrutura dos Gastos de Exploração

Na estrutura de gastos de exploração da empresa, o maior peso continua a centrar-se nos “Gastos com o pessoal”, com 69,3%, seguindo-se os “Fornecimentos e serviços externos”, com 27,1% e os “Outros gastos e perdas”, com 3,6%.

11 Análise Económica e Financeira



**Quadro 10- Estrutura dos Gastos de Exploração**

| Rubricas                          | Exercícios     |                |
|-----------------------------------|----------------|----------------|
|                                   | 2017           | 2016 REEXP.    |
| Fornecimentos e serviços externos | 27,15%         | 29,93%         |
| Gastos com pessoal                | 69,26%         | 66,69%         |
| Outros gastos e perdas            | 3,59%          | 3,39%          |
| <b>Total</b>                      | <b>100,00%</b> | <b>100,00%</b> |

Fonte: APRAM, S.A.

**Fundos Libertos**

A cobertura do investimento por autofinanciamento apresenta-se positiva devido ao valor dos “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” serem suficientes para cobrir o resultado líquido negativo, gerando fundos libertos.

**Quadro 11 - Fundos Libertos**

| Rubricas   | Exercícios       |                   |
|--|------------------|-------------------|
|  | 2017             | 2016 REEXP.       |
| Resultado líquido do exercício                         | (13 231 085,12)  | (18 094 304,42)   |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização       | 13 634 973,95    | 13 879 506,83     |
| Provisões do exercício                                 | 4 999,01         | 132 511,29        |
| Fundos Libertos  | 408 887,84       | (4 082 286,30)    |
| Investimento   | 106 160,31       | 153 116,51        |
| <b>Cobertura do investimento por autofinanciamento</b> | <b>0.385,16%</b> | <b>-2.666,13%</b> |

**Situação Financeira e Patrimonial**

O quadro que se segue evidência a evolução da situação patrimonial no período de 2017/2016.

Do lado das aplicações de fundos destaca-se, em termos absolutos, a manutenção do imobilizado líquido, com valores superiores a 96,8% do ativo líquido total, sendo a parcela com maior representatividade nas contas da APRAM, S.A., o que reflete o volume de investimento efetuado, de acordo com as orientações de gestão do acionista.



## 11 Análise Económica e Financeira

Em relação ao ativo corrente, verifica-se um decréscimo de 7,22 M€, que representou no exercício económico de 2017, apenas 3,2% do ativo líquido total.

Este decréscimo é justificado essencialmente pela diminuição da rubrica de caixa e depósitos bancários, na ordem dos 6,154 M€ utilizado essencialmente para o pagamento de parte do serviço da dívida (juros e imposto de selo), bem como pela diminuição das dívidas de clientes, na ordem dos 0,875 M€.

Na rubrica de “Outras contas a receber”, estão contempladas as verbas a receber na sequência dos contratos programa firmados com o Governo Regional da Madeira, no âmbito dos programas do Fundo de Coesão Nacional e da Lei de Meios.

Note-se, por último, que apesar da diminuição das dívidas de clientes, a APRAM, S.A. está a faturar à CLCM – Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A. uma renda mensal, que a empresa, apesar de já ter sido condenada em sede de tribunal arbitral ao pagamento das quantias a que a APRAM considera ter direito, teima em não pagar, tendo interposto recurso jurisdicional desta decisão do tribunal arbitral para adiar o pagamento das referidas rendas.

Acresce ainda o facto da empresa, ter necessidade de recorrer a alguns acordos de regularização de dívidas com alguns clientes (Clube de Automóveis Clássicos da Madeira, João de Freitas Martins, JFM Shipping e Município de Machico), no sentido de poder ser ressarcida de alguns montantes já faturados e ainda não pagos, por questões de liquidez das referidas empresas.

### Quadro 12 – Situação Financeira e Patrimonial (1)

| ATIVO                              | EXERCÍCIOS            |                           |              |
|------------------------------------|-----------------------|---------------------------|--------------|
|                                    | 31-12-2017            | 31-12-2016<br>REEXPRESSAS | %            |
| <b>ATIVO NÃO CORRENTE</b>          |                       |                           |              |
| Ativos fixos tangíveis             | 301.836.778,97        | 315.358.257,85            | -4,29        |
| Ativos intangíveis                 | 21.496,07             | 28.830,83                 | -25,44       |
| <b>Total do ativo não corrente</b> | <b>301.858.275,04</b> | <b>315.387.088,68</b>     | <b>-4,29</b> |
| <b>ATIVO CORRENTE</b>              |                       |                           |              |
| Inventários                        | 10.000,00             | 10.000,00                 | 0,00         |
| Clientes                           | 2.053.171,40          | 2.928.688,09              | -29,89       |
| Estado e outros entes públicos     | 122.025,93            | 116.349,34                | 4,88         |

11 Análise Económica e Financeira

| ATIVO                          | EXERCICIOS            |                           |               |
|--------------------------------|-----------------------|---------------------------|---------------|
|                                | 31-12-2017            | 31-12-2016<br>REEXPRESSAS | %             |
| Outras contas a receber        | 3.998.828,75          | 4.092.768,26              | -2,30         |
| Diferimentos                   | 33.594,87             | 135.585,29                | -75,22        |
| Caixa e depósitos bancários    | 3.862.815,22          | 10.017.385,89             | -61,44        |
| <b>Total do ativo corrente</b> | <b>10.080.436,17</b>  | <b>17.300.776,87</b>      | <b>-41,73</b> |
| <b>TOTAL DO ACTIVO</b>         | <b>311.938.711,21</b> | <b>332.687.865,55</b>     | <b>-6,24</b>  |

Fonte: APRAM, S.A.

Em termos de rubricas de origens de fundos, verifica-se um decréscimo no Capital Próprio, influenciado, em especial, pelo aumento dos “Resultados transitados” negativos, que vão sendo prejudicados pela transferência dos Resultado líquidos que tem sido negativos, bem como pelo decréscimo das “Outras variações no capital próprio”, que vai diminuindo à medida que vai sendo imputado parte do valor dos subsídios ao investimento na proporção das depreciações do exercício.

Contudo, este resultado seria mais penalizador, se não tivesse ocorrido o aumento do capital social no ano 2016, através da conversão dos contratos de mútuo com o Governo Regional da Madeira (acionista único da empresa).

Considerando os avultados prejuízos fiscais, sobre os quais a APRAM, S.A. considera, nesta data, não existir a capacidade de dedução a lucros tributáveis futuros, não foram reconhecidos impostos diferidos ativos de qualquer natureza, tendo sido apenas reconhecidos impostos diferidos passivos sobre os subsídios ao investimento.

No que diz respeito aos Capitais Permanentes, verifica-se um decréscimo (para os 76,9%), que decorre da diminuição do “Passivo Não Corrente” em virtude da amortização do capital das dívidas de “Financiamentos obtidos” de médio e longo prazo, bem como pela diminuição do capital próprio (acima explicado).

No que respeita ao “Passivo Corrente”, os “Financiamentos obtidos” de curto prazo, apresentam um acréscimo, na ordem dos 11.418 M€ e representa 23% do Capital próprio e passivo. Nesta rubrica estão expressos os valores a reembolsar em 2018 e referentes a empréstimos contraídos junto do BEI, Commerzbank, Déxia Crédit Local e ao acionista (empréstimos de mútuo celebrados com o Governo Regional da Madeira



11 Análise Económica e Financeira

em 2016 e 2017). O acréscimo, verificado nesta rubrica, respeita aos empréstimos de mútuo com o acionista, cuja expectativa da APRAM, S.A. passa pela conversão dos mesmos num aumento do capital social, como já realizado no passado (em 2016).

Tal como em anos anteriores, procedeu-se ao registo do valor de mercado das operações de cobertura de risco de taxa de juro, contemplado na rubrica “Outros passivos financeiros”. Este valor veio contribuir para a diminuição do passivo corrente e a expectativa é que este valor venha a ser tendencialmente menor, em função da amortização dos empréstimos bancários a que as operações de *Swap* de taxa de juro estão associadas.

A par do ano anterior, este ano verifica-se também uma diminuição significativa da rubrica “Outras contas a pagar” devido, sobretudo, à diminuição das dívidas a fornecedores de investimento e a outros credores.

**Quadro 13 – Situação Financeira e Patrimonial (2)**

| CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO                   | EXERCÍCIOS            |                           |               |
|---|-----------------------|---------------------------|---------------|
|   | 31-12-2017            | 31-12-2016<br>REEXPRESSAS | %             |
| <b>CAPITAL PRÓPRIO</b>                      |                       |                           |               |
| Capital realizado                           | 59.129.505,00         | 59.129.505,00             | 0,00          |
| Reservas                                    | 3.458.448,87          | 3.458.448,87              | 0,00          |
| Excedentes de revalorização de ativos fixos | 180.293.492,29        | 180.293.492,29            | 0,00          |
| Outras variações no capital próprio         | 76.215.332,98         | 78.392.762,52             | -2,78         |
| Resultados transitados                      | (203.824.445,85)      | (185.151.331,05)          | 10,09         |
| Resultado líquido do exercício              | (13.231.085,12)       | (18.094.304,42)           | -26,88        |
| <b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>             | <b>102.041.248,17</b> | <b>118.028.573,21</b>     | <b>-13,55</b> |
| <b>PASSIVO NÃO CORRENTE</b>                 |                       |                           |               |
| Provisões                                   | 137.510,30            | 132.511,29                | 3,77          |
| Financiamentos obtidos                      | 117.578.733,04        | 133.185.520,37            | -11,72        |
| Passivos por impostos diferidos             | 20.281.117,31         | 20.859.927,69             | -2,77         |
| <b>Total do passivo não corrente</b>        | <b>137.997.360,65</b> | <b>154.177.959,35</b>     | <b>-10,49</b> |
| <b>Capitais permanentes</b>                 | <b>240.038.608,82</b> | <b>272.206.532,56</b>     | <b>-11,82</b> |

11 Análise Económica e Financeira

| CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO            | EXERCÍCIOS            |                           |              |
|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------|--------------|
|                                      | 31-12-2017            | 31-12-2016<br>REEXPRESSAS | %            |
| <b>PASSIVO CORRENTE</b>              |                       |                           |              |
| Fornecedores                         | 40.749,96             | 454.342,97                | -91,03       |
| Estado e outros entes públicos       | 325.524,05            | 431.461,78                | -24,55       |
| Financiamentos obtidos               | 60.028.852,66         | 44.422.065,32             | 35,13        |
| Outras contas a pagar                | 1.548.943,22          | 1.807.497,29              | -14,30       |
| Outros passivos financeiros          | 9.956.032,50          | 13.365.965,63             | -25,51       |
| <b>Total do passivo corrente</b>     | <b>71.900.102,39</b>  | <b>60.481.332,99</b>      | <b>18,88</b> |
| <b>TOTAL DO PASSIVO</b>              | <b>209.897.463,04</b> | <b>214.659.292,34</b>     | <b>-2,22</b> |
| <b>TOTAL DO CAP. PRÓP. + PASSIVO</b> | <b>311.938.711,21</b> | <b>332.687.865,55</b>     | <b>-6,24</b> |

Fonte: APRAM, S.A.

### Fundo de Maneio

O fundo de maneio apresenta-se positivo (1,976 M€), pelo que as dívidas de clientes e os inventários são suficientes para fazer face às obrigações correntes (fornecedores) da empresa, numa ótica de curto prazo.

Quadro 14 – Fundo de Maneio

| Rubricas                               | Exercícios          |                     | Varição        |
|--|---------------------|---------------------|----------------|
|  | 2017                | 2016 REEXP          | %              |
| Dividas de clientes + Inventários (1)  | 2.063.171,40        | 2.938.688,09        | -29,79%        |
| Fornecedores (2)                       | 86.540,17           | 558.566,63          | -84,51%        |
| <b>Fundo de maneio (3) = (1) - (2)</b> | <b>1.976.631,23</b> | <b>2.380.121,46</b> | <b>-16,95%</b> |

Fonte: APRAM, S.A.

### Rácios de Natureza Económica

Atendendo ao peso do Resultado Líquido (negativo) e ao desempenho das prestações de serviços obtidas no exercício, os indicadores económicos da APRAM, S.A., este ano apresentam-se mais favoráveis.

A rentabilidade das prestações de serviços cresceu ligeiramente (menos negativa), devido à variação positiva dos Resultados de Exploração da empresa, onde se registou diminuição significativa dos gastos com os fornecimentos e serviços externos, apesar do ligeiro

## 11 Análise Económica e Financeira

aumento dos gastos com o pessoal. Esta melhoria nos resultados resultou também do bom desempenho das prestações de serviços.

A rentabilidade dos Capitais Próprios melhorou, fruto do Resultado Líquido que apresentou uma evolução bastante positiva, influenciado pela variação positiva do valor de mercado dos swaps de taxa de juro, pela reversão das imparidades de dívidas a receber, pelo decréscimo das depreciações do exercício, bem como pelos motivos expostos no parágrafo anterior.

Quadro 15 – Rácios de Natureza Económica

| Rubricas  | Exercícios |             |
|---|------------|-------------|
|   | 2017       | 2016 REEXP. |
| Vendas e prestações de serviços / Ponto crítico (1) | 1,10       | 0,98        |
| Rentabilidade das prestações de serviços (2)        | -0,67      | -1,14       |
| Rendibilidade do ativo (ROI) (3)                    | -0,04      | -0,05       |
| Rendibilidade dos capitais próprios (ROE) (4)       | -0,13      | -0,15       |

Fonte: APRAM, S.A.

Notas: (1) Ponto crítico = Gastos variáveis (CMVMC + FSE) + Gastos de estrutura (GCP)  
(2) Resultados operacionais/Prestações de serviços  
(3) Resultados líquidos/Ativo total líquido  
(4) Resultados líquidos/Capitais próprios

### Rácios de Natureza Financeira

De um modo geral, os indicadores financeiros apresentam este ano um resultado próximo do ano anterior, apesar do resultado líquido negativo e dos resultados transitados que, paulatinamente, vão “consumindo” o capital próprio da empresa.

O aumento no capital social, veio contribuir para uma maior solidificação do capital próprio, a par da diminuição das dívidas de “Financiamentos obtidos” de médio e longo prazo. No entanto, este ano, a diminuição nas outras variações do capital próprio, bem como o aumento das dívidas de “Financiamentos obtidos” de curto prazo a par com o aumento significativo dos resultados transitados negativos, contribuíram significativamente para a não obtenção de rácios de natureza financeira com melhor desempenho.



## 11 Análise Económica e Financeira

A Liquidez Geral, não apresenta uma situação financeira de curto prazo favorável, tendo em conta que o ativo corrente (inventário, dívidas de clientes, depósitos bancários e cais) não é suficiente para pagar o passivo corrente (fornecedores, estado, financiamentos obtidos de curto prazo e outros credores) da empresa (inferior a 1).

No caso da Autonomia Financeira, verifica-se que a empresa está dependente de capitais alheios para o financiamento dos seus investimentos (empréstimos de médio e longo prazo para o financiamento do ativo não corrente) e no caso da Solvabilidade, verifica-se que a empresa não tem capacidade para satisfazer toda a sua dívida (inferior a 1).

**Quadro 16 – Rácios de Natureza Financeira**

| Rubricas                                  | Exercícios |             |
|---|------------|-------------|
|   | 2017       | 2016 REEXP. |
| Liquidez Geral (1)                        | 0,14       | 0,29        |
| Autonomia Financeira (2)                  | 0,33       | 0,35        |
| Solvabilidade (3)                         | 0,49       | 0,55        |
| Cobertura do imobilizado/investimento (4) | 0,80       | 0,86        |
| Capacidade de endividamento (5)           | 1,74       | 1,77        |
| Debt-to-equity (6)                        | 1,74       | 1,50        |
| Prazo médio de recebimentos (dias) (7)    | 37         | 41          |
| Prazo médio de pagamentos (dias) (8)      | 42         | 40          |

Fonte: APRAM, S.A.

- Notas: (1) Ativo corrente/Passivo corrente  
 (2) Capital próprio/Ativo total líquido  
 (3) Capital próprio/Passivo total  
 (4) Capitais permanentes/Investimentos líquidos  
 (5) Capitais permanentes/Passivos não correntes  
 (6) Passivo financeiro/Capital próprio  
 (7) (Saldo médio de clientes C/C \* 365 dias)/Vendas + Prestação de serviços)  
 (8) (Saldo médio de fornecedores C/C \* 365 dias)/Fornecimentos e serviços externos + Compras

## 11 Análise Económica e Financeira



### Proposta de Aplicação de Resultados

Os resultados líquidos do exercício foram negativos no montante de 13.231.085,12 euros, propondo-se que este valor seja levado à conta de Resultados Transitados.

### Situação Perante a Segurança Social e o Sector Público Estatal

A APRAM, S.A. tem a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária, o Centro de Segurança Social da Madeira e demais entidades públicas.

### Perspetivas Futuras

Para os próximos exercícios económicos, de acordo com as orientações de gestão e com o plano de atividades e orçamento, prevê-se a execução de investimentos em algumas obras, designadamente:

- Otimização da frente de proteção marítima do depósito de inertes, criada a nascente do cais da cidade do Funchal, incluindo o reforço do manto de tetrápodes da marina da Funchal;
- Reforço do manto de proteção do molhe sul do porto do Funchal;
- Reparação dos danos causados pelo temporal do dia 10 de dezembro de 2013 no cais de Machico;
- Dragagem do porto do Funchal;
- Dragagem de porto do Porto Santo;
- Reparação do porto do Porto Santo;
- Reconstrução do cais da Ribeira Brava;
- Reabilitação do cais da Ponta do Sol;
- Ações de manutenção na Gare Marítima;
- Substituição dos cabeços nas diversas infraestruturas portuárias e a assinalamento marítimo das mesmas;
- Reforço do manto de proteção do terraplano nascente do porto do Caniçal.

## 11 Análise Económica e Financeira

Ao nível do financiamento, prevê-se que este possa ser efetuado através do recurso a contratos programa de investimentos com o Governo Regional e cofinanciamento através de fundos comunitários, garantindo o necessário e imprescindível equilíbrio económico e financeiro da empresa.

A APRAM S.A. releva, ainda, a visão estratégica, o empenho e a colaboração do acionista, através da tutela exercida, primeiro pela Secretária Regional da Economia, Turismo e Cultura e, presentemente, pela Vice-Presidência do Governo Regional na resolução dos problemas cadentes desta empresa, mormente o serviço da dívida, através da celebração de contratos de mútuo.

O Conselho de Administração,

A Presidente

A Vogal

O Vogal



(Maria Lígia Ferreira Correia)



(Maria de Fátima Pita Carvalho Correia)



(Romão Feliciano Neto Pinto)

12 Demonstrações Financeiras e Anexos



**12. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS**

DE 01.01.2017 A 31.12.2017

12 Demonstrações Financeiras e Anexos



12.1 Balanço Individual em 31 de dezembro de 2017

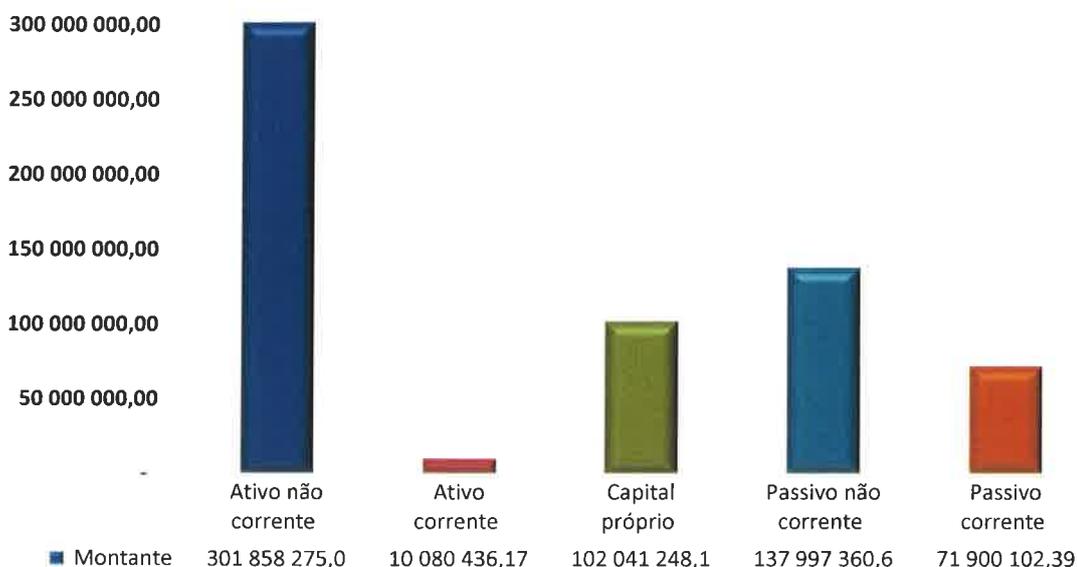
| RUBRICAS   | NOTAS | DATAS                 |                           |                       |
|--|-------|-----------------------|---------------------------|-----------------------|
|  |       | 31-12-2017            | 31-12-2016<br>reexpressas | 31-12-2016            |
| <b>ATIVO</b>   |       |                       |                           |                       |
| <b>Ativo não corrente</b>                                      |       |                       |                           |                       |
| Ativos fixos tangíveis   | 8     | 301.836.778,97        | 315.358.257,85            | 315.358.257,85        |
| Propriedades de investimento                                   |       |                       |                           |                       |
| <i>Goodwill</i>  |       |                       |                           |                       |
| Ativos intangíveis   | 7     | 21.496,07             | 28.830,83                 | 28.830,83             |
| Ativos biológicos  |       |                       |                           |                       |
| Participações financeiras - método da equivalência patrimonial |       |                       |                           |                       |
| Outros investimentos financeiros                               |       |                       |                           |                       |
| Créditos a receber   |       |                       |                           |                       |
| Ativos por impostos diferidos                                  |       |                       |                           |                       |
|  |       | <b>301.858.275,04</b> | <b>315.387.088,68</b>     | <b>315.387.088,68</b> |
| <b>Ativo corrente</b>  |       |                       |                           |                       |
| Inventários  | 9     | 10.000,00             | 10.000,00                 | 10.000,00             |
| Ativos biológicos  |       |                       |                           |                       |
| Clientes   | 13    | 2.053.171,40          | 2.928.688,09              | 2.928.688,09          |
| Estado e outros entes públicos                                 | 15    | 122.025,93            | 116.349,34                | 116.349,34            |
| Capital subscrito e não realizado                              |       |                       |                           |                       |
| Outros créditos a receber                                      | 14    | 3.998.828,75          | 4.092.768,26              | 4.092.768,26          |
| Diferimentos   |       | 33.594,87             | 135.585,29                | 135.585,29            |
| Ativos financeiros detidos para negociação                     |       |                       |                           |                       |
| Outros ativos financeiros                                      |       |                       |                           |                       |
| Ativos não correntes detidos para venda                        |       |                       |                           |                       |
| Caixa e depósitos bancários                                    | 5     | 3.862.815,22          | 10.017.385,89             | 10.017.385,89         |
|  |       | <b>10.080.436,17</b>  | <b>17.300.776,87</b>      | <b>17.300.776,87</b>  |
| <b>Total do ativo</b>  |       | <b>311.938.711,21</b> | <b>332.687.865,55</b>     | <b>332.687.865,55</b> |
| <b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>                               |       |                       |                           |                       |
| <b>Capital próprio</b>   |       |                       |                           |                       |
| Capital subscrito  | 4     | 59.129.505,00         | 59.129.505,00             | 59.129.505,00         |
| Ações (quotas) próprias  |       |                       |                           |                       |
| Outros instrumentos de capital próprio                         |       |                       |                           |                       |
| Prémios de emissão   |       |                       |                           |                       |

12 Demonstrações Financeiras e Anexos



| RUBRICAS   | NOTAS | DATAS                 |                           |                       |
|--|-------|-----------------------|---------------------------|-----------------------|
|  |       | 31-12-2017            | 31-12-2016<br>reexpressas | 31-12-2016            |
| Reservas legais                                  |       |                       |                           |                       |
| Outras reservas                                  |       | 3.458.448,87          | 3.458.448,87              | 3.458.448,87          |
| Resultados transitados                           |       | (203.824.445,85)      | (185.151.331,05)          | (184.572.520,67)      |
| Excedentes de revalorização                      |       | 180.293.492,29        | 180.293.492,29            | 180.293.492,29        |
| Ajustamentos/outras variações no capital próprio | 14    | 76.215.332,98         | 78.392.762,52             | 99.252.690,21         |
| Resultado líquido do período                     |       | (13.231.085,12)       | (18.094.304,42)           | (18.673.114,80)       |
| Interesses que não controlam                     |       |                       |                           |                       |
| <b>Total do capital próprio</b>                  |       | <b>102.041.248,17</b> | <b>118.028.573,21</b>     | <b>138.888.500,90</b> |
| <b>Passivo</b>                                   |       |                       |                           |                       |
| <b>Passivo não corrente</b>                      |       |                       |                           |                       |
| Provisões  | 19    | 137.510,30            | 132.511,29                | 132.511,29            |
| Financiamentos obtidos                           | 16    | 117.578.733,04        | 133.185.520,37            | 133.185.520,37        |
| Responsabilidades por benefícios pós-emprego     |       |                       |                           |                       |
| Passivos por impostos diferidos                  | 14    | 20.281.117,31         | 20.859.927,69             |                       |
| Outras dívidas a pagar                           |       |                       |                           |                       |
|  |       | <b>137.997.360,65</b> | <b>154.177.959,35</b>     | <b>133.318.031,66</b> |
| <b>Passivo corrente</b>                          |       |                       |                           |                       |
| Fornecedores                                     |       | 40.749,96             | 454.342,97                | 454.342,97            |
| Adiantamentos de clientes                        |       |                       |                           |                       |
| Estado e outros entes públicos                   | 15    | 325.524,05            | 431.461,78                | 431.461,78            |
| Financiamentos obtidos                           | 16    | 60.028.852,66         | 44.422.065,32             | 44.422.065,32         |
| Outras dívidas a pagar                           | 16    | 1.548.943,22          | 1.807.497,29              | 1.807.497,29          |
| Diferimentos                                     |       |                       |                           |                       |
| Passivos financeiros detidos para negociação     |       |                       |                           |                       |
| Outros passivos financeiros                      | 16    | 9.956.032,50          | 13.365.965,63             | 13.365.965,63         |
| Passivos não correntes detidos para venda        |       |                       |                           |                       |
|  |       | <b>71.900.102,39</b>  | <b>60.481.332,99</b>      | <b>60.481.332,99</b>  |
| <b>Total do passivo</b>                          |       | <b>209.897.463,04</b> | <b>214.659.292,34</b>     | <b>193.799.364,65</b> |
| <b>Total do capital próprio e do passivo</b>     |       | <b>311.938.711,21</b> | <b>332.687.865,55</b>     | <b>332.687.865,55</b> |

12 Demonstrações Financeiras e Anexos

12.2 Demonstração individual de resultados por naturezas

| RENDIMENTOS E GASTOS  | NOTAS | PERÍODOS       |                        |                |
|---|-------|----------------|------------------------|----------------|
|   |       | 31-12-2017     | 31-12-2016 reexpressas | 31-12-2016     |
| Vendas e serviços prestados   | 11    | 11.390.255,72  | 10.407.822,85          | 10.407.822,85  |
| Subsídios à exploração  |       | 27.606,60      | 69.731,92              | 69.731,92      |
| Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos |       |                |                        |                |
| Variação nos inventários da produção  |       |                |                        |                |
| Trabalhos para a própria entidade   |       |                |                        |                |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas                        |       |                |                        |                |
| Fornecimentos e serviços externos   | 12    | (2.902.677,16) | (3.289.791,59)         | (3.289.791,59) |
| Gastos com o pessoal  | 17    | (7.406.278,57) | (7.331.138,88)         | (7.331.138,88) |
| Imparidade de inventários (perdas/reversões)                                    |       |                |                        |                |
| Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)                              | 13    | (950.764,61)   | (1.496.694,71)         | (1.496.694,71) |
| Provisões (aumentos/reduções)   | 19    | (4.999,01)     | (132.511,29)           | (132.511,29)   |

12 Demonstrações Financeiras e Anexos

| RENDIMENTOS E GASTOS   | NOTAS | PERÍODOS               |                        |                        |
|--|-------|------------------------|------------------------|------------------------|
|  |       | 31-12-2017             | 31-12-2016 reexpressas | 31-12-2016             |
| Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões) |       |                        |                        |                        |
| Aumentos/reduções de justo valor   |       | 3.409.933,13           | 1.050.816,18           | 1.050.816,18           |
| Outros rendimentos   | 11    | 2.852.420,77           | 3.099.956,36           | 3.099.956,36           |
| Outros gastos  |       | (384.130,80)           | (372.290,78)           | (372.290,78)           |
| <b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>   |       | <b>6.031.366,07</b>    | <b>2.005.900,06</b>    | <b>2.005.900,06</b>    |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização                             |       | (13.634.973,95)        | (13.879.506,83)        | (13.879.506,83)        |
| Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis(perdas/reversões)      |       |                        |                        |                        |
| <b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>   |       | <b>(7.603.607,88)</b>  | <b>(11.873.606,77)</b> | <b>(11.873.606,77)</b> |
| Juros e rendimentos similares obtidos  | 11    | 12.698,67              | 23.850,14              | 23.850,14              |
| Juros e gastos similares suportados  | 10    | (6.211.673,60)         | (6.813.453,09)         | (6.813.453,09)         |
| <b>Resultado antes de impostos</b>   |       | <b>(13.802.582,81)</b> | <b>(18.663.209,72)</b> | <b>(18.663.209,72)</b> |
| Imposto sobre o rendimento do período  | 15    | 571.497,69             | 568.905,30             | (9.905,08)             |
| <b>Resultado líquido do período</b>  |       | <b>(13.231.085,12)</b> | <b>(18.094.304,42)</b> | <b>(18.673.114,80)</b> |

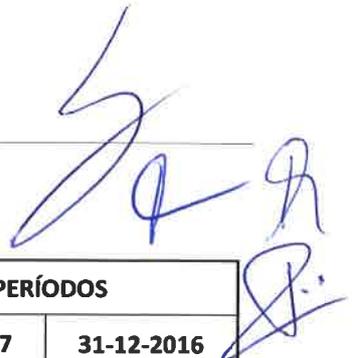
12.3 Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2017

| RUBRICAS   | NOTAS | PERÍODOS       |                |
|--|-------|----------------|----------------|
|  |       | 31-12-2017     | 31-12-2016     |
| <b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRECTO</b> |       |                |                |
| Recebimentos de clientes   |       | 11.632.735,28  | 11.179.790,06  |
| Pagamentos a fornecedores  |       | (3.743.200,03) | (3.160.336,91) |
| Pagamentos ao pessoal  |       | (7.524.055,63) | (7.187.232,72) |

12 Demonstrações Financeiras e Anexos

| RUBRICAS   | NOTAS | PERÍODOS            |                     |
|--|-------|---------------------|---------------------|
|  |       | 31-12-2017          | 31-12-2016          |
| <b>Caixa gerada pelas operações</b>                                |       | <b>365.479,62</b>   | <b>832.220,43</b>   |
| Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento              |       | (29.054,90)         | (492.509,54)        |
| Outros recebimentos / pagamentos                                   |       | (558.325,15)        | 433.153,78          |
| <b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>             |       | <b>(221.900,43)</b> | <b>772.864,67</b>   |
| <b><u>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</u></b>      |       |                     |                     |
| <b>Pagamentos respeitantes a:</b>                                  |       |                     |                     |
| Ativos fixos tangíveis   |       | (106.160,31)        | (2.388.374,32)      |
| Ativos intangíveis   |       |                     | (15.229,33)         |
| Investimentos financeiros  |       |                     |                     |
| Outros ativos  |       |                     |                     |
| Recebimentos provenientes de:                                      |       |                     |                     |
| Ativos fixos tangíveis   |       |                     |                     |
| Ativos intangíveis   |       |                     |                     |
| Investimentos financeiros  |       |                     |                     |
| Outros ativos  |       |                     |                     |
| Subsídios ao investimento  |       | 362.191,25          | 11.953.235,75       |
| Juros e rendimentos similares                                      |       |                     |                     |
| Dividendos   |       |                     |                     |
| <b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>          |       | <b>256.030,94</b>   | <b>9.549.632,10</b> |
| <b><u>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u></b>     |       |                     |                     |
| Recebimentos provenientes de:                                      |       |                     |                     |
| Financiamentos obtidos   |       | 15.606.787,34       | 28.815.277,99       |
| Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio |       |                     |                     |
| Cobertura de prejuízos   |       |                     |                     |
| Doações  |       |                     |                     |
| Outras operações de financiamento                                  |       |                     |                     |
| Pagamentos respeitantes a:   |       |                     |                     |
| Financiamentos obtidos   |       | (15.606.787,34)     | (21.944.287,33)     |

12 Demonstrações Financeiras e Anexos



| RUBRICAS  | NOTAS | PERÍODOS              |                     |
|---|-------|-----------------------|---------------------|
|   |       | 31-12-2017            | 31-12-2016          |
| Juros e gastos similares  |       | (6.188.701,18)        | (7.237.551,04)      |
| Dividendos  |       |                       |                     |
| Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio |       |                       |                     |
| Outras operações de financiamento                               |       |                       |                     |
| <b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>      |       | <b>(6.188.701,18)</b> | <b>(366.560,38)</b> |
| <b>Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)</b>        |       | <b>(6.154.570,67)</b> | <b>9.955.936,39</b> |
| Efeito das diferenças de câmbio                                 |       |                       |                     |
| Caixa e seus equivalentes no início do período                  |       | 10.017.385,89         | 61.449,50           |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período                     |       | 3.862.815,22          | 10.017.385,89       |

12 Demonstrações Financeiras e Anexos

12.4 Demonstração das alterações do capital próprio

Demonstração das Alterações do Capital Próprio no período 2016

| DESCRÇÃO   | CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL |                 |                        |                             |                                     |                              |                 |                         |                          |  |
|--|---|-----------------|------------------------|-----------------------------|-------------------------------------|------------------------------|-----------------|-------------------------|--------------------------|--|
|  | CAPITAL SUBSCRITO                                   | OUTRAS RESERVAS | RESULTADOS TRANSITADOS | EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO | OUTRAS VARIACÕES NO CAPITAL PRÓPRIO | RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO | TOTAL           | INTERESSES MINORITÁRIOS | TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO |  |
| <b>NOTAS</b>   |   |                 |                        |                             |                                     |                              |                 |                         |                          |  |
| (1) POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016                | 24.715.775,00                                       | 3.458.448,87    | (171.624.089,57)       | 180.293.492,29              | 86.178.969,75                       | (12.647.640,64)              | 110.374.955,70  |                         | 110.374.955,70           |  |
| ALTERAÇÕES NO PERÍODO                                |   |                 |                        |                             |                                     |                              |                 |                         |                          |  |
| Primeira adoção de novo referencial contabilístico   |   |                 |                        |                             |                                     |                              |                 |                         |                          |  |
| Alterações de políticas contabilísticas              |   |                 |                        |                             |                                     |                              |                 |                         |                          |  |
| Diferenças de conversão de demonstrações financeiras |   |                 |                        |                             |                                     |                              |                 |                         |                          |  |
| Realização do excedente de revalorização             |   |                 |                        |                             |                                     |                              |                 |                         |                          |  |
| Excedentes de revalorização                          |   |                 | (578.810,38)           |                             | (20.859.927,69)                     |                              | (21.438.738,07) |                         | (21.438.738,07)          |  |
| Ajustamentos por impostos diferidos                  |   |                 |                        |                             |                                     |                              |                 |                         |                          |  |
| Outras alterações reconhecidas no capital próprio    | 34.413.730,00                                       |                 | (12.948.431,10)        |                             | 13.073.720,46                       | 12.647.640,64                | 47.186.660,00   |                         | 47.186.660,00            |  |
| (2) RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO                     | 34.413.730,00                                       | 0,00            | (13.527.241,48)        | 0,00                        | (7.786.207,23)                      | 12.647.640,64                | 25.747.921,93   | 0,00                    | 25.747.921,93            |  |
| (3)  |   |                 |                        |                             |                                     | (18.094.304,42)              | (18.094.304,42) |                         | (18.094.304,42)          |  |



12 Demonstrações Financeiras e Anexos

| DESCRÇÃO   | CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL |                 |                        |                             |                                     |                              |                |                         |                          |  |
|--|---|-----------------|------------------------|-----------------------------|-------------------------------------|------------------------------|----------------|-------------------------|--------------------------|--|
|  | CAPITAL SUBSCRITO                                   | OUTRAS RESERVAS | RESULTADOS TRANSITADOS | EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO | OUTRAS VARIÁÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO | RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO | TOTAL          | INTERESSES MINORITÁRIOS | TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO |  |
| <b>NOTAS</b>   |   |                 |                        |                             |                                     |                              |                |                         |                          |  |
| RESULTADO INTEGRAL (4) = (2) + (3)                         | 34.413.730,00                                       | 0,00            | (13.527.241,48)        | 0,00                        | (7.786.207,23)                      | (5.446.663,78)               | 7.653.617,51   | 0,00                    | 7.653.617,51             |  |
| OPERAÇÕES COM DETENTORES DO CAPITAL NO ANO 2016            |   |                 |                        |                             |                                     |                              |                |                         |                          |  |
| Realizações de capital                                     |   |                 |                        |                             |                                     |                              |                |                         |                          |  |
| Realizações de prémios de emissão                          |   |                 |                        |                             |                                     |                              |                |                         |                          |  |
| Distribuições  |   |                 |                        |                             |                                     |                              |                |                         |                          |  |
| Entradas para cobertura de perdas                          |   |                 |                        |                             |                                     |                              |                |                         |                          |  |
| Outras operações   |   |                 |                        |                             |                                     |                              |                |                         |                          |  |
| (5)  | 0,00  | 0,00            | 0,00                   | 0,00                        | 0,00                                | 0,00                         | 0,00           | 0,00                    | 0,00                     |  |
| POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2016 (6) = (1) + (2) + (3) + (5) | 59.129.505,00                                       | 3.458.448,87    | (185.151.331,05)       | 180.293.492,29              | 78.392.762,52                       | (18.094.304,42)              | 118.028.573,21 | 0,00                    | 118.028.573,21           |  |

12 Demonstrações Financeiras e Anexos

Demonstração das Alterações do Capital Próprio no período 2017

| DESCRÇÃO   | CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL |                 |                        |                             |                                     |                              |                 |                         |                          |  |
|--|---|-----------------|------------------------|-----------------------------|-------------------------------------|------------------------------|-----------------|-------------------------|--------------------------|--|
|  | CAPITAL SUBSCRITO                                   | OUTRAS RESERVAS | RESULTADOS TRANSITADOS | EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO | OUTRAS VARIACÕES NO CAPITAL PRÓPRIO | RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO | TOTAL           | INTERESSES MINORITÁRIOS | TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO |  |
| (6) POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017                | 59.129.505,00                                       | 3.458.448,87    | (185.151.331,05)       | 180.293.492,29              | 78.392.762,52                       | (18.094.304,42)              | 118.028.573,21  |                         | 118.028.573,21           |  |
| ALTERAÇÕES NO PERÍODO                                |   |                 |                        |                             |                                     |                              |                 |                         |                          |  |
| Primeira adoção de novo referencial contabilístico   |   |                 |                        |                             |                                     |                              |                 |                         |                          |  |
| Alterações de políticas contabilísticas              |   |                 |                        |                             |                                     |                              |                 |                         |                          |  |
| Diferenças de conversão de demonstrações financeiras |   |                 | (578.810,38)           |                             |                                     |                              |                 |                         | 0,00                     |  |
| Realização do excedente de revalorização             |   |                 |                        |                             |                                     |                              |                 |                         |                          |  |
| Excedentes de revalorização                          |   |                 |                        |                             |                                     |                              |                 |                         |                          |  |
| Ajustamentos por impostos diferidos                  |   |                 | (18.094.304,42)        |                             | (2.756.239,92)                      |                              | (2.756.239,92)  |                         | (2.756.239,92)           |  |
| Outras alterações reconhecidas no capital próprio    |   |                 |                        |                             |                                     |                              |                 |                         |                          |  |
| (7) RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO                     | 0,00  | 0,00            | (18.673.114,80)        | 0,00                        | (2.177.429,54)                      | 18.094.304,42                | (2.756.239,92)  | 0,00                    | (2.756.239,92)           |  |
| (8) RESULTADO INTEGRAL (9) = (7) + (8)               | 0,00  | 0,00            | (18.673.114,80)        | 0,00                        | (2.177.429,54)                      | 4.863.219,30                 | (15.987.325,04) | 0,00                    | (15.987.325,04)          |  |



12 Demonstrações Financeiras e Anexos

| DESCRÇÃO   | CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL |                 |                        |                             |                                     |                              |                |                         |                          |      |
|--|---|-----------------|------------------------|-----------------------------|-------------------------------------|------------------------------|----------------|-------------------------|--------------------------|------|
|  | CAPITAL SUBSCRITO                                   | OUTRAS RESERVAS | RESULTADOS TRANSITADOS | EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO | OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO | RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO | TOTAL          | INTERESSES MINORITÁRIOS | TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO |      |
| <b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DO CAPITAL NO ANO 2016</b> |   |                 |                        |                             |                                     |                              |                |                         |                          |      |
| Realizações de capital                                 |   |                 |                        |                             |                                     |                              |                |                         |                          |      |
| Realizações de prémios de emissão                      |   |                 |                        |                             |                                     |                              |                |                         |                          |      |
| Distribuições  |   |                 |                        |                             |                                     |                              |                |                         |                          |      |
| Entradas para cobertura de perdas                      |   |                 |                        |                             |                                     |                              |                |                         |                          |      |
| Outras operações                                       |   |                 |                        |                             |                                     |                              |                |                         |                          |      |
| <b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017</b>                  | 59.129.505,00                                       | 3.458.448,87    | (203.824.445,85)       | 180.293.492,29              | 76.215.332,98                       | (13.231.085,12)              | 102.041.248,17 | 0,00                    | 102.041.248,17           | 0,00 |
| <b>(11) = (6) + (7) + (8) + (10)</b>                   |   |                 |                        |                             |                                     |                              |                |                         |                          |      |

12 Demonstrações Financeiras e Anexos

O Conselho de Administração,

A Presidente

A Vogal

O Vogal



(Maria Lígia Ferreira Correia)



(Maria de Fátima Pita Carvalho Correia)



(Roman Feliciano Neto Pinto)

A Contabilista Certificada,



(Priscila Maria Martins Candelária)

13. ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS  
DO EXERCÍCIO DE 2017

**13. ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO  
DE 2017**

**NOTA INTRODUTÓRIA:**

A APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., foi constituída a 1 de agosto de 1999, por aplicação do Decreto Legislativo Regional n.º 19/99/M, de 1 de julho, e tem por objeto a prestação dos serviços inerentes à atividade portuária na Região Autónoma da Madeira.

**1. Identificação da Entidade**

- 1.1. Designação da entidade:** APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S. A.
- 1.2. Sede:** Gare Marítima da Madeira – Molhe da Pontinha – Porto do Funchal, 9004-518 Funchal.
- 1.3. NIPC:** 511 137 753
- 1.4. Natureza da Atividade:** A APRAM, S.A. é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos e dedica-se à prestação de serviços inerentes à atividade portuária, bem como à gestão e fiscalização dos espaços dominiais sob a sua jurisdição, na Região Autónoma da Madeira.
- 1.5.** Sempre que não exista outra referência, os montantes encontram-se expressos em euros.

**2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

- 2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28

### 13. ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2017

normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), aprovadas pelo aviso n.º 15 655/2009, de 7 de setembro, com as consequentes adaptações em função da necessidade de relato financeiro da empresa, nomeadamente a republicação efetuada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 02 de Junho. Foi tido ainda em consideração a Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho que altera os Decretos-Leis n.º 158/2009, de 13 de julho e 36-A/2011, de 9 de março.

**2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade:** No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

**2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:** Os valores referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2017, incluídos nas presentes demonstrações financeiras são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2016. Procedeu-se à reexpressão das contas de 2016, em consequência da contabilização dos impostos diferidos dos subsídios ao investimento que até à data não tinha sido efetuada.

## 3. Principais Políticas Contabilísticas

### 3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

- a) **Ativos fixos tangíveis:** Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações. Os ativos fixos tangíveis, encontram-se contabilizados ao custo de aquisição, com exceção dos bens próprios e do domínio público, que foram inventariados e avaliados em 1999, por avaliadores independentes e integrados nas contas da APRAM, S.A. no exercício de 2000. O efeito líquido das avaliações está reconhecido nos “Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis”.

### 13. ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2017

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, sendo registadas por duodécimos, de forma a reintegrarem o valor dos bens durante a sua vida útil esperada.

A partir do ano 2011, passaram a ser utilizadas as taxas mínimas para todos os bens, previstas no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro de 2009, independentemente de, no ano 2007, já terem sido alteradas as taxas de amortização das infraestruturas marítimo-portuárias para a taxa mínima, em virtude de se ter considerado que a taxa utilizada (taxa máxima), não seria a que melhor evidenciava a durabilidade daquele tipo de infraestruturas, aplicando-se atualmente uma taxa de 2,5%, em vez da que estava a ser aplicada em anos anteriores, que era de 5%.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos que ainda não se encontram em condições de funcionamento/utilização, pelo que passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso ou nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela empresa.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico, na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados nas rubricas respetivas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

- b) **Inventários:** As mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo estão valorizadas ao custo de aquisição ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.
- c) **Benefícios de empregados:** As obrigações decorrentes dos benefícios de empregados são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o seu pagamento.

### 13. ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2017

De acordo com a legislação vigente, o direito a férias e ao correspondente subsídio é adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Assim, o valor das férias, do subsídio de férias e respetivos encargos a pagar são contabilizados nos gastos do exercício a que dizem respeito, independentemente da data do respetivo pagamento. O valor global da responsabilidade reconhecida a pagar em 2018, é de 709.051,49 euros.

- d) Acréscimo de rendimentos:** Nesta rubrica foram registados os serviços prestados em 2017, mas faturados em 2018, no montante de 476.114,87 euros.
- e) Subsídios atribuídos para financiamento de investimentos:** Os subsídios atribuídos à APRAM, S. A., a fundo perdido, para financiamento de investimentos, são registados como outras variações no capital próprio, na rubrica de subsídios, e reconhecidos anualmente na demonstração de resultados, proporcionalmente às depreciações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

**3.2. Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacte nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:** Na preparação das Demonstrações Financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

**3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro:** As Demonstrações Financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa.

#### 4. Capital Social

O capital social é de 59.129.505,00 euros, representado por 11.825.901 ações, no valor nominal de 5 euros por ação.

13. ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS  
DO EXERCÍCIO DE 2017

O capital social, acima referido, foi subscrito e realizado na sua totalidade pela Região Autónoma da Madeira, sendo as ações detidas pelo Governo Regional da Madeira, representado atualmente pela Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira.

5. Fluxos de Caixa

5.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários.

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos com base nos registos contabilísticos.

| RUBRICAS  | CONTA    | VALOR               |
|---|----------|---------------------|
| <b>CAIXA 111 E 118:</b>                                 |          |                     |
| Caixa Funchal   | 11110100 | 1.627,00            |
| Caixa Caniçal   | 11110200 | 60,40               |
| Caixa Porto Santo                                       | 11110300 | 470,31              |
| <b>Total de caixa (1)</b>                               |          | <b>2.157,71</b>     |
| <b>DEPÓSITOS BANCÁRIOS 112:</b>                         |          |                     |
| DO IGCP - Dep. Ordem                                    | 12110500 | 108.184,10          |
| DO IGCP - Caniçal e Porto Santo                         | 12110600 | 1.593,48            |
| DO IGCP - Fundo de coesão Porto Caniçal                 | 12110800 | 3.430.044,97        |
| DO IGCP - Projetos de cooperação INTERREG/ MAC          | 12110900 | 167.353,52          |
| DO IGCP - Marina do Porto Santo                         | 12111100 | 4.647,26            |
| DO IGCP - Reforço caução de empreitadas                 | 12111300 | 147.759,86          |
| DO IGCP - Gainn - LNG Green CID                         | 12111700 | 1.074,32            |
| <b>Total de depósitos bancários (2)</b>                 |          | <b>3.860.657,51</b> |
| <b>TOTAL DE CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS = (1) + (2)</b> |          | <b>3.862.815,22</b> |



13. ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2017

**6. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros**

Não foram detetados erros relativamente às contas aprovadas em SNC, referentes ao ano 2017.

**7. Ativos Fixos Intangíveis**

| RUBRICAS   | SALDO INICIAL 2016 | AUMENTOS           | ALIENAÇÕES  | TRANSFERÊNCIAS E ABATES | SALDO FINAL 2016 |
|--|--------------------|--------------------|-------------|-------------------------|------------------|
| <b>ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS</b>                 |                    |                    |             |                         |                  |
| Programas de computador                          | 95.198,00          |                    |             |                         | 95.198,00        |
| Despesas de investigação e desenvolvimento       |                    |                    |             |                         | 0,00             |
| Depreciações acumuladas do ativo fixo intangível | (50.500,83)        | (15.866,34)        |             |                         | (66.367,17)      |
| Propriedade industrial e outros direitos         |                    |                    |             |                         | 0,00             |
| <b>Total do ativo fixo intangível líquido</b>    | <b>44.697,17</b>   | <b>(15.866,34)</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>             | <b>28.830,83</b> |
|  |                    |                    |             |                         |                  |

| RUBRICAS   | SALDO INICIAL 2017 | AUMENTOS          | ALIENAÇÕES  | TRANSFERÊNCIAS E ABATES | SALDO FINAL 2017 |
|--|--------------------|-------------------|-------------|-------------------------|------------------|
| <b>ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS</b>                  |                    |                   |             |                         |                  |
| Programas de computador                          | 95.198,00          |                   |             |                         | 95.198,00        |
| Despesas de investigação e desenvolvimento       |                    |                   |             |                         | 0,00             |
| Depreciações acumuladas do ativo fixo intangível | (66.367,17)        | (7.334,76)        |             |                         | (73.701,93)      |
| Propriedade industrial e outros direitos         |                    |                   |             |                         | 0,00             |
|  | <b>28.830,83</b>   | <b>(7.334,76)</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>             | <b>21.496,07</b> |
|  |                    |                   |             |                         |                  |



13. ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2017

8. Ativos Fixos Tangíveis

| RUBRICAS                                       | SALDO INICIAL 2016    | AUMENTOS               | ALIENAÇÕES  | TRANSFER. E ABATES | SALDO FINAL 2016      |
|--|-----------------------|------------------------|-------------|--------------------|-----------------------|
| <b>ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>                 |                       |                        |             |                    |                       |
| Terrenos e recursos naturais                   | 2.280.144,21          |                        |             |                    | 2.280.144,21          |
| Edifícios e outras construções                 | 527.340.682,95        |                        |             | 51.000,01          | 527.391.682,96        |
| Equipamento básico                             | 29.768.845,76         |                        |             | 44.320,00          | 29.813.165,76         |
| Equipamento de transporte                      | 559.356,64            |                        |             |                    | 559.356,64            |
| Equipamento administrativo                     | 2.437.958,66          |                        |             |                    | 2.437.958,66          |
| Outros ativos fixos tangíveis                  | 1.157.121,01          |                        |             |                    | 1.157.121,01          |
| Ativos fixos tangíveis em curso                | 0,00                  | 153.116,51             |             | (153.116,51)       | 0,00                  |
| Adiantamentos por conta de investimentos       | -                     |                        |             |                    | -                     |
| <b>Ativo tangível bruto</b>                    | <b>563.544.109,23</b> | <b>153.116,51</b>      | <b>0,00</b> | <b>(57.796,50)</b> | <b>563.639.429,24</b> |
| Depreciações acumuladas do ativo fixo tangível | (234.417.530,90)      | (13.863.640,49)        |             |                    | (248.281.171,39)      |
| Perdas por imparidade e reversões acumuladas   |                       |                        |             |                    | 0,00                  |
| <b>Total do ativo fixo tangível líquido</b>    | <b>329.126.578,33</b> | <b>(13.710.523,98)</b> | <b>0,00</b> | <b>(57.796,50)</b> | <b>315.358.257,85</b> |
|  |                       |                        |             |                    |                       |

| RUBRICAS                       | SALDO INICIAL 2017 | AUMENTOS  | ALIENAÇÕES | TRANSFER. E ABATES | SALDO FINAL 2017 |
|--------------------------------|--------------------|-----------|------------|--------------------|------------------|
| <b>ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b> |                    |           |            |                    |                  |
| Terrenos e recursos naturais   | 2.280.144,21       |           |            |                    | 2.280.144,21     |
| Edifícios e outras construções | 527.391.682,96     | 16.031,04 |            |                    | 527.407.714,00   |
| Equipamento básico             | 29.813.165,76      | 24.680,00 |            |                    | 29.688.206,39    |
| Equipamento de transporte      | 559.356,64         |           |            |                    | 559.356,64       |
| Equipamento administrativo     | 2.437.958,66       | 11.535,34 |            |                    | 2.449.494,00     |
| Outros ativos fixos tangíveis  | 1.157.121,01       |           |            |                    | 1.157.121,01     |

13. ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2017

| RUBRICAS                                       | SALDO INICIAL 2017    | AUMENTOS               | ALIENAÇÕES  | TRANSFER. E ABATES | SALDO FINAL 2017      |
|--|-----------------------|------------------------|-------------|--------------------|-----------------------|
| Ativos fixos tangíveis em curso                |                       | 53.913,93              |             |                    | 53.913,93             |
| Adiantamentos por conta de investimentos       |                       |                        |             |                    |                       |
| <b>Ativo tangível bruto</b>                    | <b>563.639.429,24</b> | <b>106.160,31</b>      | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>        | <b>563.745.589,55</b> |
| Depreciações acumuladas do ativo fixo tangível | (248.281.171,39)      | (13.627.639,19)        |             |                    | (261.908.810,58)      |
| Perdas por imparidade e reversões acumuladas   |                       |                        |             |                    | 0,00                  |
| <b>Total do ativo fixo tangível líquido</b>    | <b>315.358.257,85</b> | <b>(13.521.478,88)</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>        | <b>301.836.778,97</b> |

Ao longo do ano foram efetuados pequenos investimentos, contabilizados na rubrica ativos fixos tangíveis em curso, assim como, algumas aquisições de equipamento básico e administrativo necessárias à atividade. No entanto, verifica-se um pequeno decréscimo no ativo tangível bruto, justificado pelo registo da alienação da lancha "Fonte de Areia".

Em relação ao ativo fixo tangível líquido, confirma-se um decréscimo na ordem dos 4%, contribuindo para isso, o efeito das amortizações dos investimentos em infraestruturas e equipamentos portuários, realizados em anos anteriores, e que neste momento já se encontram consolidados.

### 9. Mercadorias e materiais de consumo

As mercadorias e os materiais de consumo, encontram-se valorizados ao custo de aquisição.

Em 31 de Dezembro de 2017, os valores registados na contabilidade são os seguintes:

| MOVIMENTOS                   | MERCADORIAS | MATERIAIS DE CONSUMO |
|------------------------------|-------------|----------------------|
| Saldo inicial                |             | 10.000,00            |
| Regularização de existências |             |                      |
| <b>Saldo Final</b>           | <b>0,00</b> | <b>10.000,00</b>     |



13. ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2017

**10. Custo dos Empréstimos Obtidos**

**10.1 Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos:** De um modo geral, os custos dos empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem. Contudo, para o caso dos empréstimos obtidos associados a ativos fixos em curso (investimentos), os juros dos empréstimos são capitalizados, ou seja, são acrescidos ao custo do ativo, enquanto este se mantiver em curso. Assim que o ativo é transferido para ativo fixo, o custo dos empréstimos passa a ser reconhecido como gasto do período.

**10.2 Quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período:**

No decorrer do exercício de 2017, a APRAM, S.A. suportou 6.211.673,60 € de juros e gastos similares, respeitantes maioritariamente a empréstimos obtidos. Neste exercício, não foram imputados/capitalizados quaisquer valores aos investimentos em curso.

**10.3 Taxa de capitalização usada para determinar a quantia do custo dos empréstimos obtidos elegíveis para capitalização:** A taxa de juro utilizada para o cálculo dos juros bancários, está de acordo com os valores efetivamente cobrados pelas respetivas entidades bancárias. Na maior parte dos casos, está a ser indexada à taxa de juro Euribor a 6 meses, acrescida de um spread bancário.

| RUBRICAS  | 31-12-2017          | 31-12-2016          | VARIAÇÃO      |
|---|---------------------|---------------------|---------------|
| <b><u>JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS</u></b>   |                     |                     |               |
| Juros suportados de empréstimos bancários           | 6.126.754,98        | 6.721.896,87        | -8,85%        |
| Outros gastos e perdas de financiamento             | 84.918,62           | 91.556,22           | -7,25%        |
| <b>TOTAL DE JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS</b> | <b>6.211.673,60</b> | <b>6.813.453,09</b> | <b>-8,83%</b> |
|   |                     |                     |               |



13. ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2017

**11. Rédito**

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

| RUBRICAS                                | 31-12-2017           | 31-12-2016           | VARIAÇÃO     |
|---|----------------------|----------------------|--------------|
| <b>PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS</b>           |                      |                      |              |
| TUP Navio                               | 1.164.768,85         | 994.269,85           | 17,15%       |
| TUP Carga Geral                         | 76.253,80            | 74.607,40            | 2,21%        |
| Armazenamento de contentores            | 258.750,00           | 93.605,64            | 176,43%      |
| Serviços Diversos                       | 37.180,51            | 290.771,79           | -87,21%      |
| Amarração / desamarração                | 515.880,91           | 473.809,00           | 8,88%        |
| Serviço de reboques                     | 634.151,61           | 513.258,22           | 23,55%       |
| Serviço de lancha                       | 10.446,81            | 8.146,00             | 28,24%       |
| Serviço de pilotagem                    | 764.455,75           | 687.029,18           | 11,27%       |
| Serviço de báscula / pesagem            | 9.131,25             | 9.593,38             | -4,82%       |
| Fornecimento de mão-de-obra             | 87.961,33            | 71.241,83            | 23,47%       |
| Serviço de guindagem                    | 77.231,66            | 67.581,50            | 14,28%       |
| Fornecimento de água                    | 186.638,03           | 174.392,97           | 7,02%        |
| Fornecimento de energia elétrica        | 147.601,23           | 66.773,89            | 121,05%      |
| Concessões e alugueres diversos         | 1.500.371,74         | 1.397.970,35         | 7,33%        |
| TUP granéis sólidos                     | 294.211,84           | 246.917,37           | 19,15%       |
| TUP granéis líquidos                    | 240.185,95           | 236.679,15           | 1,48%        |
| TUP contentores                         | 2.900.688,92         | 2.739.937,90         | 5,87%        |
| TUP veículos                            | 584.991,00           | 543.884,00           | 7,56%        |
| Tráfego de passageiros                  | 1.308.504,60         | 1.222.056,02         | 7,07%        |
| Fundeadoiro de navios                   | 43.446,86            | 40.123,06            | 8,28%        |
| Taxa de resíduos                        | 481.960,67           | 397.349,77           | 21,29%       |
| Taxa de ISPS                            | 65.442,40            | 57.824,58            | 13,17%       |
| <b>TOTAL DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS</b> | <b>11.390.255,72</b> | <b>10.407.822,85</b> | <b>9,44%</b> |



13. ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2017

| RUBRICAS                                     | 31-12-2017           | 31-12-2016           | VARIAÇÃO       |
|--|----------------------|----------------------|----------------|
| <b>OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS</b>           |                      |                      |                |
| Sinistros                                    |                      | 279.330,88           | -100,00%       |
| Correções relativas a exercícios anteriores  | 795,76               | 2,01                 | 39490,05%      |
| Subsídios para investimentos                 | 2.756.239,92         | 2.756.239,92         | 0,00%          |
| Outros rendimentos e ganhos                  | 95.385,09            | 64.383,55            | 48,15%         |
| <b>TOTAL DOS OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS</b> | <b>2.852.420,77</b>  | <b>3.099.956,36</b>  | <b>-7,99%</b>  |
| <b>JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS</b> |                      |                      |                |
| Depósitos bancários                          |                      |                      |                |
| Outros juros                                 | 12.698,67            | 23.850,14            | -46,76%        |
| <b>TOTAL DOS JUROS</b>                       | <b>12.698,67</b>     | <b>23.850,14</b>     | <b>-46,76%</b> |
|  |                      |                      |                |
| <b>TOTAL</b>                                 | <b>14.255.375,16</b> | <b>13.531.629,35</b> | <b>5,35%</b>   |
|  |                      |                      |                |

Em 2017, a rubrica prestação de serviços teve uma variação global positiva de 9,44% em relação ao ano anterior.

O aumento da arqueação bruta de alguns navios refletiu-se na faturação da TUP Navio, do tráfego de passageiros, da taxa de resíduos e dos serviços de reboques. Relativamente a este último ponto, o acréscimo verificado justifica-se, ainda, por situações de mau tempo, sendo solicitado o serviço de reboque, muitas vezes, para o apoio à operação.

O crescimento da armazenagem de contentores deve-se, essencialmente, ao aumento das estadias dos contentores frigoríficos, no porto do Caniçal, e em consequência, o aumento do fornecimento de energia elétrica de modo a garantir a refrigeração dos mesmos.

12. Fornecimento e serviços externos

| Rubrica                  | 2017       | 2016       | Variação |
|--------------------------|------------|------------|----------|
| Trabalhos especializados | 225.110,39 | 311.895,58 | -27,83%  |



13. ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2017

| Rubrica                            | 2017                | 2016                | Variação       |
|------------------------------------|---------------------|---------------------|----------------|
| Publicidade e propaganda           | 61.298,35           | 101.187,35          | -39,42%        |
| Vigilância e segurança             | 375.461,35          | 319.914,74          | 17,36%         |
| Conservação e reparação            | 1.123.932,32        | 1.532.639,75        | -26,67%        |
| Vistorias                          | 71,00               | 48,70               | 45,79%         |
| Materiais                          | 66.505,27           | 41.839,10           | 58,95%         |
| Energia e fluidos                  | 535.617,31          | 554.966,02          | -3,49%         |
| Deslocações, estadas e transportes | 56.810,03           | 60.702,59           | 0,64%          |
| Rendas e alugueres                 | 12.833,58           | 9.386,85            | 36,72%         |
| Comunicação                        | 48.073,18           | 44.682,91           | 7,59%          |
| Seguros                            | 88.045,84           | 128.257,51          | -31,35%        |
| Contencioso e notariado            | 169.026,70          | 73.984,52           | 128,46%        |
| Despesas de representação          | 863,70              | 3.296,04            | -73,80%        |
| Limpeza, higiene e conforto        | 115.247,89          | 73.267,12           | 57,30%         |
| Outros serviços                    | 23.780,25           | 33.722,81           | -29,48%        |
| <b>Total</b>                       | <b>2.902.677,16</b> | <b>3.289.791,59</b> | <b>-11,77%</b> |

Os fornecimentos e serviços externos apresentam uma variação negativa de 11,77% em relação ao ano transato.

Verifica-se uma diminuição dos gastos com honorários e advogados, reduzindo assim o saldo dos trabalhos especializados. Em relação à conservação e reparação, constata-se que este ano, os gastos com as docagens dos rebocadores e das lanchas, tiveram um gasto inferior às docagens do ano anterior.

O decréscimo da rubrica energia e fluidos justifica-se, essencialmente, pela redução do consumo de combustíveis e água. Por outro lado, o fornecimento de energia elétrica



### 13. ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2017

aumentou, em consequência do aumento das estadias dos contentores frigoríficos, no porto do Caniçal.

Apesar das diminuições expressas nos parágrafos anteriores, verifica-se também alguns aumentos nas rubricas dos fornecimentos e serviços externos, nomeadamente, na vigilância e segurança, decorrente do prestador de serviços e do objeto do contrato que passaram a ser incluídos o porto do Caniçal e o Varadouro Náutico de São Lázaro; no contencioso e notariado, que se prende essencialmente com os emolumentos com o Tribunal de Contas, decorrente do aumento do capital social e das taxas de justiça inerentes a três trabalhadores da 33/16 – Assistência Náutica, S.A. que pretendem a sua integração nos quadros da APRAM, S.A.; na limpeza, higiene e conforto, que está associada ao aumento da arqueação bruta dos navios, bem como ao aumento do número de passageiros e tripulantes que demandam os portos da RAM, o que dá origem um acréscimo no serviço de recolha de resíduos.

#### 13. Perdas por Imparidades/Clientes de Cobrança Duvidosa

| RUBRICAS                          | SALDO INICIAL  | AUMENTOS     | DIMINUIÇÕES | SALDO FINAL    |
|-----------------------------------|----------------|--------------|-------------|----------------|
| <b>CLIENTES COBRANÇA DUVIDOSA</b> |                |              |             |                |
| Clientes cobrança duvidosa        | 3.550.994,83   | 986.731,16   | (8.799,95)  | 4.528.926,04   |
| Perdas por imparidades acumuladas | (3.319.602,15) | (959.337,25) | 8.572,64    | (4.270.366,76) |

#### 14. Subsídios do Governo e Apoios Comunitários

14.1 Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras: Os subsídios ao investimento a fundo perdido, para financiamento de investimentos em ativos fixos, são reconhecidos anualmente na Demonstração de Resultados, proporcionalmente às amortizações dos ativos fixos tangíveis que foram objeto de financiamento, e são registados na rubrica “Outras variações no capital próprio”.



13. ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2017

Os subsídios a fundo perdido também são reconhecidos de acordo com o valor a receber e contratado, face a cada projeto de investimento, ficando em balanço a evidência do montante total do projeto aprovado, na candidatura face ao respetivo programa de apoio (Fundo de Coesão, POVT, etc.).

Este ano, o valor considerado no Balanço, na rubrica “Outros créditos a receber” é de 3.960.948,22€. Esta variação é justificada essencialmente, pelo registo das verbas aprovadas em forma de contrato programa, com o intuito de finalizarmos a reparação dos danos causados pelo temporal no dia de 10 de dezembro de 2013.

| RUBRICAS   | 31-12-2017         | 31-12-2016         | VARIAÇÃO     |
|--|--------------------|--------------------|--------------|
| <b>OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO</b>           |                    |                    |              |
| Diferenças de conversão de demonstrações financeiras | (80.299,17)        | (80.299,17)        | 0,00%        |
| <b>Sub-total (1)</b>                                 | <b>(80.299,17)</b> | <b>(80.299,17)</b> | <b>0,00%</b> |
| Molhe exterior do porto do Caniçal                   | 32.287.825,99      | 33.095.474,47      | -2,44%       |
| Remate nascente da plataforma marítima               | 190.881,18         | 198.704,22         | -3,94%       |
| Molhe exterior da pontinha                           | 741.310,84         | 776.789,20         | -4,57%       |
| Apoio náutico do Porto Santo                         | 427.915,15         | 446.520,31         | -4,17%       |
| Ampliação do cais de Machico                         | 280.574,00         | 299.278,88         | -6,25%       |
| Ampliação do cais da Calheta                         | 339.500,66         | 354.261,50         | -4,17%       |
| Berço de estacionamento de navios                    | 183.002,55         | 201.284,55         | -9,08%       |
| Estaleiro naval do porto de pesca                    | 447.795,21         | 469.118,85         | -4,55%       |
| Forte de nossa senhora                               | 5.200,04           | 10.400,36          | -50,00%      |
| Cais da Ribeira Brava                                | 5.860,62           | 11.721,54          | -50,00%      |
| Sistema de guiamento de embarcações                  | 111.855,62         | 116.718,86         | -4,17%       |
| Embarcações de madeira                               | 200.766,45         | 209.495,37         | -4,17%       |
| Ampliação do cais do Paúl do Mar                     | 1.580.762,09       | 1.639.056,77       | -3,56%       |
| Aquisição de rebocador polivalente                   | 57.142,02          | 71.387,70          | -19,96%      |
| Ligação viária da avenida Sá Carneiro                | 57.236,92          | 76.315,96          | -25,00%      |

13. ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2017

| RUBRICAS   | 31-12-2017             | 31-12-2016             | VARIAÇÃO      |
|--|------------------------|------------------------|---------------|
| Ampliação do cais do Porto Moniz                                     | 6.386.571,57           | 6.614.663,37           | -3,45%        |
| Fundo de coesão do porto do Funchal                                  | 9.045.315,35           | 9.363.524,63           | -3,40%        |
| POVT do porto do Porto Santo   | 15.359.124,69          | 15.813.426,09          | -2,87%        |
| Contrato programa de investimentos                                   | 1.564.644,48           | 1.641.247,80           | -4,67%        |
| POVT - Zona acostável norte do porto do Funchal                      | 21.498.167,51          | 22.068.429,59          | -2,58%        |
| Contrato programa - Fundo coesão do Porto do Caniçal                 | 1.845.296,52           | 1.895.169,36           | -2,63%        |
| Contrato programa - Fundo coesão Nacional                            | 3.960.000,00           | 3.960.000,00           | 0,00%         |
| <b>Sub-total (2)</b>   | <b>96.576.749,46</b>   | <b>99.332.989,38</b>   | <b>-2,77%</b> |
| Passivos por impostos diferidos                                      | (20.281.117,31)        | (20.859.927,69)        | -2,77%        |
| <b>Sub-total (3)</b>   | <b>(20.281.117,31)</b> | <b>(20.859.927,69)</b> | <b>-2,77%</b> |
| <b>TOTAL DAS OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO (1) + (2) + (3)</b> | <b>76.215.322,98</b>   | <b>78.392.762,52</b>   | <b>-2,78%</b> |

14.2 Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio de que diretamente se beneficiou: Para além dos subsídios anteriores (ao investimento), a APRAM, S.A. participa num conjunto de projetos transatlânticos, no âmbito do programa de cooperação transnacional Madeira-Açores-Canárias (MAC) - 2007-2013, onde constam alguns projetos comparticipados pela Comunidade Europeia, designadamente:

- Ecomarports
- GAINN - LNG Green CID;
- INTERREG - Atlantic Blue Port.

13. ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS  
DO EXERCÍCIO DE 2017



**15. Sector Público Estatal**

A APRAM encontra-se sujeita ao Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%.

Nos termos da legislação em vigor a entidade encontra-se, ainda, sujeita, a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas legalmente previstas.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da entidade estão sujeitas a revisão e correção por parte da Administração Tributária durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisão por parte da Administração Tributária à situação fiscal e parafiscal da entidade, em relação aos exercícios em aberto, não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, quando aplicável, e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de virem a existir lucros fiscais futuros suficientes para a sua

13. ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS  
DO EXERCÍCIO DE 2017

utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Considerando os avultados prejuízos fiscais, sobre os quais a Sociedade considera, nesta data, não existir a capacidade de dedução a lucros tributáveis futuros, não foram reconhecidos impostos diferidos ativos de qualquer natureza e tendo sido apenas reconhecidos impostos diferidos passivos sobre subsídios ao investimento (nota 14).

| RUBRICAS   | 31-12-2017          | 31-12-2016          | VARIAÇÃO       |
|--|---------------------|---------------------|----------------|
| <b>ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS</b>                                    |                     |                     |                |
| Pagamento especial por conta   | 104.313,94          | 85.164,12           | 22,49%         |
| Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)                                 | 17.711,99           | 31.185,22           | -43,20%        |
| <b>Sub-total (1)</b>   | <b>122.025,93</b>   | <b>116.349,34</b>   | <b>4,88%</b>   |
| Estimativa de imposto (IRC)  | (7.312,69)          | (9.905,08)          | -26,17%        |
| Retenções de impostos sobre rendimentos (IRS)                            | (131.074,62)        | (193.418,32)        | -32,23%        |
| Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)                                 | (13.675,48)         | (9.479,37)          | 44,27%         |
| Contribuições para a segurança social e outros sistemas complementares   | (169.813,07)        | (213.436,86)        | -20,44%        |
| Sindicatos e outras retenções  | (3.648,19)          | (5.222,15)          | -30,14%        |
| <b>Sub-total (2)</b>   | <b>(325.524,05)</b> | <b>(431.461,78)</b> | <b>-24,55%</b> |
| <b>TOTAL DOS ENCARGOS COM O ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (1) + (2)</b> | <b>(203.498,12)</b> | <b>(315.112,44)</b> | <b>35,42%</b>  |

| RUBRICAS   | 31-12-2017        | 31-12-2016        | VARIAÇÃO      |
|--|-------------------|-------------------|---------------|
| <b>IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO</b>                             |                   |                   |               |
| Estimativa de imposto (IRC)  | (7.312,69)        | (9.905,08)        | -26,17%       |
| Imposto diferido   | 578.810,38        | 578.810,38        | 0,00%         |
| <b>TOTAL DOS ENCARGOS COM O ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (1) + (2)</b> | <b>571.497,69</b> | <b>568.905,30</b> | <b>-0,46%</b> |

13. ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS  
DO EXERCÍCIO DE 2017

**16. Instrumentos Financeiros Passivos**

Os instrumentos financeiros que a empresa tem ao seu dispor, são os seguintes:

| DESCRIÇÃO   | 31-12-2017            | 31-12-2016            | VARIAÇÃO       |
|---|-----------------------|-----------------------|----------------|
| <b>FINANCIAMENTOS OBTIDOS MLP</b>                   |                       |                       |                |
| Banco Europeu de Investimento                       | 25.294.117,68         | 27.647.058,85         | -8,51%         |
| Barclays Bank, PLC / E. E. P. K.                    | 37.800.000,00         | 43.600.000,00         | -13,30%        |
| Déxia Sabadell, S. A.                               | 54.484.615,36         | 61.938.461,52         | -12,03%        |
| <b>Total dos financiamentos MLP</b>                 | <b>117.578.733,04</b> | <b>133.185.520,37</b> | <b>-11,72%</b> |
| <b>FINANCIAMENTOS OBTIDOS CP</b>                    |                       |                       |                |
| Banco Europeu de Investimento                       | 2.352.941,17          | 2.352.941,17          | 0,00%          |
| Barclays Bank, PLC / E. E. P. K.                    | 5.800.000,00          | 5.800.000,00          | 0,00%          |
| Déxia Sabadell, S                                   | 7.453.846,16          | 7.453.846,16          | 0,00%          |
| Região Autónoma da Madeira                          | 44.422.065,33         | 28.815.277,99         | 54,16%         |
| <b>Total dos financiamentos CP</b>                  | <b>60.028.852,66</b>  | <b>44.422.065,32</b>  | <b>35,13%</b>  |
| <b>PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO</b> |                       |                       |                |
| Outros passivos financeiros:                        |                       |                       |                |
| Swap taxa juro Societe Generale - 63 ME             | 5.455.006,00          | 7.272.707,00          | -24,99%        |
| Swap taxa juro Societe Generale - 30 ME             | 2.465.807,00          | 3.296.642,00          | -25,20%        |
| Swap taxa juro Royal Bank of Scotland - 28ME        | 2.035.219,50          | 2.796.616,63          | -27,23%        |
| <b>Total dos passivos financeiros</b>               | <b>9.956.032,50</b>   | <b>13.365.965,63</b>  | <b>-25,51%</b> |
| <b>TOTAL</b>  | <b>187.563.618,20</b> | <b>190.973.551,32</b> | <b>-1,79%</b>  |

No que se refere à rubrica “Outros passivos financeiros”, os valores apresentados nas demonstrações financeiras correspondem ao valor de mercado das operações de cobertura de taxa de juro, que foram negociadas pela APRAM, S.A., com o aval da Região Autónoma da Madeira, e que à luz do normativo (SNC), corresponde na prática ao valor que a empresa teria de suportar para fechar a operação junto das entidades credoras.

Saliente-se que este valor oscila diariamente, na medida em que as taxas de juro do mercado são ajustadas, podendo atingir valores de cotação bastante positivos ou

13. ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2017

bastante negativos, consoante a conjuntura e comportamento dos mercados internacionais.

Verificou-se na rubrica de financiamentos obtidos de médio e longo prazo uma variação negativa em relação ao ano anterior, justificada pela amortização dos empréstimos efetuada ao longo do ano.

A rubrica de financiamentos obtidos de curto prazo espelha os valores a pagar no próximo ano às instituições financeiras e os valores dos contratos de mútuo celebrados com a Região Autónoma da Madeira com o intuito de regularizar o serviço da dívida.

**17. Gastos com o Pessoal**

Durante o ano 2017, a APRAM, S.A. tinha ao seu serviço 152 pessoas. Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

| RUBRICAS                                      | 31-12-2017          | 31-12-2016          | VARIAÇÃO     |
|---|---------------------|---------------------|--------------|
| <b><u>GASTOS COM OS ÓRGÃOS SOCIAIS</u></b>    |                     |                     |              |
| Remunerações dos órgãos sociais               | 183.739,05          | 177.759,82          | 3,36%        |
| Encargos com as remunerações                  | 41.714,70           | 44.463,56           | -6,18%       |
| <b>Total dos gastos com os órgãos sociais</b> | <b>225.453,75</b>   | <b>222.223,38</b>   | <b>1,45%</b> |
| <b><u>GASTOS COM O PESSOAL</u></b>            |                     |                     |              |
| Remunerações do pessoal                       | 5.616.675,86        | 5.676.975,50        | -1,06%       |
| Outros gastos com o pessoal                   | 228.776,77          | 203.350,26          | 12,50%       |
| Encargos com as remunerações                  | 1.335.372,19        | 1.228.589,74        | 8,69%        |
| <b>Total dos gastos com o pessoal</b>         | <b>7.180.824,82</b> | <b>7.108.915,50</b> | <b>1,01%</b> |
| <b>TOTAL DOS BENEFÍCIOS COM EMPREGADOS</b>    | <b>7.406.278,57</b> | <b>7.331.138,88</b> | <b>1,02%</b> |

A rubrica “Outros gastos com o pessoal” inclui gastos com a medicina do trabalho, formação, seguro de saúde e seguro de acidentes de trabalho.

Em 2017, os subsídios de férias e natal dos órgãos sociais foram registados na rubrica “remunerações dos órgãos sociais”, enquanto que no ano anterior este gasto foi contabilizado em “remunerações do pessoal”.

### 13. ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2017

- Processo de impugnação de taxas de extração de inertes, movido pela MADMAR – Movimento e Comercialização de Inertes, Lda.;
- Ação Administrativa comum movida pela Empresa de Navegação Madeirense - ENM - Acidente com Navio Funchalense V, no Porto do Caniçal.
- Ação Administrativa comum movida pelo Partido Socialista – Recolocação de um cartaz na área de jurisdição da APRAM.

Em matéria laboral, e em consequência do fim da concessão da Marina e Estaleiro do Porto Santo, foi a APRAM demandada juntamente com a 33/16 – Assistência Náutica, S.A., nos seguintes processos:

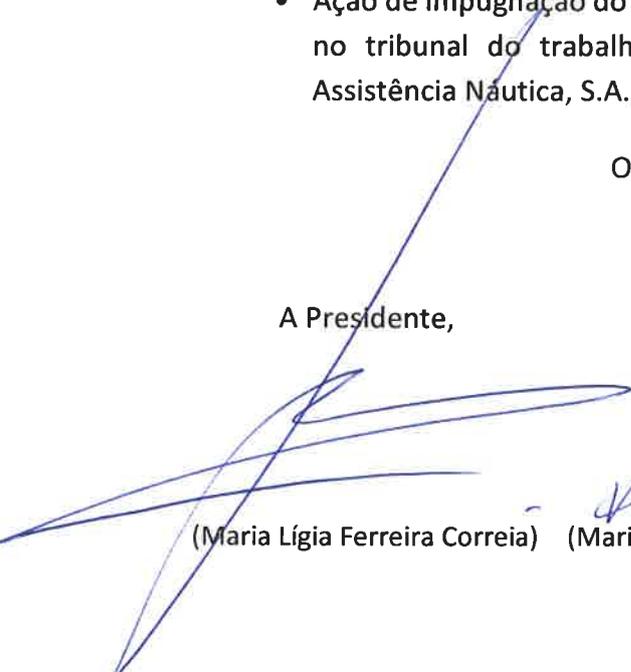
- Providência cautelar de suspensão do despedimento dos trabalhadores da empresa 33/16 – Assistência Náutica, S.A. movidas pelos respetivos trabalhadores;
- Ação de Impugnação do despedimento e pagamento de indemnização, a decorrer no tribunal do trabalho, movida pelos trabalhadores da empresa 33/16 – Assistência Náutica, S.A..

O Conselho de Administração,

A Presidente,

A Vogal,

O Vogal,



(Maria Lígia Ferreira Correia)



(Maria de Fátima Pita Carvalho Correia)



(Roman Feliciano Neto Pinto)

A Contabilista Certificada,



(Priscila Maria Martins Candelária)



**CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS**

**E**

**RELATÓRIO E PARECER**

**DO**

**FISCAL ÚNICO**

---

**Grant Thornton**

Edifício Amadeo Souza Cardoso  
Alameda António Sérgio, 22, 11.º  
1495-132 Algés  
T: + 351 214 123 520  
E-mail: gt.lisboa@pt.gt.com

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B  
9000-064 Funchal  
T: + 351 291 200 540  
E-mail: gt.funchal@pt.gt.com

Avenida da Boavista, 1361, 5.º  
4100-130 Porto  
T: + 351 220 996 083  
E-mail: gt.porto@pt.gt.com

# Certificação Legal das Contas

## RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 311.938.711 euros e um total de capital próprio de 102.041.248 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 13.231.085 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras, que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos parágrafos 1. e 2., da secção “Base para opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

### Bases para a opinião com reservas

1. Não se encontram ainda formalizadas por parte do Governo Regional as contrapartidas relativas ao ingresso no domínio público da Região Autónoma da Madeira, do terreno da área de jurisdição da APRAM, em frente à antiga sede. Deste modo, não é possível quantificar os impactos decorrentes dessas contrapartidas.
2. Conforme mencionado no ponto 10 do relatório de gestão, o Tribunal Arbitral proferiu sentença favorável à APRAM, S.A. relativamente ao litígio com o cliente CLCM – Companhia Logística da Madeira, S.A., no que respeita aos montantes faturados desde outubro de 2007. Em 31 de dezembro de 2017, os registos contabilísticos da APRAM apresentam o valor de 3.304.157 euros a receber desta entidade, relativamente ao qual se encontram reconhecidas perdas por imparidade no montante de 2.910.278 euros. Dado que a CLCM interpôs recurso da decisão do Tribunal Arbitral, e até à data este processo não se encontra



concluído, não é possível quantificar o eventual impacto que a decisão final possa vir a ter nas contas apresentadas.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

## Ênfase

Em 16 de janeiro de 2018, a APRAM solicitou ao acionista único (Governo Regional da Madeira) um aumento de capital social a ser efetuado pela conversão dos contratos de mútuo celebrados com a Região Autónoma da Madeira, no valor total de 44.422.065 euros.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

## Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da nossa opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

A nossa abordagem de auditoria foi baseada na avaliação dos riscos ao nível do reporte financeiro, tendo no caso desta Entidade sido identificadas as seguintes matérias relevantes de auditoria:

### Riscos significativos de distorção material identificados

#### • *Reconhecimento do crédito e contas a receber*

A ISA 240 presume a existência de risco de fraude no reconhecimento do crédito. Nesse sentido, focámo-nos nas transações que contribuem mais significativamente para o volume de negócios da Entidade e que envolvem o julgamento dos responsáveis pela governação.

O nosso trabalho considerou o risco de as prestações de serviços efetuadas poderem não ter sido todas faturadas, de a faturação poder não ter sido devidamente integrada na contabilidade e, ainda, o risco de todas as transações registadas como tal, poderem não ter ocorrido efetivamente.

No que respeita às contas a receber, nomeadamente de Clientes, foi identificado um risco suscetível de distorção nas demonstrações financeiras, quanto à recuperabilidade de saldos

### Síntese da abordagem de auditoria

A nossa abordagem a este risco consistiu numa resposta que incluiu um conjunto combinado de procedimentos relacionados com o controlo interno e substantivos, designadamente:

- Levantamento dos procedimentos de controlo interno em vigor e realização de testes de conformidade, na extensão considerada adequada nas circunstâncias, no sentido de confirmar que os controlos implementados estão a ser cumpridos;
- Utilização de técnicas assistidas por computador para (i) reconciliar os documentos de faturação com os lançamentos efetuados no diário e nas contas de vendas e (ii) para identificar itens irregulares ou não usuais;
- Realização de testes substantivos, em base de amostragem, para verificação de que os



## Riscos significativos de distorção material identificados

que apresentam valores significativos e/ou alguma antiguidade.

Sobre estas matérias, a Nota 11 às demonstrações financeiras fornece mais informações.

- *Reconhecimento e mensuração de financiamentos e derivados*

No que respeita a estas matérias de auditoria, devido às suas naturezas e à relevância dos montantes envolvidos, foi identificado o risco de liquidez no que se refere à capacidade de a Empresa satisfazer os seus compromissos, nomeadamente os que se relacionam com o serviço da dívida dos financiamentos.

A nota 16 do anexo às demonstrações financeiras, contem informações adicionais sobre estas matérias.

## Síntese da abordagem de auditoria

termos que constam das faturas estão em conformidade com as condições acordadas;

- Obtenção de confirmações externas de clientes para verificação de que os valores faturados correspondem efetivamente a prestação de serviços, e que os montantes registados como ativo se referem efetivamente a valores a receber; e
- Análise do mapa de antiguidade de saldos, no sentido de confirmar que o registo de perdas por imparidade está adequado, face aos montantes que se prevê possam vir a não ser realizados em virtude da sua antiguidade, ou por outras razões.

A nossa abordagem a este risco consistiu, essencialmente, na realização de procedimentos substantivos, que incluíram designadamente:

- A obtenção de confirmações externas das respetivas entidades bancárias;
- A análise dos contratos de financiamento, sempre que aplicável, no sentido de confirmar a adequação dos cálculos e pressupostos relativos à mensuração ao custo amortizado, bem como a correta segregação por passivo corrente e não corrente;
- Confirmação da correta contabilização dos instrumentos financeiros derivados (*swaps*) em conformidade com o *market-to-market* disponibilizado pelas instituições bancárias.
- Verificação de que as divulgações efetuadas se encontram em conformidade com o referencial contabilístico utilizado pela Entidade.

## Incerteza material relacionada com a continuidade

A natureza da atividade, a estrutura de financiamento dos projetos e a exploração dos investimentos condicionam os resultados da entidade, colocando a APRAM numa situação de completa dependência do apoio financeiro do seu acionista – Governo Regional da Madeira.



## Outras matérias

O exercício de 2017 corresponde ao primeiro ano de mandato da Grant Thornton & Associados, SROC, Lda., pelo que a revisão legal das contas relativa ao período findo em 31 de dezembro de 2016 foi da responsabilidade de outros auditores.

## Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade se manter em atividade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou,



caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

### Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- O primeiro período para que fomos contratados pela Entidade para efetuar a revisão às contas e desempenhar as funções de Fiscal Único, corresponde ao mandato de 2017 a 2019, tendo a respetiva nomeação, por parte do acionista, ocorrido em 31 de julho de 2017.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA, mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.

Adicionalmente, informamos também que os membros do Conselho Fiscal ainda aguardam designação em conformidade com a Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, que define no n.º 1 do seu art.º 3.º que a fiscalização das EIP deverá ser efetuada de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 413.º do Código das Sociedades Comerciais.



Grant Thornton

An instinct for growth™

- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos nesta mesma data.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, não prestámos à Entidade quaisquer outros serviços permitidos pela lei e regulamentos em vigor.

27 de março de 2018

Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.  
Representada por Carlos Lisboa Nunes

---

**Grant Thornton**

Edifício Amadeo Souza Cardoso  
Alameda António Sérgio, 22, 11.º  
1495-132 Algés  
T: + 351 214 123 520  
E-mail: gt.lisboa@pt.gt.com

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B  
9000-064 Funchal  
T: + 351 291 200 540  
E-mail: gt.funchal@pt.gt.com

Avenida da Boavista, 1361, 5.º  
4100-130 Porto  
T: + 351 220 996 083  
E-mail: gt.porto@pt.gt.com

## Relatório e Parecer do Fiscal Único

**Ao Acionista da**

**APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e inclui os documentos de prestação de contas da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

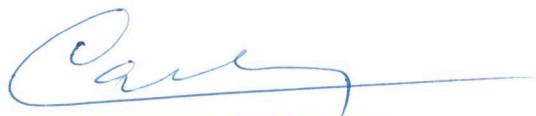
Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da atividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções auditámos o Balanço em 31 de dezembro de 2017, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o respetivo Anexo.

Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2017 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que inclui duas reservas e uma ênfase.

Face ao exposto, somos de parecer que exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 1. e 2. da secção “Bases para a opinião com reservas” da Certificação Legal das Contas e apesar do descrito naquele documento na secção “Ênfase”, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, para efeitos de apreciação em Assembleia Geral de Acionistas.

27 de março de 2018



Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.

Representada por Carlos Lisboa Nunes